

## CAPÍTULO 5

### Discursos e práticas políticas sobre a cultura e o turismo

#### Possibilidades e limites da análise: um outro exercício reflexivo em torno da prática da investigação

Como explicitámos no Capítulo 3, a propósito das opções metodológicas da pesquisa, o *estudo de caso* – poderíamos dizer, o *estudo de alguns casos* - levou-nos ao retrato daquilo que tem sido o posicionamento político da cultura e do turismo nos concelhos da AMP. Para lá chegarmos, e mesmo com um produto científico limitado e incompleto da realidade concelhia, a *entrevista* como exercício de fabulação dos trajectos locais do poder político, pareceu-nos a escolha óbvia. A entrevista sociológica proporciona-nos potencialidades. Procurámos explorá-las, desde logo, na própria situação de entrevista. Os registos de observação que fizemos a propósito dos contextos sociais de entrevista indiciam a nossa tentativa de situar, no contacto com os actores sociais, um equilíbrio entre algumas características associadas à técnica da entrevista, tornando-a simultaneamente válida nos resultados e flexível no posicionamento dos temas e dos actores em interacção. Adoptámos a semi-directividade do guião de entrevista (Ghiglione; Matalon, 1993), uniformizando, mesmo que de forma relativa, o universo das temáticas com a diversidade dos actores alvo; procurámos, igualmente, accionar algumas das propostas sugeridas por Kaufmann (2006) a propósito da *entrevista compreensiva*: a dimensão aberta do guião de questões ou a inversão da ordem dos temas, estas sinais ainda da própria semi-directividade; a adopção de um tom de voz e de um discurso próximos dos da conversação quotidiana; o uso de um certo humor na interacção com o entrevistado; e a criação, dentro das possibilidades da circunstância de entrevista, de uma empatia profissional e pessoal, nunca desligada do desempenho dos papéis esperados. A verbalização de opiniões, umas vezes ténues, outras vezes incisivas, e os sinais de assentimento verbal e facial face às descrições e opiniões dos

entrevistados, e particularmente nos momentos em que éramos directamente confrontados por estes, foram conscientemente assumidos por nós. Sugeriram, também, e conciliando-se com as características do próprio entrevistador (idade, sexo e proveniência institucional), situações de interacção mais focalizada (Goffman, 1993) que permitiram aos actores, tanto entrevistador como entrevistado, a produção de sentidos. Não esqueçamos, e do ponto de vista da análise proxémica (Hall, 1986), que a percepção do espaço em que as entrevistas foram feitas não só era diferente como desigual entre os interlocutores (normalmente, nos próprios contextos de exercício do poder político e das funções políticas e sociais dos actores alvo). Porém, acrescente-se que nas situações de entrevista, ponderadas tendo em conta a *distância social* entre os actores, a interacção configurou-se no *modo próximo* (Ibidem) e, como tal, propiciador do contacto visual directo, do tom de voz suficientemente audível ou de um relativo atenuar da assimetria de poderes entre os interlocutores, sobretudo quando a entrevista tinha lugar fora do frente a frente circunstancial, mediado pela secretária ou mesa do actor em causa<sup>1</sup>.

Por outro lado, e porque o objecto aqui em análise o exigia, como qualquer outro objecto sociológico, ponderámos as dimensões éticas na relação entre sujeito investigador e sujeito protagonista do enfoque analítico. Independentemente da estratégia de pesquisa dominante que nos norteia, os princípios éticos gerais da investigação sociológica são transversais à totalidade do trabalho desenvolvido. Temos presente que tais princípios se diferenciam apenas na sua intensidade, consoante o tipo de investigação e a estratégia metodológica adoptada. Nesse sentido, basta referir, por exemplo, e mesmo na dimensão por demais necessária e óbvia que têm, a relação de confiança e de colaboração que procurámos estabelecer com os diversos interlocutores, respeitando os princípios da autonomia e integridade dos sujeitos, da confidencialidade e da privacidade dos actores e dos discursos, e da fidelidade dos dados e da análise (Burton, 2000). Orientou-nos um outro pressuposto, ainda que nesta investigação em particular, e pelas próprias

---

<sup>1</sup> Atente-se de novo aos Anexos 3K a 3R e 3T a 3U, com os registos de observação das situações de entrevista aos actores sociais alvo.

características do objecto em análise, tal dimensão não se evidenciasse tanto: a condução ética de uma pesquisa resulta do equilíbrio entre o respeito por aquele conjunto de regras e pelo quadro de valores do próprio investigador como actor social e cidadão, e as possibilidades sociais da prática da investigação. No caso particular das entrevistas, aos actores sociais alvo, representantes do poder político local e de organismos públicos e privados, sujeitos a eleição e com actividades públicas, foi feita a apresentação prévia dos objectivos do projecto e das condições de gravação e de análise das entrevistas, às quais acederam sem levantarem obstáculos, quer quanto à sua realização, quer quanto aos usos científicos da informação em termos de relatório final (Kvale, 1996)<sup>2</sup>.

Outras potencialidades da entrevista sociológica se nos oferecem no processo de tratamento e análise da informação. A tarefa da análise permite-nos, por seu turno, construir categorias de inteligibilidade dos discursos dos actores sociais e, como tal, dos universos de sentido aqui presentes. A descrição e a interpretação dos discursos dos actores sociais, a dois níveis de análise (o que poderíamos designar por *análise vertical* e *análise horizontal* das entrevistas)<sup>3</sup>, são até certo ponto paradoxais (Kaufmann, 2006): a interpretação, em particular, não deixa de estar assente na subjectividade do investigador, pois é dela que depende o esforço de objectivação sociológico. Construímos, de novo, e por esta ordem de ideias – pela *descrição* e pela *interpretação* - os sentidos dos discursos dos actores sociais. De alguma forma, a nossa tarefa é a de reduzir a configuração inicial dos discursos, recontextualizando-a no conjunto das categorias da análise.

---

<sup>2</sup> Esta pesquisa traduziu, de igual modo, três patamares de relações sociais de poder a serem posicionadas nos devidos contextos e tempos e, como tal, de *três comunidades de validação* diferentes (Kvale, 1996): a relação entre *investigador e actores*, cujo *feed-back* final é necessário e exigível; a relação entre *investigador e organismos financiadores e participantes* no projecto, no caso a FCT, com a divulgação e publicação dos resultados e o reconhecimento dos resultados esperados face às expectativas recíprocas; e a relação entre *investigador e comunidade de pares*, com o outro patamar de discussão, divulgação e avaliação dos resultados obtidos, inscrito nas lógicas de estruturação do campo científico.

<sup>3</sup> A partir de um sistema de categorias de análise, construído com base nos guiões de entrevista, nas transcrições dos discursos e na análise interpretativa, respeitando-se o princípio do vaivém entre teoria e empiria, confrontámos o painel de sentidos dos actores envolvidos. Primeiro, atendendo às especificidades de cada entrevista como uma totalidade discursiva; segundo, confrontando cada uma destas com as especificidades dos outros testemunhos.

Um dos parâmetros com os quais nos confrontámos foi o do número de entrevistas suficiente para validar as questões em torno do objecto de análise. Perante a natureza do universo, pareceu-nos pouco flexível, e porque não pouco possível, delimitar um limite máximo e mínimo. Se atendermos aos critérios estipulados, e tendo presente que neste tipo de abordagem metodológica é a exaustividade que atribuímos ao objecto empírico, quer por via da estrutura do guião de entrevista, quer por via do número total e da qualidade dos interlocutores, que legitima as nossas opções, não podemos negligenciar o facto da viabilidade das nossas intenções nos terem impedido de alcançar a totalidade deste critério. Foi visível, ao longo da pesquisa empírica, por exemplo, a dificuldade, se não mesmo a impossibilidade, pelos mais diversos motivos, em realizar as entrevistas aos presidentes de câmara em exercício de funções. E, do nosso ponto de vista, seriam discursos relevantes se confrontados na totalidade dos eleitos locais.

Fizemos a transcrição das entrevistas e analisámos os registos escritos das situações de interacção verbal produzidas<sup>4</sup>. A análise das entrevistas definia-nos outros campos de possíveis. O da análise de conteúdo e o da análise de discurso. Avançámos, antes de mais, e numa maior proximidade com esta última, por tarefas de (re)leitura e de categorização qualitativa: elaborámos resumos para cada uma das entrevistas, indicámos os aspectos essenciais quanto a cada tema/subtema,

---

<sup>4</sup> No Anexo 5A está disponível, a título de curiosidade metodológica, o manual de transcrição das entrevistas adoptado. As entrevistas foram gravadas em registo áudio e, a partir de um conjunto de indicações metodológicas, constituímos o *corpus* de material transcrito. Foram transcritas na sua totalidade, anotando em particular algumas dimensões próprias da oralidade em situação de entrevista formal – as hesitações, as pausas, as interrupções, as intervenções em simultâneo, os sinais de assentimento dos interlocutores, os risos e sorrisos – e os discursos dos sujeitos, tanto entrevistador como entrevistado, com as especificidades do tom coloquial, mesmo não sendo nossa intenção a análise das formas linguísticas utilizadas pelos sujeitos para objectivação dos segmentos semânticos subjacentes. Não esqueçamos que a transcrição da entrevista assume-se como um processo de reconstrução de um documento inicial – o *discurso oral gravado* – e, deste modo, sujeito aos erros de audição, de recepção, e, mais ainda, de transposição de um discurso segundo as regras da oralidade para um outro segundo as regras da escrita (Kvale, 1996). As transcrições feitas não são nem objectivas nem fidedignas; são, do nosso ponto de vista, exercícios construtivistas de sentidos em função dos objectivos da pesquisa e das condicionantes contextuais e sociais da situação de co-enunciação entre os actores presentes. Os registos de observação feitos a propósito das situações de entrevista, anotando as impressões dos contextos de interacção e da conversação propriamente dita, são, mais uma vez, um instrumento de mediação dos limites oferecidos pela transcrição.

cruzámos as entrevistas a partir de temas específicos e tipificámos, numa ordem qualitativa, especificidades e regularidades entre os enunciadores entrevistados. A este propósito Valles considera que a análise final do material (aquilo que designa por *análise intensa final*) culmina o processo de pesquisa feito de momentos analíticos nas fases anteriores, ou seja, de uma *análise projectada* nas etapas de planificação do estudo, e de uma *análise preliminar* no trabalho de campo: a designada *omnipresença da análise* feita de sínteses transversais (Valles, 2002). Kvale propõe, entre outras possibilidades, duas formas de análise das entrevistas: a *meaning condensation* e a *meaning categorization*, isto é, a elaboração de formulações discursivas síntese que traduzam os sentidos e as representações dos actores entrevistados, condensando-os, e a categorização dos discursos em termos de ausência ou presença de certas dimensões estruturantes da análise e de níveis de força de um fenómeno (Kvale, 1996); de alguma maneira, próximas da *análise temática* e *análise avaliativa* apresentadas por Bardin (1988)<sup>5</sup>.

Para todos os efeitos, e para além das considerações metodológicas acima enunciadas, o tratamento qualitativo da informação das entrevistas exigiu-nos tarefas de codificação e de categorização e exercícios de inferência e interpretação. Por um lado, a categorização (criando, num exercício cruzado de *a priori* e *a posteriori*, as categorias e, quando necessário, as subcategorias principais da análise); estavam implícitos a *re-categorização*, com a (re)leitura e a análise das próprias entrevistas e a agregação dos actores em tipologias descritivas quanto às

---

<sup>5</sup> A análise de conteúdo é definida por Bardin como “Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.” (1988, p. 42). As considerações metodológicas sobre a análise de conteúdo remetem-na tanto para uma técnica que estuda o discurso ou as condições de produção do discurso – como refere Vala, “Trata-se da desmontagem de um discurso e da produção de um novo discurso através de um processo de localização-atribuição de traços de significação, resultado de uma relação dinâmica entre as condições de produção do discurso a analisar e as condições de produção da análise.” (Vala, 1987, p. 104); como para uma técnica com preocupações estritamente quantitativistas, de larga tradição na psicologia social e na própria sociologia. Encontramos em Valles (1999) uma exposição dos procedimentos e técnicas da metodologia de análise qualitativa, entre eles a análise de conteúdo que, no seu sentido mais lato, tanto integra procedimentos quantitativos (por exemplo, a análise temática clássica, a análise avaliativa e as análises ao nível sintáctico) como qualitativos (análise de conversações e análise de discurso em geral). Encontramos também em Íñiguez Rueda (2003) uma abordagem metodológica da análise de discurso e dos seus usos nas ciências sociais.

políticas culturais e turísticas, com a procura de padrões e de regularidades mas, na outra ordem do olhar analítico, das irregularidades, dos contrastes e das oposições entre os actores sociais. Por outro lado, contrariámos, e julgámos tê-lo feito, as posturas positivistas que ainda perduram, por vezes, quando passamos para o tratamento e análise da informação transcrita, exigência particular num campo dito qualitativo, de *estudo de casos*. Não seguimos os habituais critérios de validade interna da análise de conteúdo, numa lógica de aferição próxima das estipuladas pelos modelos de investigação quantitativos - a exaustividade e a exclusividade das categorias de análise<sup>6</sup> - nem procedemos a contagens exaustivas e descontextualizadas quer das unidades temáticas quer das formas lexicais usadas e indiciadoras dos conceitos e preconceitos usados pelos sujeitos enunciadorees. Num outro sentido, e para além da própria diversidade teórico-metodológica que este campo reúne, e as diferentes aplicações nos campos das ciências sociais, não nos escamoteámos a uma análise de discurso, breve e contextualizadora, desmontando cada discurso, no contexto particular da situação de entrevista – os contextos espaciais e temporais e a interacção - e da gestão municipal própria – a diversidade dos concelhos e dos projectos políticos. Tentámos, associar, num exercício de relativa exaustividade, a cada dimensão de análise significativa os extractos ilustrativos da entrevista. Suficientemente longos para não descontextualizarmos os reportórios argumentativos dos sujeitos.

Quando confrontados com a análise propriamente dita dos discursos recolhidos, a diversidade e a não uniformidade das dimensões temáticas abordadas pelos entrevistados posicionaram-nos perante problemas de decisão metodológica quanto às categorias temáticas a dimensionar. Os actores sociais, meio privilegiado para o tratamento sociológico dos discursos e das representações políticas, antes de mais ideológicas, sobre as áreas em causa, foram díspares, quantitativa e qualitativamente, quando confrontados com os instrumentos da análise. Arquitectámos assim, e dentro das possibilidades oferecidas pelo *corpus* de análise,

---

<sup>6</sup> No primeiro caso, todas as unidades de registo devem ser colocadas numa das categorias; no segundo, uma mesma unidade de registo só pode caber numa categoria (Vala, 1987).

critérios analíticos<sup>7</sup>. A *análise vertical* e a *análise horizontal* das entrevistas revelaram-se uma opção adequada: fizemos uma análise temática e uma síntese final para cada um dos discursos dos actores, e de igual modo uma análise temática transversal a todas os discursos, reavaliando como cada tema/subtema foi tratado por cada actor político e social (Ghiglione; Matalon, 1993). Anotando diferenças e semelhanças entre eles, procurando formas de intersecção temática e tipos de posicionamentos face aos vectores analíticos da pesquisa<sup>8</sup>.

Deste modo, a análise de conteúdo, de acordo com aquilo que localizámos nos manuais de metodologia sociológica, e na sua dimensão mais ortodoxa, seria um procedimento fixo, orientado pela exaustividade e exclusividade das categorias de análise, não integrando na análise aspectos tão ou mais necessários à conversação como, e referindo apenas alguns, o contexto, a ironia, o duplo sentido, os sentidos ocultos, as hesitações e os sorrisos, os tons de voz. Elementos estes que uma sociologia de inspiração weberiana, como a etnometodologia de Garfinkel (1967), procurou evidenciar por via da análise conversacional. Mais próxima da análise de discurso estaria, assim, e nas suas origens, a análise conversacional ao estudar os usos sociais da linguagem<sup>9</sup> nas interacções face-a-face e os sentidos que os actores sociais dão às suas acções quotidianas. Teria pertinência sociológica, no caso dos actores políticos e sociais entrevistados, averiguarmos pelos discursos gravados, e

---

<sup>7</sup> Nos Anexos 5B a 5D estão disponíveis os guiões com as categorias de análise das entrevistas realizadas aos eleitos locais e aos actores locais e regionais ligados à cultura, turismo e desenvolvimento.

<sup>8</sup> A codificação do texto exige a definição de *categorias de análise* consoante o suporte teórico, de *unidades de registo* (o segmento mínimo de conteúdo para análise) – no nosso caso seriam o tema (unidade semântica) e a frase (unidade linguística) – e de *unidades de contexto* (o segmento de conteúdo para compreender a unidade de registo) – aqui no caso seria o parágrafo. Mesmo não o fazendo de modo rígido, exaustivo e quantitativo, a descrição e a interpretação analíticas orientaram-se por estas coordenadas de leitura das entrevistas. Elementos que entendemos como *procedimentos abertos*: fizemos um esforço comparativo entre discursos produzidos em situações e contextos particulares, interpretando as semelhanças, as diferenças, os caracteres específicos à luz dos objectivos e do quadro teórico da pesquisa (Ghiglione; Matalon, 1993), uniformizando, dentro do possível e do teoricamente necessário, os procedimentos de releitura e de ilustração dos discursos transcritos.

<sup>9</sup> Assume-se uma concepção de linguagem diferente daquela subjacente à análise de conteúdo extensiva: a linguagem não é transparente nem estática pois a palavra e a frase não representam directamente o conceito subjacente e são reconstruídas e usadas em função dos contextos sociais de co-presença (Íñiguez Rueda; Antaki, 1998).

pelos próprios argumentos desenvolvidos no contexto particular da situação de entrevista, os sentidos políticos e pessoais quanto à gestão do concelho e às dinâmicas culturais e turísticas implementadas. Ou seja, observarmos a *linguagem em uso, a comunicação entre actores num determinado contexto* (Íñiguez Rueda; Antaki, 1998). Há elementos associados à situação de entrevista que analiticamente não podemos menosprezar: o contexto social de plurais sentidos, de papéis sociais e políticos; uma certa orientação linguística dos sujeitos sugerida pelo investigador; os universos de representação social mais vastos e condicionadores dos discursos gravados. E que justificam a asserção de que as linguagens dos actores são subjectivas - produzem sentidos e atribuem sentidos às suas práticas - e reconstruídas, como *estórias*, nos contextos de interacção. O senso comum de cada actor, aqui entendido como matriz de leitura social e cultural, feita de artefactos e ideologias várias, traduz-se no seu processo de enunciação, de acordo com as condições próprias da encenação social e as regiões – diríamos de *fachada* ou de *retaguarda* (Goffman, 1993) - de enunciação, no caso dos actores políticos. E, dentro do alcance analítico da nossa pesquisa, procurámos integrá-los, sem contudo esgotarmos o *campo de possíveis* que tal enquadramento nos sugeria.

Similares interrogações, mas também possibilidades, nos ofereciam as *fontes documentais* que recolhemos e analisámos. As proximidades à análise de discurso, nos termos anteriormente expostos, orientaram-nos, de novo, neste trabalho. Retivemos a definição de discurso como um fragmento de conversação ou de escrito relevante porque circunscrito a dois critérios: i) os actores sociais desempenham o seu papel como representativos do grupo ou comunidade em que o investigador os considerou protagonistas, não no sentido estatístico do termo, mas como actores no pleno desempenho do seu papel; ii) e com efeitos discursivos, ou seja, efeitos que surgem para além do nível individual e que são, do ponto de vista do investigador, os mais adequados à leitura da relação social que se pretende objectivar, mesmo que outras sejam possíveis na multiplicidade e ambiguidade dos documentos (Íñiguez Rueda; Antaki, 1998). O exercício que fizemos não esgotou a pluralidade de



possibilidades sugeridas pelos manuais de metodologia; contudo, percorremos um trajecto descritivo e interpretativo pelas informações que localizámos nos documentos fornecidos. Confrontámo-nos com obstáculos neste processo. Um deles, a disparidade de critérios de organização e formalização dos documentos e para a inexistência de bases de dados sistematizadas, do ponto de vista qualitativo, nas câmaras municipais e nalguns organismos públicos sobre a cultura e o turismo<sup>10</sup>. Outro, a monumentalidade documental que, a dado momento da pesquisa, fomos capazes de coligir, e diferencialmente, para cada um dos concelhos. Outro ainda, e na sequência do processo de pesquisa, o confronto com *casos* desigualmente perspectivados porque as condições sociais e institucionais da prática empírica foram sujeitas a percalços vários, com disponibilidades organizacionais, sensibilidades políticas e conjunturas institucionais mais vastas nem sempre similares, e, em última instância, algo estruturantes da orientação da pesquisa. Acabámos por ponderar a análise cruzada de documentos díspares, com particular acento naqueles que indiciavam mais os contornos das políticas culturais e turísticas concelhias<sup>11</sup>. Esta opção acabou por ditar enfoques diferenciados nos concelhos da AMP e, como dizíamos no início deste capítulo, alicerçar um *estudo de alguns casos*, com níveis de fragmentação empírica e analítica, indiciando ele próprio a rugosidade do terreno empírico e a fragmentação política e social do objecto que, a dado momento, nos propusemos construir, teórica e metodologicamente. Num outro sentido, e no vaivém entre as potencialidades do olhar sociológico e as dinâmicas sociais e políticas do próprio objecto real, situámo-nos na zona de fronteira possível que a *dupla hermenêutica* (Giddens, 1996) nos permite desenhar: a da construção de uma *leitura limitada e imperfeita* a propósito do *social*.

---

<sup>10</sup> Como a investigação aqui presente obedeceu a tempos sociais ligeiramente desencontrados nalgumas das suas fases – sobretudo entre concepção e execução e análise e redacção do relatório final – foi-nos possível averiguar algumas diferenças a este nível por parte dos modos de produção e apresentação de informação pelos actores aqui presentes, sobretudo câmaras municipais. Por exemplo, a existência de listas mais sistematizadas e publicitadas dos equipamentos municipais, de dados sócio-demográficos mais actualizados sobre os concelhos, de agendas culturais periódicas ou de elementos gráficos e substantivos diferentes nos *sites* oficiais entre 2002-2003 e 2006-2007. É visível, também, a maior sensibilidade do poder político local para a visibilidade social e política do *campo cultural* local.

<sup>11</sup> Atente-se de novo às considerações feitas no Capítulo 3.

## O lugar da cultura e do turismo nos discursos políticos municipais: um olhar cruzado

### *Sobre alguns dos lugares implícitos da cultura e do turismo*

Estudos realizados em torno do *e-governement* nas autarquias portuguesas - o designado *governo electrónico* (Portugal, 2006f) à escala local - traduzem o interesse analítico e político face ao papel que o poder local assume no conjunto da sociedade portuguesa, quer pela quantidade e diversidade de serviços que a administração pública local presta, quer pela sua capacidade potenciadora, face aos cidadãos e às empresas, na gestão e dinamização do município<sup>12</sup>. Sem querermos aqui tipificar qualquer linha comparativa entre resultados obtidos<sup>13</sup>, algumas das conclusões apresentadas nestes estudos indiciam traços curiosos sobre o nível de desenvolvimento dos *websites* municipais<sup>14</sup> que, por vezes, e segundo outro

---

<sup>12</sup> O Gávea, Observatório do Mercado das Tecnologias e Sistemas de Informação, e o DSI - Departamento de Sistemas de Informação da Universidade do Minho, realizaram dois estudos de avaliação da presença das câmaras municipais na internet, a partir dos seus *websites*, um em 2000 (Santos; Amaral, 2000) e outro em 2002 (Santos; Amaral, 2003a; 2003b). Os resultados obtidos, recolhidos, no primeiro caso, entre 1999 e 2000, reportaram a 305 câmaras municipais, excepto Vizela, Trofa e Odivelas, recentemente criadas, e permitiram aferir o seu grau de maturidade nesta área e a sua contribuição para o desenvolvimento do *e-governement* em Portugal. O estudo de 2002, incluindo as 308 câmaras portuguesas, avaliou “o grau de evolução ocorrida durante os dois últimos anos em Portugal neste domínio (...)” (Ibidem, p. 14) e o impacto dos investimentos do Programa Operacional Sociedade da Informação (POSI) e cujas conclusões, segundo os autores, são fundamentais para a tomada de decisão dos agentes, públicos ou privados, intervenientes nesta área. Em qualquer um dos estudos apontados, as variáveis de caracterização das câmaras por distrito e por NUTS II e NUTS III são analiticamente relevantes: no primeiro, destaca-se a análise das câmaras municipais com e sem *website* (objectivos, razões, recursos humanos afectos e modalidades de implementação, entre outros indicadores) e a avaliação dos aspectos formais e de conteúdo dos *websites* já existentes; no segundo, privilegia-se o nível de avaliação dos *websites* a partir da visão da autarquia (despesas e investimentos humanos e financeiros, usos da internet pela autarquia e aquisição e manutenção de equipamento informático, por exemplo) e da visão do cidadão (a utilização do correio electrónico e os usos dos conteúdos e das potencialidades virtuais dos *websites*, entre outros).

<sup>13</sup> Os objectivos, as dimensões analíticas, as fontes de recolha de informação e os níveis de análise são diferentes. Refira-se, a título de curiosidade, que ambos os estudos administraram um inquérito por questionário às câmaras em 2000 e 2002, respectivamente, com 61% (num total de 305 câmaras inquiridas) e 52% (num total de 308 câmaras) de respostas válidas. Os dados analisados e as grelhas de avaliação encontram-se disponíveis em Santos; Amaral (2003b; 2000).

<sup>14</sup> Entre muitos outros aspectos, valorizam a avaliação do nível de maturidade das câmaras municipais *on-line*, considerando que o desenvolvimento pleno de um município no espaço virtual passa não tanto por disponibilizar informações de enquadramento histórico-cultural e turístico do concelho e de

enquadramento analítico, se reiteram nas análises que fazemos das câmaras da AMP estudadas. Não só adoptámos o mesmo sentido de *website* oficial - “aquele que é reconhecido pela câmara municipal como seu e que é da sua responsabilidade.” (Santos; Amaral, 2000, p. 14) – como, de igual modo, retivemos algumas das dimensões analisadas nestes estudos<sup>15</sup>, particularmente aquelas relativas aos aspectos formais. Numa linha de análise muito próxima, um estudo mais recente tipifica dados sobre o *e-governement* em Portugal, nomeadamente quanto à posse e utilização das tecnologias de informação e da comunicação (TIC) pelas câmaras municipais entre 2003 e 2006 (Portugal, 2006f)<sup>16</sup>. O confronto entre os dados obtidos por estudos diferentes e em momentos diferenciados permitem-nos relevar alguns aspectos significativos no contexto da nossa análise.

Em primeiro lugar, atentemos ao estudo mais recente e aos dados para o ano de 2006. No quadro de um aumento significativo dos usos das TIC nas autarquias

---

divulgação das várias actividades (na escala de 0 a 5 valores adoptada pelos autores, o nível 4 de maturidade), mas principalmente por permitir o *interface* efectivo entre poder local e cidadão, com a criação *on-line* de serviços e de formulários e de actividades de transacção local (o nível 1 de maturidade, o de excelência, e aquele que nenhuma autarquia em Portugal atingiu, à data de realização do estudo). Traços analíticos que se distanciam das nossas intenções. Porém, refira-se, a título de curiosidade que, à luz desta escala, em 2002, a câmara de Vila Nova de Gaia era a câmara que apresentava o melhor *site* de nível 4, ou seja, o que melhor enquadrava uma estratégia de divulgação cultural e turística do concelho (Santos; Amaral, 2003a). No estudo de 2000, a câmara do Porto foi uma das que melhor apresentou uma presença na internet (Santos; Amaral, 2000).

<sup>15</sup> Veja-se a este propósito o Anexo 5E com a grelha de análise por nós adoptada para a avaliação dos *websites* das câmaras da AMP: aspectos formais, conteúdos e representações dos actores políticos sobre turismo, cultura e desenvolvimento.

<sup>16</sup> Dados referentes a 2003-2006, compilados no estudo *Sociedade da informação em Portugal 2006* (Portugal, 2006f), levado a cabo pelo Grupo de Trabalho para o Acompanhamento das Estatísticas da Sociedade da Informação (GTAESI). Entre os vários organismos tratados e dimensões de análise consideradas, e na parte relativa ao governo electrónico, as câmaras municipais foram perspectivadas a partir do *Inquérito à utilização das tecnologias da informação e da comunicação nas câmaras municipais*, realizado pela Agência para a Sociedade do Conhecimento (UMIC) e administrado anualmente nas autarquias, com uma taxa de resposta anual entre os 80% e os 90% no período em análise e para um total de 308 autarquias. O estudo procurou retratar, numa dupla vertente de leitura estatística e de produção de indicadores referenciais, a sociedade portuguesa quanto ao uso das tecnologias de informação e comunicação. Participaram no estudo os seguintes organismos: UMIC, INE, Direcção Geral de Estudos, Estatística e Planeamento do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (DGEEP), Instituto de Informática do Ministério das Finanças e da Administração Pública (II), Observatório da Ciência e do Ensino Superior do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (OCES), Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM), Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo do Ministério da Educação (GIASE), Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA) e Direcção Regional de Estatística da Madeira (DREAM). A totalidade dos resultados encontra-se disponível em Portugal (2006f).

no período em causa, nomeadamente na intranet (serviços e informações mais disponibilizadas pelas câmaras) e na internet (actividades desenvolvidas pelas câmaras), destacam-se a presença crescente no espaço virtual e as razões principais enunciadas para a criação dos *sites* oficiais: promover o turismo e a cultura (99%) e divulgar informação institucional da câmara (99%) e a agenda cultural/desportiva e outras actividades locais (97%). Preocupações com o relacionamento mais próximo entre o poder local e os cidadãos (89%) e com o desenvolvimento socioeconómico local (82%) integram, ainda que com um peso menor mas deveras significativo, o painel de motivações políticas para o *estar on-line*.

### Tabela 5.1

Razões determinantes para a criação do *site* na internet  
2003-2006, (%) câmaras municipais com presença na internet

|                                                              | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 |
|--------------------------------------------------------------|------|------|------|------|
| Promover o turismo e a cultura                               | 93   | 97   | 98   | 99   |
| Divulgar informação institucional da câmara municipal        | 94   | 96   | 98   | 99   |
| Divulgar a agenda cultural/desportiva e outras actividades   | 91   | 94   | 95   | 97   |
| Estreitar o relacionamento entre o poder local e os cidadãos | 76   | 78   | 80   | 89   |
| Promover o desenvolvimento sócio-económico do município      | 65   | 70   | 73   | 82   |
| Aproximar as comunidades emigrantes do seu município         | 67   | 71   | 70   | 75   |
| Promover as tecnologias da informação junto dos cidadãos     | 59   | 65   | 69   | 74   |
| Disponibilização de serviços <i>online</i>                   | 43   | 49   | 57   | 62   |

Fonte: INE; UMIC, *A sociedade da informação em Portugal 2006*

Cenário este que os estudos relativos a 2000 e a 2002 já indicavam: não só a iniciativa para a criação de um *website* partia do presidente ou de um vereador em 43% dos casos, e em 13% de entidades exteriores à câmara municipal (Santos; Amaral, 2000, p. 54), como, em 2000, 20% pretendiam divulgar a informação da câmara municipal, 18% promover o turismo e a cultura, 13% divulgar a agenda cultural e desportiva, 12% promover o desenvolvimento socioeconómico do município e 12% aproximar o poder local aos cidadãos, totalizando estes factores 75% do total das respostas dos inquiridos (Ibidem, p. 57). Em 2002, reiteravam-se os objectivos de divulgar informação da câmara municipal e promover o turismo e a

cultura, objectivos que a nosso ver, e ainda que distantes daquilo que os autores consideram ser estruturantes para definir um perfil activo e próprio do *e-gouvernement* (Santos; Amaral, 2003b), se enquadram nos propósitos da nossa pesquisa. Mesmo que o distanciamento entre os discursos e as práticas políticas seja um dado a ter presente nos municípios em análise, não é de estranhar a insistência política nos usos dos *websites* com intenções de *marketing* municipal com a referência a tal painel de intenções da gestão camarária. Os trabalhos de 2000 e 2002 vieram assim mostrar que, neste período, aumentou o número de câmaras com presença na *web* (um aumento de 22%), regionalmente diferenciado, havendo em 2002 72% de câmaras municipais com *website* com um efeito de litoralização bem vincado. 83% dos municípios pertencentes ao grupo das autarquias da orla litoral dispunham, na altura, de *website*.

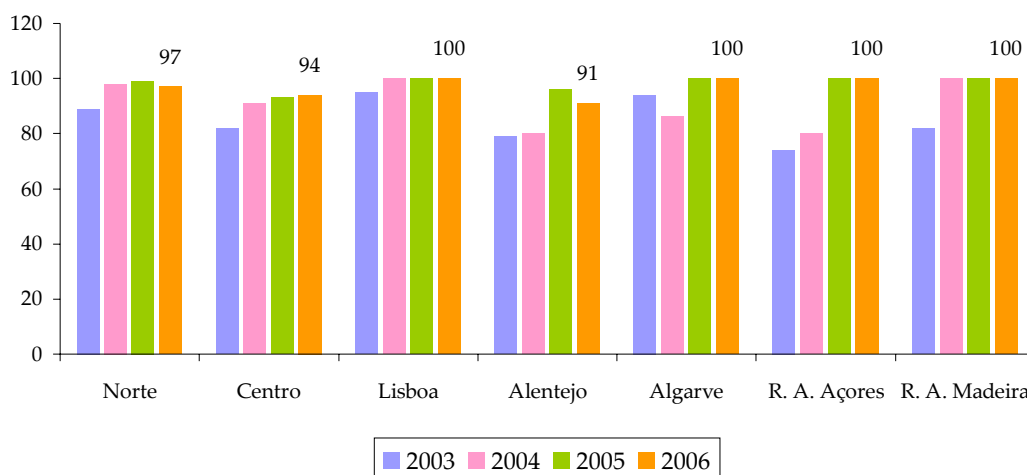
Em segundo lugar, e se perspectivarmos os concelhos da AMP à luz destes estudos, constatamos que diminuiu o número de câmaras que não responderam ao inquérito, indicador provável de um outro posicionamento face às questões do *estar on-line*: em 2000 não responderam ao inquérito Espinho, Maia, Póvoa de Varzim e Vila do Conde; em 2002, e entre as que compõem a AMP, apenas Espinho e Vila do Conde. Por outro lado, e segundo a categorização apresentada pelos autores, os concelhos da AMP integraram as câmaras situadas na orla litoral (categoria de câmaras mais desenvolvidas do ponto de vista do *e-gouvernement*); as de dimensão média e elevada consoante o número de eleitores<sup>17</sup> (no total, as que obtiveram melhores resultados por disporem de mais recursos humanos e financeiros e de uma menor proximidade real face ao cidadão local); e as da Região Norte que, do ponto de vista das NUTS II, constituíram 79% das câmaras com maior presença na internet. Em 2006, este último valor, ainda que num conjunto regional mais equilibrado, alargou-se: 97%.

---

<sup>17</sup> Categorização feita a partir do número de eleitores à data da realização do estudo: eleições autárquicas de 2001. No total das 9 câmaras, Espinho é considerada a de pequena dimensão; Gondomar, Matosinhos, Porto e Vila Nova de Gaia como as câmaras de grande dimensão; e, entre elas, Maia, Póvoa de Varzim, Valongo e Vila do Conde como as de média dimensão (Santos; Amaral, 2003b).

**Figura 5.1**

Presença na internet, por regiões - NUTS II  
2003-2006, (%) câmaras municipais



Fonte: INE; UMIC, *A sociedade da informação em Portugal 2006*

Destaquemos uma terceira dimensão de análise: o tipo de informação disponibilizada e a periodicidade de actualização dos conteúdos. As conclusões do estudo de 2006, e entre as câmaras com presença na internet, são claras quanto ao tipo de informação disponível que mais se destaca: o organograma do órgão executivo, os planos locais e indicações municipais, o anúncio de reuniões e eventos camarários e as actas e resoluções tomadas em reuniões e sessões camarárias. Informação que, de certo modo, pouco se propicia à concretização do painel de intenções políticas subjacentes à criação do próprio *site*, atrás referidas.

Quanto à actualização dos conteúdos, e do ponto de vista dos autarcas e dos técnicos municipais, não só é permanente como realizada maioritariamente pelos serviços camarários. Contudo, os trabalhos de 2000 e de 2002 já assinalam um aspecto relevante, e que a nossa própria consulta e análise documental dos *sites* das autarquias da AMP confirmou: a falta de actualização dos *websites* pelas câmaras. Como afirmam, “Muitos foram criados com alguma informação genérica e não mais foram actualizados.” (Santos; Amaral, 2000, p. 60). Pese embora no inquérito de 2002

os representantes autárquicos referirem actualizar os seus *websites* sempre que existem alterações dos conteúdos (70% das respostas obtidas), o confronto com os *sites* oficiais mostram um facto contrário, dimensão esta que, de algum modo, relevamos na nossa análise, pois a consulta dos *websites* das câmaras da AMP, em 2003/2004 e, pontualmente, em 2007, reiteram ainda dificuldades de actualização dos conteúdos disponibilizados<sup>18</sup>.

### Tabela 5.2

Tipo de informação disponível no *site* na internet  
2003-2006, (%) câmaras municipais com presença na internet

|                                                               | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 |
|---------------------------------------------------------------|------|------|------|------|
| Organograma da câmara municipal                               | 70   | 77   | 78   | 83   |
| Informação municipal e planos locais                          | 80   | 75   | 80   | 81   |
| Anúncio de reuniões e eventos camarários                      | 68   | 70   | 72   | 79   |
| Actas e resoluções tomadas em reuniões e sessões camarárias   | 51   | 60   | 65   | 75   |
| Contactos e curriculum dos principais responsáveis camarários |      | 57   | 63   | 73   |
| Informação sobre serviços, direitos e deveres dos cidadãos    | 54   | 59   | 66   | 72   |
| Actos administrativos camarários (resoluções, despachos)      |      | 35   | 44   | 49   |
| Planos de actividade e relatórios de actividade               |      | 35   | 39   | 49   |

Fonte: INE; UMIC, *A sociedade da informação em Portugal 2006*

Numa perspectiva de projecção interna e externa do concelho, e atendendo à forte vocação turística dos concelhos da AMP, como transparece na maior parte dos discursos dos eleitos locais por nós entrevistados, é interessante constatar a quase ausência de suporte bilingue ou trilingue nos *sites*. Já no estudo de 2000, se ressaltava esta questão: “Apenas 5% utiliza mais que uma língua estrangeira, o que revela que os conteúdos são essencialmente destinados à comunidade de língua

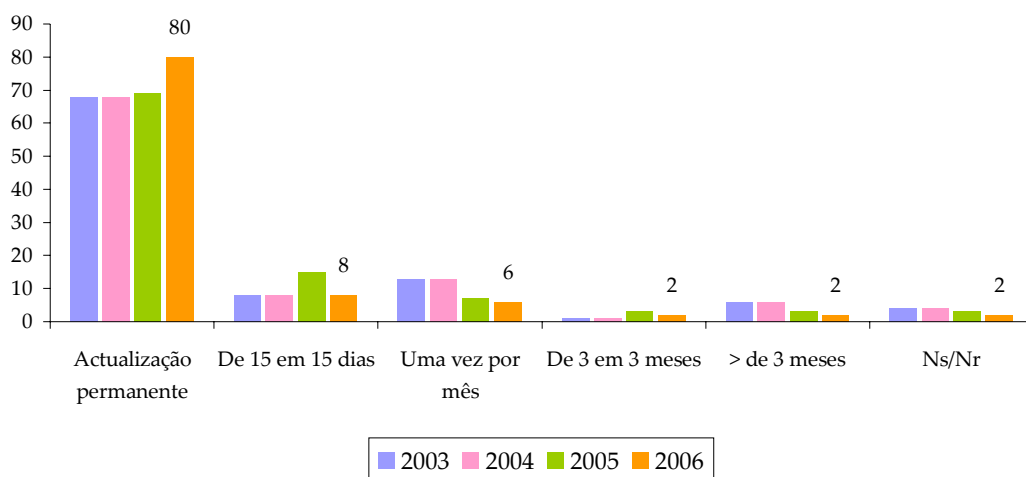
<sup>18</sup> De igual forma, o facto de quase todas as câmaras disponibilizarem um endereço de correio electrónico para contacto, os modos e os tempos de processamento das mensagens recebidas demonstram que, em 2003, e de acordo com os dados dos estudos referidos, dois terços das câmaras municipais não respondem às mensagens ou não mantêm as suas caixas de correio electrónico. Por um lado, as câmaras municipais já dominam estas tecnologias mas, por outro, demonstram ainda o precário aproveitamento em benefício do cidadão e da modernização administrativa (Santos; Amaral, 2003b). No contexto da nossa pesquisa, e após teste feito com os *e-mails* de algumas câmaras dos concelhos da AMP em 2007, para alguns serviços camarários, as respostas em certos momentos e para certos pedidos, e nalgumas delas, foram tardias ou, até à data, inexistentes.

portuguesa. Sendo Portugal um país com uma forte vocação turística, poucos são os Web Sites que traduzem essa prioridade quer ao nível das línguas dos conteúdos quer ao nível dos próprios conteúdos e organização.” (Santos; Amaral, 2000, p. 61). De qualquer modo, 19% traduziram os seus conteúdos para inglês, 3% para francês, 2% para alemão e 1% para espanhol.

### Figura 5.2

#### Frequência da actualização de conteúdos

2003-2006, (%) câmaras municipais com presença na internet



Fonte: INE; UMIC, *A sociedade da informação em Portugal 2006*

Uma quarta dimensão que nos parece pertinente: o estreitamento de redes de cooperação com as juntas de freguesia e com outros municípios, ainda que mais manifestas na operacionalização formal das TIC, igualmente visíveis na criação de um portal/*website* conjunto (39% em 2006).

Por último, dois outros aspectos. Primeiro, e do ponto de vista da interacção com o cidadão, e daquilo que os autores consideram ser a identidade da autarquia digital (Santos; Amaral, 2000), os dados de 2000 demonstram que vários aspectos há a melhorar na presença das câmaras no espaço virtual. Atendendo à especificidade



do enquadramento que aqui privilegiamos, destaquemos<sup>19</sup> os *links* “mortos”/erros/inconsistências - “Os dados da análise revelam que na generalidade os Web Sites são cuidados neste aspecto. Apenas 5% apresentaram maus ou péssimos resultados o que não é representativo, sendo mesmo bons ou excelentes 87%” (Santos; Amaral, 2000, p. 66); e o *design* gráfico - “Os resultados demonstram que 41% dos Web Sites têm um bom ou excelente design gráfico e que 7% são mesmo muito pouco cuidados deste ponto de vista. Mais de metade têm design razoável” (Ibidem, p. 66-67).

### Tabela 5.3

Cooperação com outros municípios  
2003-2006, (%) câmaras municipais

|                                                         | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 |
|---------------------------------------------------------|------|------|------|------|
| Desenvolvimento ou aquisição de aplicações              | 20   | 18   | 38   | 44   |
| Portal ou <i>website</i> conjunto                       | 16   | 10   | 38   | 39   |
| Compra de infra-estrutura TIC, etc.                     | 13   | 13   | 34   | 37   |
| Operação, manutenção e utilização das TIC               | 15   | 15   | 31   | 31   |
| Venda/disponibilização de bens e/ou serviços ao cidadão | 4    | 4    | 13   | 17   |
| Compra de bens e/ou serviços através da internet        | 2    | 2    | 8    | 10   |

Fonte: INE; UMIC, *A sociedade da informação em Portugal 2006*

Do ponto de vista dos conteúdos, e segundo a análise feita, a generalidade dos *websites* destina-se a fazer divulgação de informação histórica, do património, cultural e turística: “O seu tratamento é bom ou excelente em 12% dos casos. A Agenda Cultural e Desportiva é boa ou excelente em 12% dos Web Sites. Conteúdos diversos são tratados de forma boa ou excelente em 8% dos casos. A divulgação de notícias de interesse para o cidadão relativas ao município é boa ou excelente em 6%

<sup>19</sup> Outros há ainda como a facilidade de navegação – os resultados mostram que a navegação nos *websites* está bem estruturada [“Em 78% dos Web Sites ela é excelente ou boa, em 21% é razoável e apenas em 1% é má ou péssima.” (Santos; Amaral, 2000, p. 68)]; ou a acessibilidade a cidadãos com deficiência [“Tendo-se verificado que nenhum dos Web Sites analisados tinha tido uma preocupação coerente e sistemática nesse sentido. Este resultado não sendo muito diferente em relação à realidade nacional é no entanto relevante pelo papel que as autarquias têm na sociedade portuguesa e pela sua proximidade ao cidadão.” (Ibidem, p.70)]

dos casos e finalmente a informação da autarquia é boa ou excelente em 1% dos Web Sites.” (Santos; Amaral, 2000, p. 63-64). Valores aquém do desejável quer do ponto de vista do posicionamento interno e externo do concelho, quer quanto à sua projecção cultural e turística.

Quando confrontados com as nossas intenções analíticas, e com o modesto exercício que procurámos realizar, não há proximidade de objectivos e de critérios de análise destes documentos – os *sites* municipais – entre tais estudos e o aqui presente<sup>20</sup>. As análises qualitativas que realizámos aos *sites* das autarquias da AMP orientaram-se por outros vectores e numa abordagem estritamente descritiva: perspectivar de que modo os actores do poder local disponibilizavam, e para as áreas privilegiadas da cultura e do turismo, leituras políticas do concelho. Porém, certas componentes destes estudos retrataram-se de novo. Senão vejamos.

A observação directa *on-line* dos *sites*<sup>21</sup> permitiu-nos constatar que a maioria das câmaras da AMP não disponibilizava por esta via informação sistematizada que indiciasse concepções políticas dos eleitos quanto aos vectores estratégicos para o concelho, e às áreas da cultura, do desporto e do turismo, numa relação estreita com o desenvolvimento mais global do município.

O que pudemos observar foi a referência a certos parâmetros, nalguns casos clara e directa - como os de Matosinhos e Porto – noutros, implícita e residual – nos restantes concelhos. A maioria dos *sites* das câmaras da AMP, em 2003-2004, não faz uma apresentação dos *princípios estratégicos* de governação dos respectivos concelhos<sup>22</sup>. Apenas Porto e Vila Nova de Gaia apresentam um conjunto de informações que remete para os objectivos a cumprir ao longo do mandato. A

---

<sup>20</sup> Consulte-se Santos; Amaral (2003b) para visualizar a grelha de avaliação da qualidade e da maturidade dos *websites* das câmaras numa óptica de governo electrónico local.

<sup>21</sup> Desenvolvemos este trabalho de consulta e recolha da informação entre Novembro e Dezembro de 2003, com actualização dos registos de informação entre Março e Abril de 2004. E, tendo presente esta relativa distância temporal, constatamos que nalgumas dimensões há alterações visíveis no posicionamento das câmaras no mundo virtual, noutras, nem tanto, quando em comparação com o momento anterior de referência. À data deste trabalho de recolha e tratamento documental, Vila do Conde não tinha *site* oficial disponível.

<sup>22</sup> Nos Anexos 5F a 5M encontra-se disponível a informação tratada para cada concelho, com base nas categorias de análise apresentadas no Anexo 5E.

excepção a esta dicotomia diz respeito a Espinho onde, ainda que não sejam expressos objectivos políticos de governação, ou princípios estratégicos da autarquia, há, no entanto, uma referência ao turismo como sector económico a investir no futuro, sendo tido, inclusive, como principal factor de desenvolvimento do concelho.

**Tabela 5.4**

Presença/ausência de concepções políticas globais para o concelho nos *sites* oficiais das câmaras da AMP, 2003-2004

|                   | Princípios estratégicos para o concelho | Concepções políticas de cultura | Concepções políticas de turismo | Concepções políticas de desenvolvimento | Concepções políticas de desporto |
|-------------------|-----------------------------------------|---------------------------------|---------------------------------|-----------------------------------------|----------------------------------|
| Espinho           | N/S                                     | N                               | N/S                             | N                                       | N                                |
| Gondomar          | N                                       | N                               | N/S                             | N                                       | N/S                              |
| Maia              | N                                       | N/S                             | N/S                             | N/S                                     | N/S                              |
| Matosinhos        | N                                       | S                               | S                               | S                                       | N                                |
| Porto             | S                                       | N/S                             | S                               | S                                       | S                                |
| Póvoa de Varzim   | N                                       | N/S                             | N/S                             | N                                       | N                                |
| Valongo           | N                                       | S                               | N/S                             | N/S                                     | N/S                              |
| Vila do Conde     | <i>O site não está disponível</i>       |                                 |                                 |                                         |                                  |
| Vila Nova de Gaia | S                                       | N/S                             | N/S                             | N/S                                     | S                                |

**Legenda**

N - Não

N/S - Não, mas com referências implícitas

S - Sim

Por seu turno, nas *concepções políticas sobre cultura*, prevalece a inexistência explícita desses mesmos objectivos, com, todavia, referências a apostas culturais a levar a cabo no concelho. Esta situação tem destaque particular nos concelhos da Maia, Porto, Póvoa de Varzim e Vila Nova de Gaia. Depreende-se que alguns aspectos são importantes vir a desenvolver na autarquia em termos culturais; no entanto, são dimensões que se diluem em registos documentais relativos a outros temas correntes da gestão municipal. Para além dos concelhos referidos, e não isolando ou protagonizando a centralidade funcional do Porto nesta área, Espinho e Gondomar marcam posição por não fazerem qualquer alusão a uma eventual postura política no que se refere à dimensão cultural, enquanto Matosinhos e

Valongo constituem o seu oposto. Estes últimos concelhos, inclusive, apresentam textos de divulgação das suas áreas culturais privilegiadas. No caso de Matosinhos, há uma clara aposta na música e nas artes plásticas, subjacente ao fundamento da necessidade de criar uma programação cultural assente em actividades perenes, isto é, em actividades que se prolonguem temporalmente e que sejam apanágio identitário e formativo do próprio concelho. No caso de Valongo, foram estabelecidos vários protocolos com actores culturais do concelho num duplo sentido: criar um panorama cultural diversificado e atraente e, numa postura pedagógica, fomentar a formação cultural inter-actores e associações locais. Para além disso, e ainda para este concelho, faz parte do investimento cultural um esforço de descentralização quer de equipamentos, quer de eventos culturais, que a construção e/ou renovação de casas culturais – os ditos *centros culturais* – nas 5 freguesias do concelho tornam possível.

Nas *concepções políticas de turismo* das 8 autarquias da AMP abordadas, apenas 2 concelhos manifestam expressamente, e à data referida, a sua aposta turística, a saber: Matosinhos e Porto. Por outro lado, todos os outros concelhos, mesmo que não assumam expressamente os seus objectivos a cumprir em termos de turismo, deixam implicitamente a mensagem da importância do sector para o desenvolvimento do concelho. O que nos parece relevante aqui assinalar é o facto de que não existe propriamente um *texto político*, tal como para outras dimensões analisadas, que nos remeta para os aspectos fulcrais a desenvolver neste sector de actividade em cada concelho. E, tal como para outros concelhos, assume-se a existência implícita de objectivos pela análise de discursos políticos do eleito responsável pelo órgão executivo, ou pela própria apresentação, numa espécie de roteiro municipal, das potencialidades turísticas locais. Todos os *sites* têm um *menu* dedicado ao turismo, que funciona como um instrumento de apelo aos visitantes do *site* para a visita ao concelho, e não propriamente como uma dimensão documental estratégica e política de afirmação do turismo local e regional. No âmbito destas

referências implícitas<sup>23</sup>, que as entrevistas que realizámos aos actores políticos locais melhor objectivam, como mais adiante veremos, localizámos uma tendência para o *turismo ecológico/turismo ambiental* no concelho de Valongo tendo como base de sustentação o Parque Paleozóico aí existente.

Se as concepções referidas estão ausentes do cenário virtual das câmaras municipais, também o estão, de uma maneira geral, as *concepções políticas de desenvolvimento* subjacentes aos projectos de governação local. Espinho, Gondomar e Póvoa de Varzim não fornecem qualquer tipo de informação que nos permita inferir uma política de desenvolvimento para o concelho. Matosinhos e Porto, pelo contrário, e reiterando uma tendência já verificada noutras dimensões, apresentam uma visão estruturada dos princípios nos quais deve assentar o desenvolvimento concelhio. Neste sentido, Matosinhos associa a sua concepção política de desenvolvimento à questão ambiental, subscrevendo um plano horizontal de acção ambiental através do qual atingir-se-á a meta do desenvolvimento sustentável do concelho. Já o Porto assume a coesão social como o factor primordial de aposta para o desenvolvimento do concelho, associando-o a um conjunto de políticas sociais estruturadas, ao mesmo tempo que faz a apologia de um desenvolvimento integrado na nova geografia europeia, tendo por base uma estrutura coerente de transportes e comunicações, facilitadora das relações económicas, culturais e políticas intra e inter-regionais e no contexto da União Europeia. Os restantes 3 concelhos analisados - Maia, Valongo e Vila Nova de Gaia - deixam transparecer, em algumas das suas informações no *site*, os aspectos mais importantes a considerar a este nível, não os identificando, porém, enquanto aspectos primários de concepção política. No caso da Maia, retivemos, por exemplo, que tem havido um claro investimento no sector terciário nos últimos anos, arquitectado de acordo com o nível de desenvolvimento industrial que o concelho vivencia, pese embora aparecer documentalmente mais como uma constatação ou efeito do que propriamente como

---

<sup>23</sup> Nesses *menus* é geralmente apresentada uma pequena monografia do concelho, os principais pontos turísticos, onde ir, como ir, onde comer e onde dormir, e por vezes algumas actividades culturais. É importante considerar-se que é daqui que se retiram as referências implícitas à aposta turística da região e não a qualquer *texto* verdadeiramente expresso neste sentido.

uma aposta política<sup>24</sup>. Já no caso de Valongo é possível apreender-se um enfoque particular no nível primeiro do desenvolvimento do concelho – o da construção de infra-estruturas básicas de água e saneamento e de habitação - que, ao constituir-se, pela sua ausência, como herança política das equipas executivas anteriores, mantém-se necessária. O autarca responsável considera ser esta, e em 2003-2004, uma prioridade de intervenção camarária, que, só depois de concretizada, justificará o investimento noutras etapas – quando temporalmente perspectivado - e áreas do desenvolvimento. No caso de Vila Nova de Gaia, e ainda que não o seja plenamente expresso, é certo que uma grande parte do desenvolvimento do concelho passa pelo plano urbanístico, eminentemente associado ao Programa Polis. No entanto, outros factores como a educação, o ambiente e a cultura vão sendo utilizados nos *discursos* (*textos documentais*) disponíveis nos *sites* para darem conta da sua própria presença no plano de desenvolvimento do concelho.

Focalizemos, por fim, as eventuais *concepções políticas sobre o desporto* no plano global de desenvolvimento do concelho. Apenas Porto e Vila Nova de Gaia apresentam um plano definido daquilo que *deve ser*, do seu ponto de vista, a aposta política do município nesta matéria. Espinho, Matosinhos e Póvoa de Varzim não assumem objectivos a cumprir relativamente ao papel da equipa política executiva na vertente desportiva, enquanto Gondomar, Maia e Valongo permitem-nos inferir uma determinada postura, através de referências implícitas à prática desportiva. Neste último caso, é o concelho da Maia aquele que deixa antever alguns pontos bases de uma política desportiva, visíveis através de um discurso do presidente da câmara, também ele vereador do desporto, relativamente à prática desportiva, bem como de iniciativas desportivas de charneira que visam a projecção nacional e internacional do concelho<sup>25</sup>. Por outro lado, quer o torneio jovem de ténis da Maia,

---

<sup>24</sup> Esta dimensão tem um protagonismo político, como adiante veremos, no discurso do presidente da edilidade, por nós entrevistado.

<sup>25</sup> Com eventos desportivos como os Jogos Inter-freguesias “pretende-se proporcionar a todos e quaisquer cidadãos, independentemente do sexo ou idade, o contacto com uma actividade desportiva ou de cariz semelhante. A formação de quadros competitivos permitirá adquirir algumas valências, que servirão de base quer para a formação/educação de jovens (...), quer para manter uma participação

quer o Maia Handball Cup, são exemplos dessa vontade de projecção nacional e internacional. O apoio a infra-estruturas desportivas, bem como a frequência de organização das férias desportivas são outros dois aspectos. Em Valongo é possível perceber-se uma aposta nos últimos anos em termos de equipamentos básicos ao nível do desporto, bem como um apoio ao desporto amador no concelho. Finalmente, e quanto a Gondomar, é possível localizar uma preocupação da câmara com o desporto escolar, mas sem qualquer informação adicional<sup>26</sup>.

Procurámos, de igual modo, sustentar um olhar analítico sobre os *sites* das câmaras da AMP a partir de um conjunto de *conteúdos* que, do nosso ponto de vista, se enquadrariam em modos centrais de perspectivar a projecção do concelho para o exterior e de enquadrar directrizes estruturantes dos projectos e dos planos de intervenção local nas áreas que aqui nos ocupam. Os *conteúdos* de um *site* dividem-se entre informações sobre o município, sobre a autarquia e a prestação de serviços *on-line*. Geralmente este último aspecto não ocorre com grande frequência. Apenas Maia e Porto reúnem estas três funções, enquanto Póvoa de Varzim apresenta informação apenas para o primeiro nível e os outros concelhos informação acerca do seu município e da sua autarquia. Destaquemos aqui alguns conteúdos, nomeadamente aqueles que não só nos orientaram na recolha da informação centrada nos objectivos da pesquisa, como, de algum modo, se articulam com as directrizes de divulgação cultural e turística municipal.

De uma maneira geral, os *sites* das autarquias procuram fazer a *divulgação histórica, do património cultural e turístico* do concelho. Dão a conhecer as agendas culturais e desportivas do município e fazem uma apresentação generalizada da autarquia, nomeadamente ao nível dos seus órgãos e serviços, bem como dos seus eleitos. Para além desta regularidade comum, há *sites* como o da Maia, o do Porto e

---

constante e activa através do Desporto para os menos jovens” [excerto retirado a 25 de Novembro de 2003 do *site* oficial municipal].

<sup>26</sup> Quando esta informação é cruzada com aquela que obtivemos a partir das entrevistas realizadas aos eleitos locais, constatamos um relativo distanciamento entre os discursos dos actores políticos sobre os projectos e as práticas políticas no concelho e a visibilidade social e simbólica das actividades desenvolvidas. Os *sites* traduzem um *estado* da realidade cultural, desportiva e turística dos concelhos, e da própria oferta municipal, mais distante, por defeito, das práticas políticas efectivas.

o de Vila Nova de Gaia que oferecem muito mais informação relativa quer à sua autarquia, quer ao seu município. De qualquer forma os *sites* funcionam acima de tudo como fornecedores de informação, mais actualizada ou não, mais pertinente ou não, mais dirigida ao cidadão local, ou mais direccionada para o *outsider*. A interacção é diferente apenas nos *sites* da Maia e do Porto, onde o munícipe pode participar em fóruns de discussão ou mesmo utilizar os serviços da autarquia *on-line*, muito próximo daquilo que, nas linhas anteriores deste capítulo, designamos por *e-governement* (Santos; Amaral, 2003b; 2000).

A grande maioria dos *sites* das câmaras não disponibiliza, no período em análise, os *discursos políticos* dos seus autarcas, excepto os concelhos da Maia, do Porto e de Vila Nova de Gaia. Ainda assim, destes 3 concelhos, apenas o Porto tem um *menu* subordinado ao tema *discursos políticos*, onde são disponibilizadas as várias intervenções públicas do seu presidente. A Maia disponibiliza formalmente apenas 1, e Vila Nova de Gaia o discurso de tomada de posse do chefe do executivo em 2002. Espinho e Matosinhos, por sua vez, ainda que não forneçam qualquer tipo de discurso político apresentam uma mensagem de boas vindas na abertura do respectivo *site*. Os concelhos são também contextualizados a partir de um tipo de informações.

A listagem de *órgãos e serviços disponíveis* no município e dos *eleitos locais*, quer ao nível da composição do executivo municipal, quer no que se refere à composição da assembleia municipal, estão disponíveis em 2003-2004 em todos os *sites*, com excepção do da câmara poveira. Varia, é certo, a forma como esta informação é apresentada – nalguns, inclusive, confrontamo-nos com o conjunto de funções e de competências atribuídas e o seu historial; noutros, como Porto, Vila Nova de Gaia e Maia, são ainda apresentadas as empresas municipais, o seu historial, as suas funções e outras informações relevantes para os públicos locais e não locais<sup>27</sup>.

---

<sup>27</sup> Refira-se que a este nível as informações disponibilizadas são para os mandatos em curso (à data da pesquisa, 2001-2005), não havendo, por exemplo, informação sobre os eleitos locais de mandatos mais recuados, o que no contexto da nossa pesquisa nos exigiu o confronto com outras fontes de informação.



**Tabela 5.5**

Presença/ausência de conteúdos nos *sites* oficiais das câmaras da AMP, 2003-2004

| Câmaras Municipais | Discursos políticos                        | Actividades e eventos (agenda cultural) | Resenha monográfica sobre o concelho | Órgãos e serviços da autarquia | Eleitos locais | Dados estatísticos sobre o concelho | <i>Links</i> | Estrutura da página |
|--------------------|--------------------------------------------|-----------------------------------------|--------------------------------------|--------------------------------|----------------|-------------------------------------|--------------|---------------------|
| Espinho            | N<br>(excepto na abertura do <i>site</i> ) | S/desact.                               | S                                    | S                              | S              | S                                   | S            | S                   |
| Gondomar           | N                                          | S/act.                                  | S                                    | S                              | S              | N                                   | S            | S                   |
| Maia               | S                                          | S/act.                                  | S                                    | S                              | S              | S                                   | S            | S                   |
| Matosinhos         | N<br>(excepto na abertura do <i>site</i> ) | S/act.                                  | S                                    | S                              | S              | N                                   | S            | S                   |
| Porto              | S                                          | S/act.                                  | S                                    | S                              | S              | N/S                                 | S            | S                   |
| Póvoa de Varzim    | N                                          | S/act.                                  | S                                    | N                              | N              | S/desact.                           | S            | S                   |
| Valongo            | N                                          | S/act.                                  | S                                    | S                              | S              | N                                   | S            | S                   |
| Vila do Conde      |                                            |                                         | <i>O site não está disponível</i>    |                                |                |                                     |              |                     |
| Vila Nova de Gaia  | S                                          | S/act.                                  | S                                    | S                              | S              | S                                   | S            | S                   |

**Legenda**

N - Não  
N/S - Não, mas com referências implícitas  
S/ act. - Sim, actualizados  
S/ desact. - Sim, desactualizados  
S - Sim

Quanto aos *dados estatísticos disponíveis* existe alguma variedade de situações nos 8 concelhos que foram analisados. Para além dos que nada apresentam sobre esta matéria (Gondomar, Matosinhos e Valongo), outros há cujos dados disponibilizados, mesmo não reportando às áreas que aqui nos interessam, recaem sobre dimensões mais globais do concelho: a sócio-demografia local, por exemplo (população e densidade populacional, as actividades económicas, a educação, os grupos etários, a habitação e o alojamento). Na maioria dos casos, e por aquilo que nos foi dado constatar na consulta de 2003-2004, são informações com níveis de desactualização (reportando a dados anteriores aos Censos de 2001), e de incorrecção, ou sem a identificação das fontes dos dados. O Porto destaca-se porque disponibiliza *on-line* um documento sobre a monitorização da qualidade de vida urbana no Porto.

Os *links* que aparecem nos *sites* das câmaras da AMP são muito variados: quase todos disponibilizam *links* internos ao *site*, isto é, a *menus*, a ícones que reflectem instituições do município, ou simplesmente informação. Para além disso disponibilizam *links* relativos a realidades próximas do concelho, que podem ter que ver com a autarquia ou não, bem como outro tipo de ligações que são consideradas interessantes e que não têm qualquer relação com o município. Os concelhos mais extensos nesta área são os da Maia, com uma listagem muito completa, e de Vila Nova de Gaia, com a informação subdividida entre Vila Nova de Gaia; Instituições oficiais e políticas; Notícias; Compras via Internet; Negócios e economia; Entretenimento e cultura<sup>28</sup>.

As *resenhas monográficas* marcam presença em todos os *sites* dos concelhos. Nalguns casos, sob a alçada do *menu* turismo, com a intenção de dar a conhecer aos turistas que visitam o *site* o passado presente do concelho, e a potenciar as especificidades históricas municipais e as visitas com fins turísticos; noutros casos, aparecem como item isolado e autónomo, desprovido de contextualização mais

---

<sup>28</sup> Veja-se, de novo, e para outras informações, os Anexos 5F a 5M com a informação para cada *site* das câmaras da AMP.

global. Depreende-se que a autoria de tais resenhas reside nos serviços culturais e turísticos da autarquia e em fontes documentais, habitualmente não identificadas.

As informações sobre *actividades e eventos* são transversais ao painel de todos os *sites*, sejam de índole cultural, desportiva ou outra, e com informação actualizada, havendo mesmo agendas culturais e desportivas preparadas mensal ou bimensalmente. Excepção feita a Espinho que, à data da consulta, apresentava um conjunto de actividades relativas a 2001 e 2002. A maioria dos *sites* aproveita ainda a sua *home page* para divulgar e destacar essas mesmas actividades.

Quanto aos *aspectos formais*, também eles indicativos de um modo particular de visibilidade pública do concelho<sup>29</sup>, destaquemos alguns pormenores. No momento em que nos confrontámos com a informação disponível, apercebemo-nos de que os investimentos políticos e financeiros na imagem turística e cultural do concelho, por via das plataformas virtuais, não eram propriamente uma prioridade, nem tão pouco um campo cujas potencialidades junto do eleitorado pudessem ser exploradas. Os *sites* municipais, ainda que muito diferentes, apresentam alguma conformidade no que diz respeito às cores de suporte – em quase todos estão presentes o branco e o azul, bem como o verde e o cinzento – e as imagens mais utilizadas são as fotografias relativas ao concelho, sejam elas de pessoas, equipamentos, lugares ou actividades, ainda que por vezes seja possível encontrarmos imagens, desenhos e ilustrações animadas. Quanto aos símbolos do *site* e do concelho, Espinho, Gondomar e Póvoa de Varzim não disponibilizam qualquer símbolo, enquanto as outras autarquias dividem-se entre o brasão do

---

<sup>29</sup> Se confrontarmos a informação recolhida em 2003-2004 com aquilo que são em 2007 os *sites* destes municípios, e particularmente do ponto de vista gráfico, são visíveis as diferenças, que provavelmente indiciam uma certa profissionalização do campo político local no que diz respeito aos modos de arquitectar um *marketing* político, à competitividade e visibilidade políticas no campo virtual, à projecção cultural e turística dos concelhos, interna e externamente, e à relação mais funcional e operacional com o município, numa lógica de *e-governement* e de informatização progressiva dos serviços autárquicos. A título de curiosidade, retenhamos alguns: hoje os *sites* são mais coloridos e contrastantes, e com um *design* para além do inscrito nos símbolos brasonados do concelho; têm um logótipo com a personalização da câmara e da autarquia; fazem usos sistemáticos das imagens presentes e passadas do município, como adornos e cartões de visita das próprias potencialidades turísticas; e alargam as informações relativas às agendas culturais, aos eventos desportivos e à oferta turística. No Anexo 5N encontra-se disponível a informação tratada em 2003-2004 a propósito dos aspectos formais dos *sites* das câmaras municipais.

concelho como símbolo sempre presente, ou entre o logótipo da própria câmara municipal, mais uma vez entre aquelas que se evidenciaram mais pelo investimento significativo neste campo: Matosinhos, Porto e Vila Nova de Gaia.

Os conteúdos são sujeitos a uma relativa actualização. Apenas o *site* da câmara de Espinho não tem, à data de 2003-2004, qualquer conteúdo actualizado. Todos os outros actualizam, pelo menos, as agendas culturais e desportivas (excepto a Póvoa); Maia, Matosinhos, Porto, Valongo e Vila Nova de Gaia actualizam, igualmente, as notícias relativas ao município, e as que digam respeito directamente à autarquia; e alguns disponibilizam ainda data de actualização dos conteúdos, nomeadamente os da Maia e do Porto. Há também referências esporádicas à autoria das páginas *web*: ou empresas externas ou serviços internos da autarquia. Espinho, Gondomar e Póvoa de Varzim não apresentam qualquer indicação. As páginas, dos 8 municípios analisados, 5 têm motor de busca e as outras 3 não o têm. Aqueles que o disponibilizam são os concelhos de Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto e Vila Nova de Gaia. Os motores de busca permitem aceder a documentos, informações e conteúdos relativos ao próprio *site*. Apenas o *site* da Maia disponibiliza informação sobre o número de visitantes<sup>30</sup>. Por fim, e numa relação mais estreita com a projecção externa do município, adquire relevância o facto da maioria dos *sites* não disporem de outra *língua de suporte* que não a portuguesa<sup>31</sup>.

---

<sup>30</sup> Justificar-se-ia, num outro contexto de investigação, e segundo outros objectivos, explorar as alterações entretanto verificadas quanto aos *sites* oficiais das câmaras da AMP e na relação directa com os investimentos políticos e financeiros nos vectores da cultura e do turismo. Do conhecimento empírico que retemos em 2007, ainda que não o tenhamos feito de modo exaustivo e sistemático porque já ultrapassava os nossos objectivos, são visíveis o alargamento e a disseminação dos conteúdos, e particularmente nas matérias relativas à cultura e ao turismo, e em concelhos que tanto indiciavam tais preocupações no momento da nossa análise – Maia e Matosinhos, por exemplo – como marcavam presença pela sua ausência virtual – Póvoa de Varzim. Maia aparece agora, por exemplo, com portais anexos ao portal principal da câmara dedicados inteiramente às áreas da cultura e do turismo. Póvoa de Varzim apresenta um *site*, neste momento, mais interessante quer do ponto de vista gráfico, quer do ponto de vista da disseminação da informação, e, mais uma vez, nas áreas que aqui nos ocupam.

<sup>31</sup> Nesta dimensão é visível uma ligeira alteração entre a data da recolha e tratamento e a data presente deste relatório: não que se traduza num suporte bilingue em todos os *sites*, muito pelo contrário; mas, num ou noutro caso, é possível dispor de informação sectorial em inglês ou francês e nas áreas que dizem respeito ao turismo local. Por exemplo, no da Maia, com a possibilidade de aceder ao evento Maia Handball em inglês e em francês; no do Porto e no de Vila Nova de Gaia, na ligação ao portal do turismo, com informação em inglês; ou ainda no da Póvoa de Varzim, com informações particulares –

*Representações sociais e políticas da cultura e do turismo: cruzamento das modalidades de expressão*

A análise qualitativa de algumas dimensões dos *sites* oficiais das câmaras da AMP, mesmo reportando a um período não temporalmente coincidente com aquele a que nos propusemos no conjunto da pesquisa, alicerça elementos de caracterização das concepções políticas municipais sobre a cultura e o turismo. Por um lado, reportam para projectos e actividades que os discursos políticos dos autarcas objectivam como anteriores a 2001, com maior acento entre aqueles que à data do trabalho de campo davam continuidade aos mandatos autárquicos. Num outro sentido, permitem-nos tipificar áreas privilegiadas de intervenção e, nos casos em que houve inversão político-partidária dos órgãos executivos, as viragens nas prioridades do desenvolvimento cultural e turístico dos concelhos. Façamos, desde já, o confronto desta informação com as entrevistas realizadas aos actores do poder local e anotemos alguns traços, quanto a nós, significativos.

Em primeiro lugar, o posicionamento destes actores na actividade político-partidária obedece a caracteres específicos: o exercício do poder em contextos locais, assente na maior proximidade com os eleitores e munícipes e na personalização territorial da figura máxima do órgão executivo<sup>32</sup>. No contexto da AMP, e no sentido da regularidade, a nível nacional e local, da masculinização do exercício do poder político, os chefes do executivo local entrevistados são homens e com idades

---

os mapas da cidade e do concelho - em inglês, francês e espanhol. Alguns dos *sites* foram co-financiados pelo Programa Operacional Sociedade do Conhecimento (Programa\_POS Conhecimento) – veja-se a este propósito o *site* oficial [www.posc.mctes.pt](http://www.posc.mctes.pt) - e integram, igualmente, as exigências normativas quanto à criação de *sites* com *versão acessível*, ou seja, versão direccionada para cidadãos com necessidades especiais - veja-se a este propósito a Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/99 de 26 de Agosto, que estabelece as regras relativas à acessibilidade pelos cidadãos com necessidades especiais aos conteúdos de organismos públicos na internet.

<sup>32</sup> Os Anexos 5O a 5R contêm a caracterização sociográfica dos actores do poder local da AMP à data da realização das entrevistas (2002-2003). Assinale-se que apenas apresentamos aquela que nos é possível reunir a partir dos testemunhos gravados na situação de entrevista; como tal, e mesmo dentro de um painel de variáveis-base, a informação varia ligeiramente de acordo com aquela disponibilizada pelos próprios entrevistados, o que, por si só, é também indicativo das especificidades discursivas dos actores, dos contextos de interacção da própria situação de entrevista e dos trajectos pessoais (político-partidários e profissionais) objectivados pelos próprios autarcas.

compreendidas entre os 48 (Vila Nova de Gaia) e os 66 anos (Valongo) e, ainda que naturais de concelhos não necessariamente coincidentes com aqueles onde exercem a actividade de autarca, residem, na sua maioria, nos municípios que governam<sup>33</sup>. Os trajectos políticos diferenciam-se e, como tal, a relação com o universo da prática política: por um lado, desenvolvem actividades de cariz associativo e político, que, nalguns casos, remontam ao período do Estado Novo e da resistência velada (ora por actividade sindical ora por militância partidária), definindo uma relação com a política mais antiga e que se estende pelo exercício de cargos políticos e sindicais no período do pós 25 de Abril; por outro, integram a actividade política por via da candidatura às eleições autárquicas a partir das oportunidades pessoais lançadas pelos contextos partidários locais e nacionais<sup>34</sup>. Nesse sentido, a permanência no poder, nalguns deles, remonta ao primeiro mandato que tiveram a oportunidade de protagonizar<sup>35</sup>, o que, e atendendo apenas aos presidentes de câmara entrevistados, traduz já uma relativa perenidade no poder local.

---

<sup>33</sup> O autarca de Valongo, um dos entrevistados a residir no Porto, diz a propósito: *Exacto, olhe, vou começar por, eu sou natural do Porto e vivo no Porto* [o E. fez um sinal de assentimento], *mas Valongo é o Grande Porto... quer dizer isto... no fundo... são as grandes metrópoles, portanto eu não sei se... enfim eu diria em termos de graça que o... o Porto só lucra com isso* [risos] *não sei se Valongo lucrará, lucra, porque também pronto durante muitos anos Valongo e Ermesinde foram dormitórios do Porto, não é [?] ... hoje já têm... muita autonomia (...)* *eu acho que Valongo, o concelho de Valongo faz parte do Grande Porto e portanto estar aqui ou estar no Porto é igual, eu demoro 15 minutos nos acessos de minha casa aqui à Câmara... demoro 1 hora de minha casa ao centro do Porto (...)* [presidente da câmara municipal de Valongo, 66 anos, PPD/PSD].

<sup>34</sup> Assinale-se ainda que não há uma diversidade acentuada nas proveniências profissionais e académicas dos presidentes de câmara. Relevam, até certo ponto, e mesmo que não tenhamos dados mais exaustivos sobre os trajectos pessoais dos autarcas, características geracionais de momentos particulares da história política e social do país e especificidades socioeconómicas de certos contextos locais de origem. De qualquer forma, e para além destes traços, são, na sua maioria, actores sociais com níveis habilitacionais médios e elevados, com forte ligação pessoal, familiar e/ou profissional e associativa aos concelhos que tutelam, e com relações estreitas com as lógicas macro-partidárias, particularmente no contexto específico da AMP. Veja-se o Anexo 5O.

<sup>35</sup> Acrescente-se um curioso detalhe. Pormenor fortuito, que transparece nos discursos dos presidentes a propósito da sua relação com a prática política no concelho, é o da formação na área da medicina: 3 dos 5 presidentes entrevistados são médicos. Quando confrontados com a sua própria prática política, um ou outro acentuam a formação ética e a formação científica, nomeadamente na componente *diagnóstico*, o que não deixa de ser interessante quando aplicado à concepção e viabilização de um projecto global para o concelho. Vejamos a título de exemplo o seguinte: *E isso foi adquirido... quase tudo... o... embora não de forma... digamos assim... de, só por auto-suficiência... e... só por experiência empírica, porque dada a minha formação científica de... de... de licenciado em medicina... tinha digamos assim um background em termos de formação científica, em termos de formação de ideias, em termos de... de... de análise de diagnóstico e tratamento das situações que me dava uma, uma, digamos assim um, um conjunto de, de, de qualidades que normalmente um político não tem!* [o E. fez um sinal de assentimento] *E isso foi-me*

Evidencia-se, também, e entre os representantes do órgão executivo, um discurso de referência sobre o concelho e os projectos para o concelho, nomeadamente na vertente cultural, desportiva e turística, mas raramente descontextualizada do universo mais amplo de actuação política - o *projecto global de desenvolvimento* do concelho, que se consubstancia, numa primeira leitura, em duas matrizes base, como mais adiante veremos: as infra-estruturas básicas do município e os equipamentos sócio-culturais e desportivos, associados ao investimento económico e político na oferta cultural e turística. Subjacente à tentativa de objectivar esse processo, nem sempre similar entre os autarcas entrevistados, transparece uma outra sobre a *relação com os actores do poder local e do poder central*, ponderada nos discursos políticos e perspectivada diferencialmente consoante a pertença político-partidária dos representantes da governação local e central – com maior ou menor proximidade/identidade política, com maior ou menor distanciamento crítico.

Bom, eu acho que hoje também há um bocado, não é isso, não quer dizer que seja estritamente visto nesta lógica tão, tão... [o E. fez um sinal de assentimento] primária, mas: «Quem é o teu Presidente da Câmara? [o E. fez um sinal de assentimento] Ah, o meu é o... Carlos Silva. Quem é o teu Presidente da Câmara? Olha é o... o João Soares, ou é o Santana Lopes, ou é o Luís Filipe Menezes», podem é não gostar dele, eh pá [!] mas... «Quem é o ponta de lança da tua equipa? É o Carlos não sei quê. Então e o teu? É o Jardel» Eh pá, bom... isso é importante, porque isso depois também tem uma consequência, quer dizer se tem um presidente da Câmara assim, o presidente da Câmara tem estatuto p'a falar de igual p'a igual com um governo, seja ele qual for, ou p'ra... p'a levantar a voz, para, para, para... e p'a ter outro tipo de força. [presidente da câmara municipal de Vila Nova de Gaia, 48 anos, PPD/PSD]

É uma avali [hesitação], é uma avaliação positiva, tenho que dizer que de facto os meus antecessores fizeram o que puderam, eu não os vou criticar por isso... eu tive talvez a vantagem de... de quando vim p'rà Câmara de Espinho estar há 12 anos no Parlamento, conhecer muita gente ao nível do poder central, e infelizmente neste país continua a ser importante um autarca conhecer bem... aqueles que estão no poder central porque senão conhecerem bem é extremamente difícil lá chegar... se eu não puder telefonar a um ministro ou a um secretário de Estado p'a lhe levantar uma questão, se tiver de andar a resolver isso com, com pedidos de audiências e por escrito, etc., as coisas tornam-se muito difíceis e eu

---

*extremamente inte [hesitação], interessante e... extremamente útil em termos de gestão da cidade.* [presidente da câmara municipal da Póvoa de Varzim, 53 anos, PPD/PSD]. Tenhamos em atenção outros dois pormenores: entre os 5 entrevistados que acederam à entrevista, 4 eram do PPD/PSD, particularmente num contexto temporal em que a AMP inverteu o mapa político-partidário dominante (de maioria socialista para maioria social-democrata); e todos eles, ainda que delegando funções nos vereadores, acumulam um ou outro pelouro, de acordo com as suas preferências referenciais.

penso que em grande parte isso aconteceu com os meus antecessores, eles fizeram o que puderam tendo em conta os meios que tinham, tendo em conta também a influência política que podiam ter, e eu procurei colocar essa experiência que tinha... e essas influências que tinha conquistado ao longo dos anos ao serviço de Espinho. [*presidente da câmara municipal de Espinho, 51 anos, PS*]

Adquirem relevância analítica as representações que estes autarcas evidenciam a propósito do *poder* e da *prática política*. Constatamos, e nalguma relação com os próprios contextos locais de exercício do poder, e a diacronia dos percursos políticos individuais dos autarcas aqui presentes, um relativo desencanto. Quer face às lógicas institucionalizadas do poder político e à retórica, interesses e percursos político-partidários, que também subjazem às escolhas dos protagonistas para a gestão de um concelho, quer quanto à burocracia associada aos processos centralizados de tomada de decisões. Em paralelo, as representações dos autarcas a este nível retratam uma ambivalência ideológica: ora uma concepção de cidadania política, integrando a figura do autarca na do *gestor da cidade*, do *gestor de uma causa pública*, que se confronta com as necessidades das populações e um projecto global para uma cidade e um concelho; e uma concepção de autarquia como o *nível de exercício do poder político* i) *exigente e promissor*, quando individualmente perspectivado, tanto na progressão da carreira política como ponto de viragem numa carreira profissional anterior; mas ii) *difícil e pouco legitimado*, quando configuram o seu exercício e as representações sobre o seu exercício atendendo às lógicas partidárias do posicionamento político maioritário, ou às representações ideológicas dos cidadãos quanto à integridade política e ética dos actores políticos, ou ainda às insuficiências dos recursos financeiros e infraestruturais.

...14 anos, não, não tenho, tenho há 14 anos... inseri-me na actividade política e agora só sei fazer política [*risos*], não consigo estar em casa, este é um dos males dos políticos, porque nós habituamo-nos a estar fora de casa e temos que estar sempre a fazer, não, não conseguimos estar em casa sem fazer nada, porque se estiver a fazer nada ou adormeço [*o E. fez um sinal de assentimento*], porquê? Porque estou sempre a pensar, porque estamos sempre a... a escrever, a despachar, a ver o que está bem, a ver o que está mal, é um, é um vício... (...) Sabe a dificuldade, nós fazemos isto olhe eu venho p'á Câmara às 7, 7, 7 e meia horas da manhã, saio daqui às 8 horas da noite, a maior dificuldade é de tempo... é a burocracia que não me deixa fazer coisas com'eu quero, eu p'abrir um concurso público demoro um ano, p'admitir aqui pessoal demoro um ano, p'a fazer qualquer coisa tenho qu'ir à Câmara p'ái 10 vezes, portanto não me deixa andar depressa, com a rapidez qu'eu



gostava qu'isto andasse, é a única dificuldade qu'eu tenho, o resto tenho bons técnicos, tenho uma boa Câmara, são pessoas que me ajudam, tenho uma grande população que é a população da Maia [o E. fez um sinal de assentimento] [presidente da câmara municipal da Maia, 55 anos, PPD/PSD]

(...) pronto eu sou autarca, eu digo muitas vezes que eu não sou político... porque, como eu não tenho ambições políticas... e gosto muito do que estou a fazer [!], mas não tenho ambições políticas, portanto os meus horizontes são um bocado diferentes... daí eu não sei se me estou [o E. interveio]...(.)...a explicar bem e a fazer-me entender, pronto, daí eu ter algumas noções e alguns conceitos que são diferentes do dos meus colegas [o E. fez um sinal de assentimento]...[presidente da câmara municipal de Valongo, 66 anos, PPD/PSD]

Eu já tive uma enorme hesitação em 97, como eu lhe disse, neste momento estou, neste momento estou em funções, e estou aqui, quem me conhece bem, há pessoas que nem me conhecem muito bem mas notam isso... um bocado mais pelo brio e por inércia do que por entusiasmo... porque não quero sair mal, quero... quero ver se completo aquilo que iniciei no essencial, quero ver se deixo a casa minimamente arrumada, o que não é fácil mas faz sempre importância... e... eventualmente se certas condições se criarem eu penso... dar outro rumo à minha vida... sou muito, não acordo, primeiro estou saturado disto, estou saturado... da política... da partidocracia, dos partidos políticos, da... tacanhez, da falta de nível disto tudo, da... transformou-se num exercício d'alto risco e de, de desgaste rápido, qualquer imbecil fala do que faz notícia nos jornais, coloca o nosso bom nome em causa, a nossa... idoneidade, quer dizer o risco é terr [hesitação] o desgaste não compensam, quer dizer talvez compense p'a quem não souber fazer mais nada [o E. fez um sinal de assentimento], p'a quem não tiver um outro tipo de... não tiver outro tipo de convites, não tiver outro tipo de... de, de, de motivações, eu não! Eu adoro escrever, tenho 3 livros feitos e não os consigo acabar... não os consigo acabar, falta-me sempre uma semana p'ós conseguir acabar. [presidente da câmara municipal de Vila Nova de Gaia, 48 anos, PPD/PSD]

Não deixa de ser relevante, a este propósito, que alguns dos autarcas entrevistados focalizem as especificidades das autarquias enquanto figura administrativa e política de exercício do poder – salvaguardando uma certa nobreza associada ao exercício de um cargo público em prol da comunidade<sup>36</sup> - e a própria formação, técnica e ética, do autarca. E, de algum modo, os discursos dos actores políticos aqui presentes são atravessados pelas suas pertenças partidárias – por exemplo, o posicionamento face à regionalização – e pela alternância, nalguns casos, entre o exercício de funções a nível central e local, e, noutros, pela relação intrínseca com os contextos organizacionais dos partidos. O posicionamento face à política e

---

<sup>36</sup> Mas, felizmente ou infelizmente para mim e, e... pr'ós poveiros nós ganhámos as eleições por 900 votos... portanto foi uma, uma... uma vitória à tangente... mas, eu... não tendo uma experiência política... e tendo como... objectivo apenas e só... uma ideia de... de desenvolvimento político da cidade no sentido clássico do termo que é o gestor da cidade [o E. fez um sinal de assentimento], no sentido de... da tradução do... do, do gestor da polis [o E. fez um sinal de assentimento] ... e, e apenas e só com um... um sentido de entrega à causa pública nós propusemos esse desafio... [presidente da câmara municipal da Póvoa de Varzim, 53 anos, PPD/PSD]

ao exercício da política, entre alguns autarcas, traduz mais concepções individualistas e meritocráticas na forma de estar na política e de fazer o percurso da política; noutros, concepções mais estruturalistas, assentes no enquadramento organizacional e político dos partidos. A visibilidade do futuro político passa, entre os eleitos locais entrevistados, por dois caminhos possíveis: i) pela continuidade dos projectos encetados e que, na maioria dos casos, são aqueles autarcas que já passaram pela concretização das primeiras fases planeadas; ii) pelo abandono da actividade política, regressando às actividades profissionais anteriores, ou encetando, e porque o capital simbólico e económico da actividade política o permite, desempenhos sociais e pessoais desprovidos de preocupações materiais com a remuneração, a qualidade de vida pessoal e familiar ou a manutenção de um determinado estatuto social. É curioso registarmos o distanciamento entre os discursos e as práticas dos actores políticos. Se confrontarmos os discursos proferidos à data das entrevistas e o momento da redacção deste relatório final, mantêm-se no poder os mesmos autarcas entrevistados, dando continuidade aos seus programas políticos, mesmo aqueles que, de alguma forma, assumiram o cansaço político e a concretização efectiva de algumas linhas programáticas. É certo que a retirada política após o mandato em causa não foi explicitamente verbalizada por qualquer um dos eleitos, contudo, foi sugerido tanto o desapego ao exercício do poder como a necessidade pessoal de encetar novas actividades (por exemplo, actividades de solidariedade e intervenção cívica, em contextos organizacionais internacionais ou locais, sociais e associativos); e de usufruir dos tempos e dos espaços fora do campo político, sem constrangimentos sociais - como o cumprimento de horários e de protocolos - e hierárquicos - como a sujeição à autoridade formal de outrem. Diríamos que as oportunidades políticas, os contextos de afirmação local das lógicas partidárias, a incompletude das intervenções locais e o apoio popular<sup>37</sup> indiciam-se como factores mais estruturantes da actividade

---

<sup>37</sup> Para além dos excertos já apresentados, vejamos a título de exemplo a seguinte posição: *Aliás agora até... andam aí a... a discutir... o problema da limitação dos mandatos. Eu por mim podem limitar os mandatos que quiserem, não tenho problema nenhum, não vou ser abrangido por isso porque essa limitação que se pretende*

política, desmistificando uma certa ideologização em torno do exercício da prática política local, de carácter naturalista e individualista, que, ao mesmo tempo, atravessa os discursos feitos pelos entrevistados.

As autarquias são perspectivadas, e nos casos dos autarcas que o fazem - com particular acento entre o autarca socialista - como actores privilegiados para o desenvolvimento local e regional, e, em última instância, para o desenvolvimento do próprio país. Tal trabalho, e particularmente da parte de quem defende a regionalização, tem sido dificultado pelo acréscimo de atribuições e pelos constrangimentos financeiros.

(...) a mesma coisa, porque estão a ser criadas muitas dificuldades às autarquias, porque repare... muitas vezes fala-se em... transferência de competências para as autarquias, mas até se tem enchido a boca de transferências [!] quer dizer, dá a impressão que as autarquias estão a ficar mais ricas, estão a ficar com mais meios, com mais poderes, isso é tudo mentira. O que se tem transferido para as autarquias são encargos, não têm transferido as competências, as competentes verbas... têm transf [hesitação], têm transferido encargos [!], e as autarquias já não têm mais condições para assumirem mais encargos... transferiram-lhes os encargos relativos por exemplo às escolas primárias. (...) o sector que mais contribuiu para o desenvolvimento do país ao longo destes anos... foi o sector autárquico... foram as autarquias, se não fossem as autarquias grande parte dos problemas básicos das populações... nomeadamente fora de Lisboa e arredores não estariam hoje ao nível do que estão [o E. fez um sinal de assentimento]... [presidente da câmara municipal de Espinho, 51 anos, PS]

De alguma forma, e entre um ou outro autarca, tenta-se desmistificar as representações que a opinião pública e os *mass media* têm sobre o exercício da prática política local e os autarcas enquanto actores da causa pública: relativizam o

---

*impor inclusivamente não tem efeitos retroactivos, portanto 'tá a ver eu não penso estar aqui mais 3 mandatos... na Câmara de Espinho, mas acho... que é miserável... que se pretenda impor... estas... restrições às aut [hesitação], aos autarcas, e porque não aos deputados? E porque não a outros sectores da vida nacional? Penso que, só que quem faz as leis são os deputados, há deputados há 30 anos que nunca fizeram nada que se saiba de significativo neste país [!]... nem sabem fazer [!] e nunca se candidataram a uma Junta de Freguesia, que se se candidatassem se calhar só tinham o seu próprio voto... se é, se é que eles próprios acreditam neles, mas eles são eleitos, porque são eleitos à molhada, lá da lista do partido. Bom e estes senhores são os, são eles que querem impor estas limitações que me a mim não me afectam, como calcula, mas que são completamente absurdas, eu acho que não se deve im [hesitação], im [hesitação] impor limitações ao povo, o povo é que deve decidir, porque se há aí um bom autarca que... que fez 3 mandatos e quer, quer fazer o quarto, se povo não quiser que ele faça não vota nele... não é, agora, mas já agora se querem limitar então limitem a todos para darem, para mostrarem que de facto estão a fazer isto com, com seriedade... [presidente da câmara municipal de Espinho, 51 anos, PS]*

posicionamento negativo e crítico entre a sociedade portuguesa face aos desempenhos, socialmente reprováveis, dos autarcas.

...bom e depois criou-se também neste país, isso um pouco por ciúmes, por ciúmes... eu... eu sei do que falo porque tive muitos anos na Assembleia da República, criou-se, tentou-se criar a ideia de que quem é autarca é vigarista... quem é autarca é vigarista, isto é terrível [!] porque não corresponde minimamente à verdade. Como é evidente há pessoas que não são sérias e há pessoas que são sérias em todo o lado, em todos os sectores da vida nacional, não é por se ser autarca que se é menos sério, não é, porque... quem não é sé [hesitação], quem é autarca e não é sério já não era sério antes de ser autarca... isto não tenho qualquer dúvida acerca disso, mas a grande maioria dos autarcas são sérios e trabalham... para resolver os problemas, mas são todos os dias enfim, atacados de forma às vezes... complicada porque... com as regras que nós temos, e repare um autarca não pode ser economista, não pode ser jurista, não pode ser engenheiro, não pode ser arquitecto... ao mesmo tempo, obviamente ele está dependente dos pr [hesitação], dos pr [hesitação], dos próprios serviços de apoio. Há autarquias que não têm condições sequer... financeiras para ter grandes serviços de apoio, mas o autarca, tudo aquilo que acontece numa câmara... até pode acontecer por parte dum, até pode haver um erro dum funcionário que ganha o lucro dele porque isso acontece... e ele é o responsável, se alguém tiver que ir a tribunal é ele que vai... e ele é que... [presidente da câmara municipal de Espinho, 51 anos, PS]

Em terceiro lugar, vejamos as representações de cultura dos autarcas. As que verbalizam os presidentes das autarquias são, do nosso ponto de vista, fulcrais. Por um lado, qualquer um dos interlocutores entrevistados contextualiza o projecto político da sua lista no *antes* e *depois* da sua chegada ao município em análise, acentuando com maior destaque as dimensões negativas da gestão política anterior, os défices estruturais do concelho, os níveis qualitativos do desenvolvimento do concelho até àquela data e as directrizes, por alguns apelidadas de *estratégicas*, para o município. Consubstanciam a prática política nos recursos disponíveis mas, de igual modo, nos recursos necessários, nas dificuldades e nos obstáculos, como, num outro sentido, na relação com a comunidade local e com o poder central. E tendo presente que há níveis de desenvolvimento primários a serem satisfeitos, a cultura integra-se como uma dimensão sequencial às primeiras fases do desenvolvimento local, e articulada com um projecto mais global de intervenção.

Que *concepções de cultura* projectam os autarcas nos seus discursos? Aquelas que, na literatura sociológica, encontramos referenciadas, e neste momento da análise, independentemente da sua validade científica, a três níveis: a *cultura*

*popular*, a *cultura erudita* e a *cultura de massas*. Como mais adiante veremos, é nos discursos dos vereadores responsáveis pelos pelouros da cultura que melhor encontramos tais representações, sempre que apresentam o pelouro e os eventos municipais e desenham os traços peculiares da política cultural da câmara. Porém, entre os responsáveis máximos da autarquia, é possível visualizar, de igual forma, e com um grau de sistematicidade maior do que aquele que *a priori* estaríamos teoricamente à espera, um discurso sustentado sobre a cultura e o lugar que ocupa no projecto mais global para o concelho. Pese embora com níveis de objectivação nem sempre similares (há autarcas cujo discurso espelha menos a formalização de um conceito daquilo que é a área da cultura), constatamos que entre os presidentes de câmara entrevistados há uma proximidade de posicionamentos quanto a uma relativa pluralidade de sentidos que o termo adopta. Surge, por um lado, associada à ocupação dos tempos livres e às necessidades de fruição de lazeres, tendo presente a variação da oferta e dos consumos consoante os grupos sociais e etários; por outro, ao sentido antropológico de cultura, como matriz histórica e antropológica da identidade individual e colectiva, e base estruturante de uma comunidade local, por vezes sobrepondo-se ou identificando-se com aquilo que os autarcas designam por *educação* (vulgo *nível de instrução*) dos locais; por outro lado ainda, diferenciada, do ponto de vista da oferta e do consumo, segundo se situe no quadro de uma *matriz popular* – associada pelos autarcas a uma valorização menos positiva porque insuficiente do ponto de vista da formação e da cidadania – ou de uma *matriz erudita* – nível máximo a que aspira a oferta municipal. Num outro sentido, por todos eles perpassa – de forma mais ou menos objectivada, e com níveis de estruturação mais ou menos formalizados – o cruzamento entre os três níveis de expressão cultural, num enviesar, mais do que necessário, enriquecedor das virtualidades subjacentes a qualquer uma daquelas expressões culturais.

Quando isolados na especificidade discursiva e concelhia, e tendo em linha de conta o conjunto dos 5 discursos reunidos na situação de entrevista, o do autarca da Maia destaca-se por não transparecer, imediatamente, uma definição clara do

que é cultura, posicionando-se esta numa vertente menos relevante na totalidade do seu discurso, mais politicamente direccionado para outras vertentes como a orientação industrial do investimento municipal e a intervenção da autarquia nas questões do apoio social aos grupos sociais e etários mais desfavorecidos. Deste ponto de vista, o discurso da vereação responsável pela área da cultura e do turismo na câmara da Maia, como veremos, revela-se mais objectivo e organizado, exemplificando uma estratégia de delegação efectiva de responsabilidades políticas, tanto na concepção como na operacionalização da política cultural do concelho. De qualquer forma, registre-se que, quando directamente confrontado com a abordagem do posicionamento ideológico face à cultura, o presidente maiato sugere-a como uma dimensão associada à ocupação dos tempos livres e às necessidades de lazeres, por vezes trespassada pela associação ao desporto e à educação formal nos primeiros níveis de ensino. Por outro lado, e quando exemplifica os equipamentos e as actividades que configuram o campo cultural local, o autarca cruza as três dimensões referidas anteriormente: a *popular* – as feiras de artesanato e de velharias; a *erudita* – a Bienal de Arte Jovem e o Festival Internacional de Teatro Cómico; e as *indústrias culturais* – o cinema. No caso de Valongo, define-se uma posição mais clara por parte do autarca, evidenciando-se, de igual modo, e tal como as entrevistas feitas às vereações da cultura, do turismo e do desporto o atestam, uma das linhas estratégicas do próprio presidente da edilidade: faz a abordagem do trabalho da autarquia no sentido da formação cultural no que diz respeito à *cultura cultivada* porque aquela que se revela mais necessária. Do mesmo modo, associa o termo *cultura* à dimensão dos *consumos elitizados*, exemplificando com as exposições de arte contemporânea, com os concertos de música erudita e com as peças de teatro que a autarquia tem dinamizado nas freguesias do concelho. Não deixa, porém, de haver, em alguns momentos do seu discurso, uma associação entre *cultura* e *instrução* quando se refere às qualificações e aos níveis de instrução da população local, nas suas palavras *desprovida de cultura*.

(...) criou-se... um hábito, criaram-se, o facto de se terem criado condições e termos... espaços culturais, criou-se também uma apetência pela cultura por parte da população que ocorre às manifestações culturais... com uma grande frequência e nós fazemos todo o tipo de espectáculos... os espectáculos... digamos culturais de... pronto, eruditos, e os populares... portanto as pessoas já sabem que têm dum e doutro [o E. fez um sinal de assentimento]... e habituaram-se a ir aos Centros Culturais [o E. fez um sinal de assentimento]... ver e portanto como vão ver os populares também vão ver os mais eruditos e começaram a gostar... [presidente da câmara municipal de Valongo, 66 anos, PPD/PSD]

Entre os presidentes dos *concelhos da orla litoral*, e na relação estreita com o mar e as tradições turísticas balneares de outras décadas, são manifestas as distinções dos autarcas da Póvoa de Varzim e de Vila Nova de Gaia. Ainda que no testemunho do presidente de Espinho esteja implícito o cruzamento entre *concepções eruditas e populares* de cultura - os eventos Cinanima – Festival Internacional de Cinema de Animação, Festival Internacional de Música e Festival Internacional de Folclore – é nos discursos dos autarcas poveiro e gaiense que mais se posicionam as virtualidades da *oferta dita erudita*. O autarca de Póvoa de Varzim manifesta maior interesse pela *oferta cultural erudita* - o Festival Internacional de Música (música erudita, já sedimentado nos executivos anteriores) e o Correntes d’Escritas (literatura em língua portuguesa) foram os dois eventos programados pelo executivo para relançar outros vectores do desenvolvimento local – como o do *turismo cultural* – e criar, em consonância com a actividade desportiva, amadora e de alta competição, nacional e internacional, uma identidade dos locais com eventos emblemáticos do concelho. Em Vila Nova de Gaia são notórias a distinção entre níveis de cultura e a tentativa de dignificar a oferta cultural local a partir de eventos de índole da *cultura cultivada* e das *indústrias culturais*.

(...) vou privilegiar, fazer 1, 2, 3, 4, 5 espectáculos por ano d’ópera ao ar livre, é evidente que há ópera ao ar livre, e há ópera ao ar livre, quer dizer, se calhar a ópera do Ver [hesitação], de Verdi tem que se privilegiar o Verdi em detrimento de... de [risos], de outros, bom, quer dizer mas... o facto de se ter este modelo corresponde ao 2 perfis que eu indico como alvo, um de ser espectáculo [!...] e outro por outro lado de sendo ar livre é popular, sendo popular as pessoas vão ver, vão ver vão começar a apreciar e p’tanto ‘tamos a fazer um duplo objectivo que é o de, da promoção, o da, o da festa e o de... ensinar às pessoas que... ballet, um concerto sinfónico, que ópera não são coisas necessariamente más é preciso é aprender a gostar. [presidente da câmara municipal de Vila Nova de Gaia, 48 anos, PPD/PSD]

Podemos perspectivar tais preocupações – e sobretudo a da formação de um certo *tipo de gosto* – como uma das virtualidades da intervenção municipal e um dos objectivos que, para além daquilo que o movimento associativo propõe, e no contexto dos territórios locais, acaba por ser perspectivado pelas autarquias como uma das atribuições políticas e sociais dos executivos camarários. A amplitude dos investimentos financeiros, institucionais e humanos poderá justificá-lo, como também uma certa representação consensual da prática política local: aquela a que assiste, em primeiro lugar, o papel de mecenato da cultura e de agente propiciador das condições para o desenvolvimento da oferta cultural, para além do universo da *cultura popular*, e da formação cívica e cultural dos locais.

Cruzemos as representações dos presidentes com as dos responsáveis pela vereação da cultura. Confrontamo-nos, até certo ponto, com uma relativa diversidade de posicionamentos políticos e, antes de mais, pessoais face à cultura. Em parte, decorrentes da formação de base – há uma relativa diversidade de trajectos formativos e profissionais, mas coexistem as proximidades face ao ensino formal<sup>38</sup>; num outro sentido, decorrentes também da relação mais ou menos próxima com a figura do presidente de câmara, com a maior ou menor margem de escolha e de decisão, com a maior ou menor autonomia do próprio pelouro<sup>39</sup>.

---

<sup>38</sup> Veja-se a este propósito o Anexo 5P com a caracterização sociográfica dos vereadores da cultura. Registemos que entre 8 vereadores (no caso de Vila Nova de Gaia é o presidente que, à data das entrevistas, assume a vereação da cultura) 5 eram professores (do ensino básico e secundário e do ensino superior). Com idades compreendidas entre os 34 e os 53 anos - dos 8 vereadores 3 têm idades inferiores aos 40 anos – e a residirem no concelho que gerem, são vereadores que acumulam mais do que um pelouro, nalguns casos com desempenhos políticos transversais a várias áreas de intervenção municipal. A título de exemplo, os autarcas de Gondomar e Valongo acumulam, no primeiro caso, os pelouros da educação, do desporto, da acção social, da juventude e da habitação; no segundo, os pelouros da habitação social e do ambiente, para além das áreas da juventude e do turismo que estão acopladas ao pelouro da cultura. Registe-se ainda que dos 8 entrevistados 6 acumulam a vereação do turismo, e numa articulação, segundo os vereadores entrevistados, politicamente estratégica. Acrescente-se que dos 8 entrevistados 6 têm formações de base próximas das áreas humanas e sociais.

<sup>39</sup> É interessante constatar-mos que as próprias representações face ao poder e à prática política são próximas das dos presidentes mas menos ideológicas e profissionalizadas, e mais perspectivadas como um serviço público e pessoal, como um momento de participação cívica mais activa, com possibilidades de decisão. Alguns tiveram um trajecto político anterior, desde a juventude, nas unidades partidárias juvenis, outros surgiram na vida política como actores de uma lista de apoiantes à figura do presidente da edilidade e num compromisso com o próprio projecto político e pessoal do chefe do executivo, outros ainda como uma actividade política sem pretensões a carreira política



Indicia-se que, sem deixar de ser uma área internamente sob o controlo da presidência, detém a suficiente autonomia na delimitação da própria política cultural concelhia.

Marcam as representações dos vereadores quanto à *cultura* a referência aos três níveis de cultura e a defesa do cruzamento possível e necessário entre essas áreas da oferta municipal. De igual modo, assumem – e nalguns testemunhos essa componente é mais objectivada, política e discursivamente – as esferas da criação/oferta e do consumo/procura, também designada por *fruição*, como vectores distintivos da própria política cultural municipal. Atravessam, da mesma forma, os discursos dos vereadores da cultura as concepções mais antropológicas e sociais de cultura, particularmente quando a dimensionam como vector da formação cívica e da qualidade de vida quotidiana do próprio indivíduo. A título de exemplo, vejamos:

(...) temos também esta perspectiva... também muito alargada não só digamos a cultura para... elevação e a qualificação única e exclusivamente da pessoa na sua dimensão, e a realização de valores culturais mas temos também esta perspectiva transversal, e digo isto p'ra quê [?], porque os próprios programas depois também têm em atenção todas estas vertentes, portanto a... a... a cultura que permite... de facto... a fruição no seu sentido pleno e máximo, não é... mas também enquanto factor... natural... que esteja presente na vida das pessoas, na forma, no quotidiano, e que deve ser valorizada também em todas as suas dimensões, em todas as suas facetas, p'tanto temos esta perspectiva... [*vereador da cultura e do desporto da câmara municipal de Gondomar, 34 anos, PPD/PSD*]

Não deixa de ser significativo que, para além de cruzarem expressões culturais diferentes e com níveis de legitimação social e ideológica díspares, os próprios autarcas ponderem sempre criar eventos culturais e artísticos que obedeçam a *critérios de qualidade*, que, a dado momento, já ultrapassam o próprio gosto do responsável político – um elemento também presente nas escolhas das áreas a privilegiar, política e financeiramente – e relacionam-se, antes de mais, com as instâncias de legitimação do próprio campo cultural e artístico.

---

noutros níveis do poder – poder central – mas suficientemente atraente enquanto exercício de poder em prol da causa pública.

... Não afiro! Não afiro, p'tanto nós fazemos os eventos, os eventos sem qualquer pretensão de ter ou não ter qualidade. Depois é a opinião de cada um que conta. Há... há, há factos há... há, há determinado tipo d'eventos pelo, que pelo conjunto de artistas qu'os produzem enfim... recolhem aí opiniões mais unânimes sobre o facto de ter ou não ter qualidade, por exemplo o nosso protocolo com a Orquestra do Norte, por exemplo é se [o E. fez um sinal de assentimento] calhar um bom exemplo, [o E. fez um sinal de assentimento]. Nós temos um protocolo em qu'eles durante o ano nos fazem 6 espectáculos no concelho de Valongo, pr'ó público, pr'ó grande público um dos quais é hoje [!] curiosamente [sorrisos], um dos 6 é hoje na freguesia de Campo... e, e depois damos alguns espectáculos pedagógicos também um dos quais é hoje, em Campo também que nós aproveitamos e fazemos um espectáculo pedagógico para as crianças durante a tarde nas escolas, em qu'eles explicam o que são os instrumentos... tocam os instrumentos individualmente, explicam um bocado a história da música, um bocado da história dos instrumentos e depois fazem uma pequena peça p'aplicação desta teoria, e à noite temos o, o espectáculo propriamente dito. A Orquestra do Norte é indiscutivelmente uma orquestra de qualidade [!], porquê? Porque tem me [hesitação], tem bons executantes com qualidade [o E. fez um sinal de assentimento] técnica muito boa, tem bons maestros, p'tanto aparentemente tudo o que para mim é um espectáculo de qualidade, é óbvio que poderá haver outra pessoa que não encare isto como sendo de qualidade, p'ra nós é de qualidade... e tanto achamos qu'é de qualidade que fazemos um grande investimento p'ra termos isto, porque é um espectáculo obviamente caro! [o E. fez um sinal de assentimento] A Orquestra tem 70 ou 80 pessoas e portanto tem que se manter, tem que viver daquilo e p'tanto é caro. Há outros eventos que obviamente não têm a mesma qualidade, por exemplo nós apostamos muito nos eventos, na, na em, em eventos culturais produzidos no próprio concelho [o E. fez um sinal de assentimento], e há obviamente por exemplo algumas associações que produzem espectáculos que para mim têm uma menor qualidade mas que depois nós tentamos remediar isto com a oferta, ou seja, é verdade que têm menos qualidade mas também convém incentivá-los para que apareçam e vão melhorando, e portanto uma coisa contrabalança a outra e por isso nós fazemos estes dois tipos de espectáculos. [vereador da cultura e do turismo da câmara municipal de Valongo, 36 anos, PPD/PSD]

Eu estou, eu, eu quando falo em, em, em bens culturais de qualidade... vamo'lá ver, nós não, nós procuramos oferecer... ter uma oferta diversificada [o E. fez um sinal de assentimento], ou seja quer dizer nós não, não, não... nós nem, nem, nem temos uma oferta entre aspas elitista, nem clubística, quer dizer procuramos corresponder aos, ao, ao, ao la [hesitação], ao, ao tal público que temos duma forma diversa. P'tanto há pessoas que... que detestam música [!] [o E. fez um sinal de assentimento]... e que só gostam de teatro, há pessoas que gostam de, de teatro e detestam música... dança... e, e por aí fora e dentro... e dentro do, do, do, dos, dos vários pólos d'interesse de cada uma das áreas... também há muito tipo de público, quer dizer... que gosta de música... há muita gente que gosta de música e detesta ópera, por exemplo [o E. fez um sinal de assentimento]... e gosta de música ligeira. Agora o que nós procuramos é ter essa música ligeira, mas dentro da música ligeira ao menos oferecemos qualidade [o E. fez vários sinais de assentimento]... não é, porque acho que, qu'ó gosto também s'educa... e portanto em ter cá... isto pronto utilizando uma frase que todos nós dizemos, entre ter cá um, dentro da música ligeira, um pimba qualquer ou ter um, ou ter, ou ter, ou ter um intérprete de qualidade, nós apostamos por, por, por um intérprete de qualidade [o E. fez um sinal de assentimento]... e é isso que eu digo, quer dizer, a, a, a qualidade, a qualidade não quer dizer, a qualidade não é... não é apenas associada ao género, quer dizer dentro de todos o géneros é possível ter qualidade e é nesse sentido que nós apostamos... em ter (...) [vereador da cultura e do turismo da câmara municipal da Maia, 38 anos, PPD/PSD]

E o autarca da Maia acrescenta que, dadas as circunstâncias dos recursos serem poucos, nomeadamente os financeiros, o investimento político e material num certo tipo de oferta cultural tem que ser ponderado em prol da comunidade local e da formação de gostos plurais e diversos, sem esquecer determinados padrões de consumo cultural e artístico. O que, em última instância, legitima o cruzamento entre formas de expressão cultural plurais, social e artisticamente legitimadas.

(...) normalmente o nosso festival, é um fes [*hesitação*], é um festival... é o Festival Internacional de Teatro Cómico da Maia... no, no, no... no, no, no, no horizonte... do cómico relacionado... com o teatro em Portugal as pessoas normalmente associam à Revista [*o E. fez um sinal de assentimento*], aqui não há Revista [*!*][*o E. fez um sinal de assentimento*]... quer dizer, não há Revista, há [*discurso imperceptível*], agora temos também, temos dentro do Festival temos teatro cómico nacional [*!*], mas que não tem a ver com a facilidade da Revista [*o E. fez um sinal de assentimento*], quer dizer p'tanto é... procuramos oferecer efectivamente... qualidade... no tipo de programação... que oferecemos... Ouça nós temos... e essa qualidade é uma preocupação da gente... nós temos uma escola de música a funcionar, temos o Conservatório a funcionar e só é professor do Conservatório de Música da Maia os melhores professores [*o E. fez um sinal de assentimento*]... que dizer isso é... é ponto d'honra, os... só, só queremos os melhores... porquê? Porque se, se, se [*sorrisos*], se os recursos são escassos e o investimento é feito, ao menos que seja feito duma forma [*o E. fez um sinal de assentimento*] que, que, que potencie a maior rentabilização possível. Portanto é, é, eu não me interessa nada ter, ter, ter um festival de música... que eventualmente arrastará muita gente mas com... em que preocupação da qual [*hesitação*], da qualidade é... o turista, isso não faço! Nem nunca farei, portanto eu tenho bom... um bom festival de música e tenho um excelente festival de teatro [*o E. fez um sinal de assentimento*] [*o E. interveio*]... [*vereador da cultura e do turismo da câmara municipal da Maia, 38 anos, PPD/PSD*]

Registemos, a título de curiosidade, e cruzando testemunhos paralelos, que as representações políticas e ideológicas dos vereadores que entrevistámos, nos concelhos cujo testemunho do chefe de executivo não nos foi possível recolher<sup>40</sup>, se aproximam das demais. Algumas similitudes se colocam: por exemplo, quanto ao cruzamento entre níveis de expressão cultural diferentes e à diversidade de referências que o termo cultura suscita; e outros aspectos se destacam, particularmente se atentarmos ao representante político do Porto: quer pela história política e cultural do próprio pelouro e pela centralidade sectorial do concelho, quer pela inversão de prioridades políticas quanto à intervenção cultural do município

---

<sup>40</sup> Relembre-se que em Gondomar, Matosinhos, Porto e Vila do Conde não obtivemos autorização para a realização da entrevista aos respectivos presidentes de câmara. No caso do município de Vila do Conde, a entrevista foi, de facto, recusada.

no mandato 2001-2005, quer ainda pela valorização política e ideológica de certas componentes da cultura, como mais adiante veremos.

A perspectiva do vereador da cultura e do turismo de Matosinhos não deixa de ser coincidente com as anteriores. Ressalva, em contrapartida, uma discordância absoluta com as categorizações ideológicas dos níveis de expressão cultural – é avesso à distinção entre *cultura popular* e *cultura erudita*, por exemplo. Perspectiva a cultura como fruição e valorização individual e social. Não deixa de admitir, porém, que instituições políticas como uma autarquia têm que conceber uma política cultural ponderando a diversidade da oferta e o cruzamento relativo de expressões culturais, de acordo com os seus públicos, e assumindo as responsabilidades políticas da formação mais global dos actores sociais.

Não, isso eu confronto sempre esse tipo de, de perspectivas como confronto sempre quando me vêm dizer que a cultura ou determinadas coisas são p'a elites e eu digo são [o E. fez um sinal de assentimento] efectivamente são agora quando faço um festival de folclore é para uma elite que gosta de folclore [o E. fez um sinal de assentimento], e portanto eu, essas coisas não, como não, não tenho, não gosto, não... concordo com o que é conceito de cultura popular, o que é cultura erudita, para mim há cultura e há as outras coisas [o E. fez um sinal de assentimento], pronto... (...) eu, eu olhe, eu entendo cultura como duas ou três coisas que é... essencialmente fruição, valorização e, e depois há, há duas outras coisas que eu digo sempre e foi com esse pressuposto que vim p'ra aqui. Nós vamos fazer uma programação cultural e vamos fazer... duas outras coisas que é primeiro vamos ter sempre uma programação que tem de ser coerente e há outra coisa que nunca faremos que é dar lugar à mediocridade. E portanto, e depois podem nos chamar o que quiser a seguir, eu não me importo nada [o E. fez um sinal de assentimento] com isso, agora o que é nós achamos que há lugar para toda a gente mas por exemplo não vê, não viu e espero não ver, porque e então seria muito grave para mim, por exemplo, a Câmara de Matosinhos promover, desculpe a expressão, concertos de música pimba! [o E. fez um sinal de assentimento] [vereador da cultura e do turismo da câmara municipal de Matosinhos, 44 anos, PS]

O vereador da cultura da câmara do Porto considera-se um actor social desde sempre ligado à cultura. E neste auto-posicionamento, o autarca integra, de facto, os dois sentidos de cultura: *o antropológico*, de carácter humanista e civilizacional, e *o sociológico*, marcado pelos diferentes níveis de expressão e de legitimação cultural e artística<sup>41</sup>. Nesse sentido, confronta-se politicamente com as

---

<sup>41</sup> Como ele próprio refere: *eu sou uma pessoa desde sempre ligado à cultura, e às várias vertentes da cultura, não só aos aspectos... digamos da cultura sob o ponto de vista artístico, sob o ponto de vista musical, sobre... não [!], mas a cultura em toda a sua plenitude, naquilo que a cultura representa na vida de uma pessoa, quer dizer a*

opções a fazer em termos daquilo que constitui a oferta cultural municipal de uma cidade. Do seu ponto de vista, e numa relação que se posiciona ora na relativa continuidade, ora na ruptura face a alguns princípios da política cultural dos executivos anteriores, os conceitos sociais de lazer alteraram-se em função das próprias mudanças de hábitos culturais da população, nomeadamente urbana e jovem, e da própria diversidade dos consumos e das ofertas culturais e artísticas. Politicamente, a cultura tem que ser pensada a partir das suas componentes ditas *clássicas e tradicionais* – mais próximas dos vectores da *cultura erudita* – e das componentes da *animação urbana*, em espaços não convencionais, cruzadas com o universo das *indústrias culturais* e as manifestações artísticas alternativas, em espaços urbanos públicos. À *festa urbana* junta-se também a *festa tradicional e popular*.

(...) a animação da cidade é fundamental porque os conceitos de lazer mudaram radicalmente nos últimos anos, quer dizer... por um lado há toda uma camada... et [hesitação] uma faixa etária... mais jovem que tem acesso muito mais cedo à saída e à fruição de espaços de lazer, de espaços públicos de lazer, por outro lado, os interesses também se diversif [hesitação] diversificaram e aquilo que antigamente eram os espectáculos tradicionais, a ida ao teatro, a ida ao cinema, ou a ida ao concerto de música clássica, hoje em dia a juventude vê as coisas doutra maneira e quer outro tipo de... espectáculos e portanto parece-me que a obrigação da Câmara Municipal... aperceber-se disso e tentar precisamente ter uma oferta, dentro desses domínios, ter uma oferta para essas faixas da população que gostam de vir p'a rua, que gostam de sair de suas casas, que não querem ir apenas ao espectáculo em recintos fechados, mas que querem viver o la [hesitação], o seu lazer de uma outra... de uma outra maneira... E portanto para além das festas tradicionais da cidade, eu refiro-me ao, fundamentalmente ao São João que é o momento alto das festas da cidade... e também à Passagem do Ano, para além disso... a Câmara preocupa-se em organizar eventos... de rua, chamemos-lhe assim, em que... o lazer possa ser trazido às pessoas até duma forma gratuita, duma forma espontânea, que as pessoas ao passar se apercebam que se está a ocorrer um determinado evento e portanto possam aderir a esse evento para além de uma marcação específica da... duma noite, de qualquer coisa desse género. (...) [vereador da cultura da câmara municipal do Porto, 51 anos, PPD/PSD]

---

*cultura como forma de conhecimento no fundo, como, como forma de olhar o mundo, o que é a cultura? No fundo a cultura é uma forma de olharmos o mundo não é verdade, é todo um repositório cujos conhecimentos nos transmitiram e que nos permitem olhar o mundo duma determinada maneira que é a nossa. E o somatório de todas estas visões, no fundo, e as afinidades entre estas todas vis [hesitação], entre estas visões todas formam a cultura duma civilização, chamemos-lhe assim, não é. Portanto... sou uma pessoa... ligada aos problemas da cultura... desde sempre, por... por profissão digamos, por profissão e por opção também... portanto... e a política no fundo, a política é apenas a forma que temos de, de poder intervir (...) [vereador da cultura da câmara municipal do Porto, 51 anos, PPD/PSD].*

Entre os autarcas de Espinho e da Póvoa de Varzim, as concepções de cultura passam por vectores como os enunciados atrás: a diversidade das manifestações culturais e artísticas e a formação da identidade local e dos actores sociais. Destaquemos apenas três elementos que se conjugam com os já analisados anteriormente: a associação ideológica entre certas manifestações culturais e artísticas e *públicos elitistas* porque associados a uma *classe social elevada* ou a grupos de criadores artísticos; a dissociação, política e socialmente, necessária entre cultura e *classes sociais privilegiadas*, entre cultura e espaços formais e convencionais da *cultura erudita*.

(...) é toda esta interligação e de perceber... que a cultura não pertence só a algumas classes privilegiadas... que eu sou contra, quando as pessoas dizem: “Ah! A Câmara da Póvoa faz uma cult [hesitação], uma cultura elitista”, isso não é verdade! E eu não aceito essa crítica, eu penso que conseguimos abranger um leque variadíssimo... cultural... já passei aqui, já passámos aqui mas o teatro, não falo do teatro, não é... o teatro só o teatro do absurdo, não é o teatro surrealista, não é... não! O Varzim Teatro aliás, umas das coisas que eu pedi ao Varzim Teatro foi que trouxesse variedade, não é... temos tido teatro de marionetas, temos tido teatro... de facto do... já fui ver “En attendant Godot” [o E. fez um sinal de assentimento], por exemplo... gostei muito, não é, Beckett! Também ‘teve cá... mas temos tido teatro que vem de Lisboa, de... que, sobre, sobre aquela peça, uma peça até cómica... uma comédia, uma caricatura a Shakespeare, não é, quer dizer também passei lá pelo teatro de Lisboa, e também... temos ou [hesitação] outras peças de teatro que vêm cá à Póvoa de Varzim que não é só o Varzim Teatro que representa portanto, mas também contacta e contrata o Teatro do Noroeste que também esteve cá, portanto temos, o Teatro de Joane e tudo o mais, temos tido várias peças aqui na Póvoa de Varzim mas de vários tipos de teatro, não é, temos tido teatro de revista que as associações fazem aqui na Póvoa... sei lá, a música como disse, é a música clássica mas também é a música popular, também é a música folclórica, também é a música das, das Bandas de Música, portanto... nós não podemos dire [hesitação] direccionar a nossa, a nossa cultura, porque as pessoas, há pessoas que entendem cultura é só aquilo que não é entendível [!] pelo comum dos mortais, não é, não eu, eu não, não, não partilho dessa ideia, cultura... é tudo, agora nós temos que dosear, não dar sempre do mesmo (...) trazemos... para todos os gostos, nós não, não nos prendemos a um só gosto, a um, a uma só classe, eu acho que temos que, a cultura tem que atravessar transversalmente todas as classes e é essa a nossa preocupação... [vereador da cultura e do turismo da câmara municipal da Póvoa de Varzim, 46 anos, PPD/PSD]

(...) produzir uma série de eventos ao longo do ano que complementa esta, is [hesitação] isto que as associações fazem, e, e esses eventos são produzidos por... por para complementar essa oferta cultural... das próprias associações e então... socorremo-nos do meio universitário, produzimos... cursos de história, cursos de literatura, colóquios vários... apresentações de livros... encontros de história local, alguns [o E. fez um sinal de assentimento] muitíssimo [!] interessantes, (...) para além destes, desta... desta actividade que é eminentemente cultural, Encontros de História d’Arte, Cursos Breves de História, de Literatura... o... portanto este Encontro de Escritores Lusófonos e, temos também uma série de espectáculos musicais, quer dizer dirigido a todos os sectores sociais... começamos pela dita [risos] música pimba, não é [o E. fez um sinal de assentimento] aos, pronto ao Jazz,

portanto fazemos portanto, tentamos ser abrangentes, não excluindo nenhum sector, embora tentando puxar p'ra cima digamos assim [o E. fez um sinal de assentimento], digamos assim... mas na verdade... na verdade temos também sempre aqui presentes nesta, nesta animação as associações do concelho (...) [vereador da cultura e do turismo da câmara municipal de Espinho, 51 anos, PS]

Quando confrontadas com as perspectivas face ao desporto, convenhamos que a diferenciação, política e formal<sup>42</sup>, e social e ideológica, existe nos discursos dos eleitos locais. E reconhecem alguns dos vereadores entrevistados que a área do desporto foi, e no período que se seguiu ao 25 de Abril de 1974, mais rápida e facilmente generalizada entre as populações locais, ao nível dos equipamentos e da oferta desportiva, em virtude da vontade política, dos financiamentos estatais e do apoio das autarquias.

(...) na área do desporto no pós 25 de Abril que se generalizou, o seu acesso generalizou muito mais à população, até... até, até porque... as escolas mesmo ao nível básico vão oferecendo... programas, quer curriculares quer não curriculares... no, no sentido das pessoas puderem ter acesso à sua prática, não é... os próprios clubes também... receberam sempre muitos mais apoios, para além do apoio das autarquias o próprio Estado ... sempre se mostrou muito mais aberto e disponível para apoiar... o sector do desporto e hoje de facto é uma realidade... que nem toda a população ainda tem acesso... ao desporto mas duma forma... crescente... cada vez mais é mais fácil em comunidades mesmo pequenas as pessoas acederem [o E. fez um sinal de assentimento] a... à prática regular do desporto e há muito mais equipamentos, pequenos pavilhões, polidesportivos, já há muito mais espaço onde acontece desporto (...)[vereador da cultura e do desporto da câmara municipal de Gondomar, 34 anos, PPD/PSD]

Não deixam de ser interessantes os testemunhos dos próprios vereadores do desporto, alguns deles com acumulação das funções políticas na área da cultura ou do turismo, e com percursos similares àqueles verificados nas outras vereações políticas<sup>43</sup>. Os responsáveis pelas vereações do desporto, de algum modo,

---

<sup>42</sup> Nalguns concelhos são duas áreas que surgem associadas ao mesmo vereador, noutros são autónomas do ponto de vista de quem assume a gestão política dessa área. Veja-se a este propósito, de novo, o Anexo 3O.

<sup>43</sup> Se atendermos à caracterização sociográfica dos vereadores do desporto, são todos do sexo masculino e com idades entre os 29 e os 50 anos, com áreas de formação comuns (3 em 5 entrevistados têm formação na área do direito) e a exercerem até à data da entrada a tempo inteiro na autarquia actividades ligadas ao ensino e à formação. Registe-se que um dos entrevistados assume as funções de técnico da câmara, com um trabalho de assessoria junto da presidência, e que de algum modo desenvolve um discurso, nalgumas dimensões, mais distante face ao poder político e mais próximo do técnico que exerce funções de gestão, independentemente do enquadramento político do município;

apresentam, nos seus discursos específicos em torno da actividade desportiva do concelho, uma ligação estreita com a área do turismo – posicionando o *turismo desportivo* como um factor de atracção e de desenvolvimento do concelho e da cidade – e com a área da cultura – de uma forma menos directa mas com um sentido transversal, particularmente naqueles *concelhos da orla litoral* e que se posicionam como cidades de lazer e de cultura. As concepções em torno do desporto – políticas e sociais – retratam-no como a actividade física e socialmente saudável que, numa perspectiva de democratização e de formação generalizada, se posiciona como acessível à população local, por via das actividades amadoras, organizacionalmente circunscritas ao movimento associativo. Enquanto vector de formação de valores – de competição, de solidariedade, de trabalho em equipa ou de diversão/fruição - e de aproximação social entre grupos etários e sociais, o desporto é concebido como um instrumento de socialização e de integração individual e social dos actores locais nas redes de interacção, antes de mais, comunitárias. E, neste sentido, aproxima-se das concepções mais antropológicas de cultura, enquanto matriz material e imaterial de identidade comunitária e social.

E portanto o desporto é fundamental, não é. E portanto, e... a movimentação da sociedade civil, a movimentação dos jovens, o intercâmbio, que é uma coisa fundamental, que é nós somos um concelho muito grande e geograficamente disperso... se não fosse através do desporto... os, os miúdos do mesmo concelho não se conheciam, ou pelo menos não se conheciam em tanta profundidade, porque andam em escolas diferentes, em escolas primárias diferentes, depois têm escolas secundárias também diferentes, o único sítio onde eles se poderiam conhecer era eventualmente era na discoteca. [o E. fez um sinal de assentimento] Portanto, através do desporto é possível pô-los... porque eles vão dumas

---

noutras, com uma proximidade ideológica face à figura política e individual do presidente de câmara em exercício de funções. Os vereadores são elementos com actividade política recente, que deixaram a sua vida profissional anterior em prol dos convites feitos pelos presidentes da autarquia, com a acumulação de pelouros, que tencionam voltar à vida activa depois do serviço público feito, e com fortes ligações ao tecido social local e à prática desportiva universitária e/ou amadora. Como refere um dos autarcas: ... *conhecer as pessoas e, e, eu, eu tenho uma grande... uma grande convivência com as pessoas das freguesias todas, primeiro pelo meu Pelouro, porque desloco-me a todas as freguesias, as associações, muitas delas, ou a maior parte delas são das freguesias, eu já conhecia as pessoas, eu joguei nesse, nesse tal Campeonato Inter-freguesias numa altura em que jamais imaginei poder vir, vir a ser o responsável pelo Pelouro do Desporto, joguei durante 12 anos, percorria as freguesias todas, no fundo considero-me um... um vereador das freguesias* [o E. fez um sinal de assentimento], *até porque sou o único, agora, agora temos também um vereador de Laúndos, mas... quando eu entrei era o único vereador das freguesias... que vivia, que tinha nascido numa freguesia e vivia...* [vereador do desporto da câmara municipal da Póvoa de Varzim, 38 anos, PPD/PSD]. Veja-se a este propósito o Anexo 5R.



freguesias para as outras [o E. fez um sinal de assentimento], nos Jogos Inter-freguesias eles percorrem [o E. fez um sinal de assentimento] as 30 freguesias [o E. fez um sinal de assentimento], e portanto acabam por se conhecer, as pessoas do mesmo concelho acabam por ter um convívio que não tinham... se não fosse através do desporto, não é. Portanto, isso significa criar melhores pá... cidadãos. Significa [o E. fez um sinal de assentimento] ... dar alguma sustentabilidade ao nosso investimento, porque... porque se nós gastamos pá, milhões de contos a fazer investimentos públicos... em equipamentos desportivos, em... criar condições de infra-estruturas, se não tivermos depois a massa humana que os utilize [o E. fez um sinal de assentimento], é dinheiro para deitar fora, não é, portanto quando me faz essa pergunta de uma forma genérica, que é “como é que enquadra?”, o desporto hoje é fundamental... na sociedade... [o E. fez um sinal de assentimento] sobretudo na formação dos jovens, não é [o E. fez um sinal de assentimento], e portanto enquadro com... um... um vector extremamente importante dentro da nossa política autárquica... tão importante como a educação, ou tão importante como as infra-estruturas básicas [o E. fez um sinal de assentimento], portanto ao nível de qualquer outro Pelouro que a Câmara possa ter [o E. fez um sinal de assentimento]. [vereador do desporto da câmara municipal de Vila do Conde, 42 anos, PS]

Numa outra perspectiva, e a propósito das ligações entre prática desportiva e classes sociais, alguns autarcas posicionam-se: o desporto que se pretende promover e alargar à totalidade das freguesias dos concelhos; o desporto que se procura integrar nas escolas do ensino básico e secundário; o desporto amador dos locais; e o desporto de feição competitiva, em provas nacionais e internacionais. A criação da rede de equipamentos desportivos do concelho obedece antes de mais à tentativa de generalização de uma prática desportiva para a população que reside nos próprios concelhos.

Quando as associações já respondem às necessidades da comunidade, apoia as associações dos clubes já na sua iniciativa, quando há uma área ou outra nova que é não se sabe trabalhar então a Câmara procura meter-se nela [o E. fez um sinal de assentimento], o caso de que lhe falei há bocadinho do... do mini-golf, o caso da escalada [o E. fez um sinal de assentimento] e também a orientação na floresta [o E. fez um sinal de assentimento], que é uma actividade que tenho vindo a pôr em prática juntamente com o grupo Desportivo 4 Caminhos de Matosinhos, que é um grupo liderado por um capitão digamos do exército que é um homem que adora [!] a actividade de montanha e nós temos aqui ainda muitos montes [o E. fez um sinal de assentimento], da Área Metropolitana somos o concelho que tem melhores montes, temos a Serra de Santa Justa, Castiçais, Pias e outras, e então é agradável, e estamos a tentar incutir isso também nas escolas secundárias [o E. fez um sinal de assentimento], é agradável termos aqui grupos que vêm de Espanha, que vêm de França, e de Portugal vêm dos vários pontos [o E. fez um sinal de assentimento] e entretanto temos o caravanismo, também ‘tá interessante, e então digamos que vários tipos de actividade. Portanto nós não elegemos um desporto como desporto de elite... apenas apoiamos, quando há uma oportunidade [!] de fazer um grande evento sendo ele uma chamada de atenção para a importância daquele desporto, aí eu entendo que nós fazemos. [vereador do desporto da câmara municipal de Valongo, 46 anos, PPD/PSD]

As representações sobre o turismo, transversais a todos os discursos dos autarcas – presidentes e vereadores entrevistados – estratificam-se em dois vectores base. Em primeiro lugar, as concepções *ditas tradicionais* do turismo. No caso dos *concelhos da orla litoral*, e com tradições de veraneio, o *turismo balnear* de décadas atrás, sazonal e duradouro, que entretanto se reconfigurou enquanto fenómeno: com mobilidade temporariamente permanente dos turistas no concelho, com um perfil tipo de turista específico – das zonas limítrofes e contíguas e segundo estratos sociais diferenciados<sup>44</sup> - e, segundo os autarcas, com níveis de exigência diferentes face às potencialidades da estadia. Em segundo lugar, as *novas formas de turismo* como o *turismo cultural*, o *turismo de negócios* ou *turismo urbano* e o *turismo natural* (*eco-turismo*) ou de *prática desportiva e ambiental*, modalidades estas que qualquer um dos responsáveis políticos apresenta como vectores dos seus projectos mais globais de desenvolvimento do concelho.

Qualquer um dos presidentes de câmara perspectiva ideologicamente o lugar do turismo no seu concelho. No caso da Maia, o autarca, de alguma forma, associa turismo às potencialidades naturais e paisagísticas, definindo o concelho por defeito, ou seja, por não ter mar e rio, recursos naturais que permitiriam um *turismo balnear e fluvial*; ou por não ter os *ex-libris* próprios da Região Norte, particularmente da região do Douro vinícola, que permitiriam um *turismo do Vinho do Porto*. Nesse sentido, e de acordo com a característica primordial do concelho, postula uma nova área do turismo, que se enquadra nos concelhos de vertente industrial e de serviços de apoio à indústria e aos negócios, o designado *turismo de negócios*, ou *turismo urbano de negócios*.

Sabe que... p'a trazer um tu [hesitação], um turista à Maia é preciso... ter algo p'a lhe mostrar, eu não tenho água [!], não tenho água natural [risos] nesse parque urbano que

---

<sup>44</sup> A análise das fontes documentais locais, e o confronto teórico com as leituras sociológicas do fenómeno social do turismo, permitem-nos constatar que, até às primeiras décadas do século XX, as praias da Póvoa de Varzim e de Espinho foram mais frequentadas pelas classes populares e pelas classes médias dos concelhos limítrofes; as da Granja, da Foz e de Vila do Conde, mais circunscritas aos estratos mais favorecidos da população. Com a massificação do *turismo balnear* a partir dos anos 70 e 80, assistiu-se nestes concelhos a uma diversificação dos meios sociais de origem dos veraneantes e a uma quebra progressiva, nos anos seguintes, do *turismo balnear* permanente e sazonal.

estou a fazer vamos aí construir um grande açude... talvez no, neste parque que falei também no parque desportivo do aeródromo de Vilar de Luz ond' é que tem uma pista de ciclismo, tem um, um lago, tem uma coisinha para... p'ós aviões, tem outra pr'ós... pr'ós arquinhos e p'tanto aí também trazemos alguns turistas, mas sabe que a Maia não é uma zona turística, é uma zona semi-industrial e... o, o qu' o turista procura é... o que é? Ág [hesitação]... é Vinho do Porto, é... o mar, ou então é um passeio fluvial, aqui o que pode ver a paisagem [!], tem muita paisagem mas nós não somos eu não me posso considerar um concelho turístico, embora, não sei se sabe ou não, mas como poveira é capaz de saber o... o Aeroporto de Pedras Rubras é na Maia [o E. fez um sinal de assentimento]... embora se chame o aeroporto do Porto [o E. fez um sinal de assentimento]... mas fica situado na Maia... 90% é na Maia, portanto... os principais turistas que vêm aí aterram na Maia [o E. fez um sinal de assentimento] [risos]... (...) O turismo de negócios é, é, nós estamos neste novo parque da ciência e tecnologia que nós temos na Nova Maia 'tamos a tentar trazer investidores p'a fazer um campo de golfe... fazer outras valências p'ra que venham cá turistas... já tivemos contactos com... Jordan... Jordan que está a construir, comprou Vilamoura [o E. fez um sinal de assentimento] e que está a construir o Belas Golfe para vir cá tentar investir também na, na parte do, do golfe... temos... várias, várias definições com empresas bancárias para tentar-nos ajudar em projecto de, de... p'a trazer cá a alta finança p'a comprarem terrenos, p'ra... a investirem (...) [presidente da câmara municipal da Maia, 55 anos, PPD/PSD]

Por outro lado, refere-se ao *turismo sénior*, ou seja, àquele turismo direccionado para a terceira idade e que no caso concelhio se traduz em viagens gratuitas ao país e ao estrangeiro, viagens lúdicas do ponto de vista do autarca, e que se cruzam, enquanto actividades organizadas e financiadas pela câmara, com a área da assistência social a crianças e a idosos com carências socioeconómicas.

Temos o turismo sénior em que se deslocam a todo o país e estrangeiro gratuitamente, realizamos viagens lúdicas à... desportos lúdicos entre... vários centros de dia, porque temos centros de dia e creches por tudo o que é sítio também no concelho... onde os paizinhos podem trabalhar e deixar os meninos que ficam bem tratados e eu até aconselho a visitar um, eu dou-lhe um exemplo o centro de dia de Milheiro do Céu e a creche infantiário de Milheiros que parece um Portugal dos Pequeninos, temos lá p'a idosos também e nós apoiamos e porquê? Damos um cabaz de Natal, apoiamos em [discurso imperceptível] lúdicos em famílias e quem não tem famílias, na praia vão p'à praia, ainda agora fizemos uma série de, d'excursões com eles p'a conviverem, para falarem, para discutirem, p'a se lembrarem das, dos seus ante [hesitação], dos seus antepassados e dizer: «Olhe aquele andou comigo na escola», p'tanto é interessante, p'tanto nós fazemos o máximo... p'ra que as pessoas maiatas se sintam bem, se sintam em casa e se sintam felizes [o E. fez um sinal de assentimento]. [presidente da câmara municipal da Maia, 55 anos, PPD/PSD]

Valongo, por seu turno, e nas palavras do seu presidente, tem, entre as potencialidades turísticas, as naturais – a serra de Santa Justa, as margens do rio Ferreira, a zona do Couto, a zona do Parque Paleozóico, as rotas do Paleolítico e duas especificidades únicas na Península Ibérica: a salamandra lusitana e uma

planta insectívora. Não só estabeleceram acordo com a Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, como têm recuperado património medieval e com sentido histórico. O *turismo ambiental* e *ecológico* (área propícia para a prática de espeleologia) e o *turismo fluvial* são apresentados como as áreas do turismo que a autarquia tem tentado explorar. Em contrapartida, o autarca releva que não tem no concelho infra-estruturas hoteleiras, um dos constrangimentos ao desenvolvimento do *turismo cultural* e do *turismo ambiental*, e até mesmo do *turismo de negócios*, em Valongo. Nesse sentido, perspectiva o investimento na área ambiental do concelho: por um lado, para a criação de zonas industriais não poluentes, por outro, para a protecção e valorização ambientais, fazendo ressaltar uma zona ambiental do concelho com atractivos naturais e com potencialidades turísticas.

(...) pronto, procuramos... desenvolver, mas falta-me uma coisa, falta-me as infra-estruturas hoteleiras, que este concelho não tem... infra-estruturas hoteleiras. Não obstante o esforço que nós temos feito para que... se desenvolvam, para que venham aqui fazer hotéis... neste momento já há um pedido... para a construção de um hotel aqui na Câmara... um aqui em Valongo, outro em Ermesinde, mas ainda não temos, temos hospedarias e... e um, bom que é uma carência que eu acho... que é... terrível [o E. fez um sinal de assentimento], e que foi muito mau p'ra nós, porque nós fazemos imensa actividades culturais e temos que levar depois quer os artistas, quer as, as pessoas envolvidas nisto para o Porto. [presidente da câmara municipal de Valongo, 66 anos, PPD/PSD]

Do ponto de vista do autarca a construção de um Parque Ambiental da AMP, com as valências naturais do concelho, seria um projecto que faria sentido, do ponto de vista político e financeiro, e de projecção da própria região, numa lógica metropolitana.

(...) por exemplo, nós estamos a apostar na Serra de Santa Justa, onde tem os Fojos, portanto... grandes poços, não é, naturais, etc., quer dizer essa é uma das componentes e nós estamos... estamos a apostar nisso, dentro das nossas possibilidades, fizemos candida [hesitação], apresentamos candidaturas e tínhamos e eu custa-me um bocado, exactamente quando falei há bocadinho na Junta Metropolitana porque nós tínhamos um projecto... p'ra que esta zona de, da Serra de Santa Justa, Pias e Castiçal que é portanto, são serras que envolvem os concelhos de Valongo, Gondomar e Paredes pudesse ser... tomado pela Junta Metropolitana para fazer o grande parque da Área Metropolitana do Porto. Claro que isto envolvia uns milhões de contos [o E. fez um sinal de assentimento]... mas, mas eu fiquei a falar sozinho... [risos] [o E. interveio]... isto envolvia 3 concelhos [o E. fez um sinal de assentimento]... e é, e eu acho que é importante, é extremamente importante para a Área Metropolitana ter um pulmão... pronto, mas uma coisa onde seriam desenvolvidas todas as potencialidades...pronto... uma delas que é a turística, eu sonhei fazer... pronto trilhos, p'a

passeios de bicicleta, a cavalo... pronto fazer uma coisa interessante ali, desenvolver também ao nível da Serra de Santa Justa, na zona dos Fojos fazer lá uma Pousada, isto ainda continua em... [o E. interveio] [presidente da câmara municipal de Valongo, 66 anos, PPD/PSD]

Mas a grande dificuldade são as carências infraestruturais da oferta hoteleira local. E a tentativa de ultrapassar a falta de mar – e das potencialidades turísticas balneares - que, de alguma forma, não suscita o investimento económico por parte do sector privado na oferta hoteleira local.

Mas o que foi sempre p'ra nós um problema foi a falta de infra-estruturas hoteleiras [o E. fez um sinal de assentimento]... e, e por isso eu desespero-me porque eu já incentivei todos [!] os investidores deste concelho... a investirem aqui algum dinheiro para fazerem hotéis [o E. fez um sinal de assentimento]... mas não... nunca encontrei sensibilidade [o E. fez um sinal de assentimento]... e isto não pode ser a Câmara... a fazer os hotéis nem a explorá-los, não tem... as Câmaras não têm apetência... nem podem... estar a explorar hotéis, não é, pronto [o E. fez um sinal de assentimento]... é uma coisa privada que não, não nos podemos meter nisso [o E. fez um sinal de assentimento], mas os... nunca consegui... prontos que as pessoas... fizessem... e porquê? Porque isto está próximo do Porto, por um lado e não tem mar, e eu não consigo trazer o mar a Valongo. [risos] [o E. fez um sinal de assentimento] [presidente da câmara municipal de Valongo, 66 anos, PPD/PSD]

No caso dos *concelhos da orla litoral*, e de acordo com as perspectivas dos presidentes das autarquias entrevistados, o *turismo balnear* mantém-se como um vector a explorar. O autarca poveiro apresenta a cidade como uma cidade da cultura, do lazer e do turismo, como vector crucial do desenvolvimento local. Parte de uma concepção de turismo próxima da do *turismo balnear*, mas diferente da do turista padronizado que durante anos frequentou as praias do concelho: um *turismo balnear e cultural*, que se estenda ao longo do ano e que possa ser um *turismo sustentável*.

(...) era importante encontrarmos também, hoje o turista tem uma mentalidade... já diferente, é um turista mais elaborado... e... mais... exigente de que nos anos 60, e que dos anos 70, e dos anos 80 e 90, e hoje... há que para além dos divertidos [hesitação], entretenimento, pr'além do... lazer, pr'além do, de... dos bons hotéis... duma vista bonita da cidade... é, é importante a componente cultural, dita cultural erudita e... se alguns destes acontecimentos e alguma forma de ocupação da cidade [o telemóvel do Presidente começou a tocar] ... é apenas... ou é fundamentalmente no Verão, havia que encontrar também novas soluções de forma a termos um turismo sustentável, isto é, um turismo ao longo de todo o ano [Pausa]. Posso? [presidente da câmara municipal da Póvoa de Varzim, 53 anos, PPD/PSD]

As concepções de turismo do autarca espinhense, que relativizam a concepção tradicional de turismo sazonal e balnear, do seu ponto de vista inadequada pelas características naturais da costa norte do país (água do mar, sol e vento), e pela própria ausência, até uma certa altura, de equipamentos no concelho de Espinho, são as do *turismo balnear*, associado ao que designa por *turismo desportivo* e *turismo cultural*, e ao *turismo de negócios*.

(...) turismo que como eu disse não pretendemos que seja de sol e mar, turismo que vem fazer praia, mas um turismo que vem fazer conferências, um turismo que vem, vem fazer [hesitação], fazer actividades culturais, um turismo que vem fazer desporto... o turismo que escolhe o norte de Portugal como destino turístico... e que... pode vir para Espinho 3 dias e 3, e 3 dias fazer turismo religioso p'ra Braga... pode até estender-se à Galiza... aliás eu sou uma pessoa que defendo que o... talvez o destino turístico do norte de Portugal seja curto, talvez seja... bom apresentar-lhe o norte de Portugal e Galiza... dá-lhe mais, é mais abrangente e penso que é mais diversificado e também é capaz de ser mais... é capaz de ser... mais procurado... é este tipo de turismo que nós queremos. Queremos que o turista chegue a Espinho durante 3 dias ele tenha coisas diferentes para fazer... tenha coisas p'ra visitar e depois possa deslocar-se para o Porto, possa deslocar-se para Braga, possa deslocar-se... para, para, para esta zona norte, para qualquer uma da... para qualquer uma destas cidades da zona norte e possa cumprir os seus 15 dias de férias... que doutra forma não é possível. [presidente da câmara municipal de Espinho, 51 anos, PS]

As concepções de turismo do autarca de Vila Nova de Gaia são consentâneas com a lógica mais estrutural do seu projecto global para o concelho. Um *turismo balnear*, com a reabilitação da costa de mar, que permita um *turismo de negócios urbano*, associado ao mar e à costa, com a recuperação das águas e das praias, com equipamentos desportivos e de lazer, com a recuperação de casas e limitações à construção desordenada, recuperando o centro histórico e redireccionando a oferta residencial para jovens, com ligações às artes, na frente ribeirinha. A recuperação da vila piscatória da Afurada, bem como a recuperação do património histórico, com a criação das zonas pedonais no centro histórico, são projectos que traduzem um investimento político no *turismo cultural*.

A Costa do mar de Gaia há... em princípios do século passado... era famosa [!].a Praia da Granja, a Praia da Aguda... depois a meio do século Miramar, um certo novo requismo e tal... e depois houve uma queda tipo nos últimos 25 ou 30 anos houve uma queda, foi uma queda a pique, foi uma queda a pique que felizmente [!], felizmente [!] ao contrário dos outros restos de sítios do concelho, não estragando muito... mais numa lógica de abandono do que propriamente de destruição com a excepção talvez da zona da Madalena, onde se

fizeram muitos crimes urbanísticos nos últimos 20 anos. Mas com a excepção da Madalena, da frente de mar da Madalena, no resto não se estragou excessivamente, aban [hesitação], foi abandonado... e portanto a, a, a, a, o projecto pr'ali deve tentar refazer a Costa de Mar de Gaia, eu uso uma imagem que... não me diminuiu, eu não tenho essa lógica já às vezes com ciúmes de guerra Norte Sul, mas uma espécie de linha de Cascais Estoril... da Área Metropolitana do Porto, ou seja uma zona de... primeira habitação de qualidade ao serviço da Área Metropolitana do Porto, como grande parte da linha de Cascais Estoril o é p'ra Área Metropolitana de Lisboa, uma zona de turismo urbano de qualidade, turismo urbano numa lógica... permanente, ou seja de que... possa daqui... a algum tempo os homens de negócio, que vêm fazer negócios ao Porto, em vez de ficar num hotel no meio da Avenida da Boavista possam ficar num hotel em frente ao mar, bonito, numa zona agradável [!] e de turismo urbano sazonal de Verão... bom, numa lógica condicionada a já sabemos às dificuldades das nossas condições climáticas, do nosso mar, da ma [hesitação]... da temperatura do norte da água, mas também virado nomeadamente para também uma coisa que sabemos que há estratos muito alargados da população que não têm e nunca terão muitos recursos p'a ir passar férias p'ó Algarve, e p'a ir passar férias p'ò estrangeiro. (...) dentro da tal perspectiva que eu há pouco lhe estava a falar ou seja, de ligar... a actividade cultural à promoção da imagem, e à promoção turística do concelho, ser a grande âncora da promoção turística do concelho (...)[presidente da câmara municipal de Vila Nova de Gaia, 48 anos, PPD/PSD]

As representações dos vereadores do turismo não se distanciam das objectivadas pelos próprios presidentes da edilidade. Nomeadamente quando são proferidas por autarcas que acumulam o pelouro da cultura e/ou o pelouro do desporto: como referimos atrás, dos 8 vereadores do turismo entrevistados<sup>45</sup>, 6 eram também os vereadores da cultura em exercício de funções. Gondomar e Porto<sup>46</sup> são os concelhos que apresentam, à data das entrevistas realizadas, 2 vereações autónomas na área do turismo, no segundo caso, e por aquilo que o próprio testemunho do autarca nos permitiu recolher, por opções estratégicas do executivo e contrariando a prática de acumulação dos pelouros dos mandatos socialistas anteriores. Se atendermos ao testemunho da autarca de Gondomar, o que ressalta é a concepção generalizada e, a dado momento, pouco sustentada politicamente, de que o turismo é uma área da intervenção municipal e nacional que exige uma

---

<sup>45</sup> Não chegámos a obter qualquer resposta ao pedido de entrevista à vereação do turismo da câmara de Vila Nova de Gaia. Coincidiu com alguns reposicionamentos internos na distribuição dos pelouros e na delegação de responsabilidades da gestão camarária. A entrevista que realizámos ao presidente da autarquia acabou por dimensionar as vertentes da cultura e do turismo por sugestão do próprio autarca.

<sup>46</sup> Do ponto de vista sociográfico, os 2 vereadores em causa, um do sexo feminino (Gondomar), outro do sexo masculino (Porto), têm 50 e 67 anos respectivamente, e residem no Porto. Não têm percursos profissionais anteriores com uma forte ligação à área do turismo. Veja-se a este propósito o Anexo 5Q.

sensibilidade e uma vontade política e social peculiares. Surge, também, associado à qualidade de vida de um território e de uma população, nas suas mais diversas formas.

As pessoas têm que perceber que o turismo... é tão importante como qualquer outra das coisas que eu lhe falei, ou seja... eu hoje comecei por lhe dizer que em tempos se começou por aquelas, por aqueles sectores enfim mais, acho que também o turismo tem que ser visto... tem que ser visto... tem que começar a ser visto com, com outros olhos e talvez com outra sensibilidade (...) o turismo é um cartão de visita de, dum concelho, dum país! O turismo é o cartão de visita do concelho e do país, pronto! (...) o turismo tem que ser forçosamente também modernidade, inovação, tudo isto... (...) quer dizer o turismo... o turismo é ambiente, o turismo é cultura, o turismo é formação profissional, o turismo é tudo! Quer dizer [pausa longa] com'ê que, é a qualidade! [vereadora do turismo da câmara municipal de Gondomar, 50 anos, PPD/PSD]

Turismo, igualmente, é fonte de riqueza para o concelho, é um vector que dinamiza o tecido social local, do ponto de vista económico e social e, como tal, um possível vector de desenvolvimento local quando associado a outras componentes mais globais. No caso de Gondomar, e segundo o posicionamento da vereação, algumas formas de turismo locais poderiam ser concebidas como fontes privilegiadas de produção de riqueza.

Agora, se pessoas vierem de fora, como é evidente há movimento, há novas ideias, pronto e quer dizer como sabe o turismo também tem que ser de alguma maneira... penso que nunca se alimentará a não ser em casos excepcionais, mas... quer dizer também tem que criar alguma receita! Pronto e as pessoas também não podem... também eu tenho... não sou, não sou idealista ao ponto de, de, d'achar que as pessoas só podem pensar em projectos muito bonitos e depois, quer dizer, não é assim, quer dizer [o E. fez um sinal de assentimento], as pessoas têm que ter, tem que ter outra parte que é a realidade, portanto o turismo, mas eu acho que o turismo bem feito de uma maneira geral que é sempre, será sempre motivo... de, de criar riqueza, de gerar riqueza... [vereadora do turismo da câmara municipal de Gondomar, 50 anos, PPD/PSD]

Gondomar perspectiva, assim, modalidades de turismo cuja especificidade advém das próprias características do concelho: potencialidades ao nível do *turismo natural* e *fluvial* – o Monte Crasto, as serras de Santa Justa e das Banjas e o rio; ao *turismo cultural* – em torno da ourivesaria, da gastronomia, das tradições locais e da Fundação Júlio Resende – e ao *turismo de habitação*.



Olhe, há o turismo ligado à ourivesaria [o E. fez um sinal de assentimento], e isso acho que nem vale a pena porque isso é claro [o E. fez um sinal de assentimento], e há este sector extremamente importante que é o rio [o E. fez um sinal de assentimento]... Gondomar é banhado por 24 kms de água! Pelo Rio Douro, todo o turismo virado por exemplo p'á vertente água, agora isso quer dizer, como sabe hoje em dia desde os desportos radicais aos desportos náuticos, portanto neste caso, o qu'eu quero dizer? Há imensa coisa [!] que pode, quer dizer o próprio concelho, é que o concelho tem naturalmente, tem, tem de facto, tem essa parte da água e depois tem as serras! Percebe? Quer dizer são duas... são duas... são dados ou sã [hesitação]... naturais que o concelho tem que, que eu penso que só por si... já dariam para fazer imensa coisa! Não sei se 'tá a ver! [o E. fez um sinal de assentimento] (...) o rio, a ourivesaria é uma das coisas, até porque Gondomar é a capital da ourivesaria, quer dizer vamos ter, vamos, vamos ter que descobrir porquê! E vamos criar mecanismos, por isso... lhe falei neste projecto, que é o Museu Vivo da Ourivesaria (...) [vereadora do turismo da câmara municipal de Gondomar, 50 anos, PPD/PSD]

Entre os autarcas da Maia e de Valongo encontramos as mesmas referências: não só os concelhos não detêm as potencialidades turísticas de uma oferta turística tradicional – aquilo que designam por *turismo de praia*, *turismo balnear* – como as novas potencialidades que concebem, e posicionadas politicamente apenas nos mandatos actuais, se circunscrevem a modalidades de turismo alternativas: o *turismo ambiental*, ou o *eco-turismo*, no primeiro caso, e o *turismo de negócios*, de feição urbana, no segundo. O posicionamento dos autarcas de Espinho, Matosinhos e Póvoa de Varzim, na sua proximidade com o mar e as valências turísticas daí advenientes, na relação estreita com as tradições balneares locais e as novas configurações em torno de um *turismo cultural* e do *turismo desportivo*, situam-se a um mesmo nível de reciprocidade: não só tipificam representações próximas daquelas que os próprios líderes locais haviam enunciado, como sustentam a viabilidade de uma cidade de cultura, lazer e turismo. A especificidade do *turismo cultural* local passa pelas componentes patrimoniais e artísticas de cada concelho, pelo investimento político nalgumas áreas de expressão cultural, que possam constituir atracções de fixação pontual de visitantes do concelho, e por uma lógica de turismo sustentável ao longo do ano e não apenas em épocas sazonais, como a época de verão. Como concelhos que estão associados aos serviços, as representações dos autarcas situam-se, de igual modo, ao nível da oferta de um *turismo de negócios*, de feição urbana. Deste modo, diríamos que as representações políticas se situam em segmentos particulares do *turismo local possível*,

perspectivados na sua transversalidade intrínseca, numa associação estreita à oferta cultural local, a alguns eventos de marca, à organização de périplos concelhios e à oferta gastronómica específica.

O, o turismo é uma actividade muito complicada porque não é aferível facilmente... com' é que se mede o turismo? Com' é que nós percebemos quem é que, que nos visita, quem são as pessoas que nos visitam, o qu' é que procuram, o qu' é querem? E portanto há sempre uma, uma certa dificuldade em, em, em aferir esse tipo de coisas e foi nessa altura [!] que nós começamos a apostar... no, no turismo mais segmentado... as praias não tinham ainda a importância que têm hoje, portanto não houve um grande investimento no turismo de praia, banear [o E. fez um sinal de assentimento]... e começou a haver esse investimento na, na área da arquitectura, projectámos também na área da arquitectura mais antiga, nomeadamente monumental com a, com a exploração... da talha... da Igreja do Senhor de Matosinhos, as ta [hesitação], a talha barroca da Igreja do Bom Jesus, com o, a... a recuperação do Mosteiro de... Leça do Balio... e com mais 2 ou 3 elementos que temos de importância histórica no concelho de, de Matosinhos. Portanto, nós mesmo ao nível da arquitectura dividimos o que era arquitectura moderna do que era arquitectura mais religiosa, etc, etc, e hoje em dia... assentamos um pouco nessas bases, fomentamos muito [!] a procura turística no âmbito da gastronomia, que é uma das grandes apostas que nós temos e é a maior fonte de receita em termos daquilo a que, embora hoje não, não seja possível aferir aquilo que se chamava o IVA turístico... e apostamos nesses segmentos, a par, a par da... do chamado turismo de negócios também... induzido aqui pela, pela Exponor e pela [o E. fez um sinal de assentimento], pelas feiras [o E. fez um sinal de assentimento]. Foi por isso que nós aqui há uns... 10 anos seguramente fizemos um investimento forte... em equipamentos de diversão, bares, discotecas, etc., com dois objectivos, primeiro para... para... dar ou oferecer algumas oportunidades a pessoas que estavam aqui em negócios e que iam passar uma noite ou um princípio de noite mais agradável e depois para se requalificar uma zona que entretanto estava a ficar ou era deprimida que era Matosinhos Sul, que era uma zona onde que estavam as fábricas que entretanto tinham fechado e eram zonas de... promiscuidade, zonas... [tosse] não frequentadas por... por pessoas e portanto tornavam-se até zonas duma certa forma inseguras (...) [vereador da cultura e do turismo da câmara municipal de Matosinhos, 44 anos, PS]

(...) por isso precisamos de diversificar... de criar outras est [hesitação] portanto outros vectores estratégicos para que os clientes possam vir cá e então fizemos uma aposta em equipamentos... desportivos e cul [hesitação] e... e... culturais e estes equipamentos têm sido... muito utilizados, por exemplo a Nave Desportiva e o Complexo de Ténis têm trazido cá... muita gente e ocupam os nossos hotéis na, na época baixa [o E. fez um sinal de assentimento]... associados a esses, a esses também os eventos qu' eu acabei de referir, por exemplo uma orquestra de... um Festival d'Orquestras da Europa ou Orquestras Jovens trazem cá também muita gente assim como o Cinanima, portanto [o E. interveio]... mas voltando à... a ligação entre o turismo e a cultura não é, não é muito evidente, quer dizer ela existe porque hoje todo o turismo é cultural... pode ser a níveis diferentes, mas é... (...) No que diz respeito a... a eventos próprios ligados ao turismo pois temos, nunca, nunca os temos, ou temos, ou são de natureza desportiva, ou são de natureza cultural, não é [o E. fez um sinal de assentimento] (...) estes são eventos... pronto de natureza turística, mas tem na vertente desportiva ou cultural, porque o resto é oferta que já existia, é a praia, continua a ser a praia... um pólo d'atração... de muitos... bom sobretudo das terras circunvizinhas, muitos... são pessoas que... vêm e, e regressam no mesmo dia portanto não, não, não são aquele turista típico que chega, dorme e, e... almoça, janta, tudo nos nossos restaurantes, só não é propriamente, é uma carga humana e até é uma despesa p'ó concelho, mas pronto [!]

pelo menos gostam de Espinho e vêm p'ra cá, não é... mas... este, este é o nosso turismo balnear e... o pronto, e a oferta que temos são, são, são a, a, a Piscina Solário Atlântico e uma Estação Talassoterápica que era... que era e é a melhor do país, mas esta está... é uma oferta anual [o E. fez um sinal de assentimento], todo o ano... [vereador da cultura e do turismo da câmara municipal de Espinho, 51 anos, PS]

... mas sempre um espaço de cultura e de lazer e de desporto é de facto isso que nós pretendemos, não é por acaso que a Póvoa no Norte de Portugal, no Norte de Portugal [!] é a cidade, mesmo nas grandes cidades [!], é a cidade que tem mai [hesitação], os melhores número maior e os melhores espaços desportivos do País! A única piscina coberta está na Póvoa de Varzim, no Norte de Portugal, só há duas em Lisboa mais!... o melhor campo de tiro do País é o de São Pedro de Rates, é por isso que se realizam aqui todos os torneios internacionais, campeonatos do mundo, campeonatos da Europa e tudo, porque será? É ali... temos uma marina, temos um campo de golfe, temos uma academia de ténis coberta com dois campos que vão, vão, vão ser cobertos mais três... temos, temos mais planos de água que qualquer cidade deste País, contando com o Desportivo, que tem uma piscina coberta, contando com o MAPADI, que tem uma piscina coberta, agora a Rocha Peixoto vai ter uma piscina coberta que já está feita, vamos criar piscinas também em algumas freguesias do concelho p'a descentralizar, temos a recuperação do Centro Histórico de S. Pedro de Rates, que foi uma grande luta do Presidente da Câmara porque aquilo é de facto a jóia da coroa como ele diz, é de facto um espaço extraordinário, de história e que nós fizemos muito bem conservar e que é um dos motivos da, da das visitas que temos aqui na Póvoa, visitas culturais, a Cividade de Terroso, que está em recuperação plena e (...) foi aprovada uma candidatura em que vamos plantar lá um posto de recepção, de trabalho... com barzinho, com espaço para as pessoas estarem ali tudo o mais e depois terem acesso à Cividade que não existia e que vai agora existir, portanto, há de facto uma aposta muito forte... criar núcleos museológicos, por exemplo... queremos criar um núcleo museológico nas masseiras, queremos ter uma masseira da Câmara Municipal, para preservar aquele espaço... este é um grande projecto nosso, queremos ter e já comprámos uma casa do pescador, as casas estavam a desaparecer e temos ali uma casa na Rua dos Ferreiros, que a comprámos, uma casa muito pequeninha [o E. fez um sinal de assentimento], e que agora vai ser recuperada e que vai ser um espaço de visita, quando se for ao Museu pode sempre visitar a Casa dos Pescadores Poveiros, e comprámos também a casa para não ser destruída... o próprio farol de Regufe vamos fazer um protocolo com a Marinha, a Direcção Geral dos Faróis para passar para a Câmara Municipal para não tirarem dali o farol e para ser motivo de visita, portanto quem for ao Museu vai ao Museu quem for ao Farol de Regufe, vai à Casa do Pescador, há [!] de facto uma preocupação nossa em... disseminar porque o Museu não é só aquele edifício que está ali, o Museu é um pouco por toda a Póvoa... [vereador da cultura e do turismo da câmara municipal da Póvoa de Varzim, 46 anos, PPD/PSD]

Entre os representantes da câmara do Porto, em que os pelouros da cultura e do turismo estão formalmente atribuídos a dois vereadores diferentes, as representações a propósito do turismo pautam-se por alguns dos traços até agora enunciados e, que mais uma vez, reflectem as próprias potencialidades da cidade do Porto. A consonância política entre ambos é um facto discursivo: o responsável pela vereação da cultura assinala a pertinência do *turismo cultural* e do *turismo de negócios*

na cidade, mas reconhece que, tanto num caso como noutro, e ainda que pela própria especificidade dos motivos de permanência na cidade – no primeiro, as visitas culturais, no segundo, os negócios – constitui um turismo de curta permanência. A associação entre oferta cultural e turismo precisa de um enfoque político estratégico diferente – por exemplo, a reestruturação dos serviços de turismo da própria câmara - de forma a potenciar a oferta cultural da cidade para visitantes e em diferentes momentos do ano, nomeadamente no verão, contrariando certas características naturais (o clima de verão agreste) e o esvaziamento demográfico e cultural da cidade.

... primeiro porque é uma lacuna, primeiro porque é uma lacuna, primeiro porque no Verão não existe nenhum grande evento cultural digamos, portanto é uma lacuna, é um espaço que está vago... (...) O problema é este, o Porto... tem um mau clima de Verão, quer dizer talvez seja dos piores sítios deste país no Verão, é a época dos grandes nevoeiros... quando em quase todo o país temos temperaturas da ordem dos 20 e muitos, 30 graus, no Porto estão 15, 16, 17 graus... mas isso não impede o Porto de ter turismo. Que tipo de turismo é que tem o Porto? Acho que esta é outra das perguntas que se tem que fazer. Que tipo de turismo é que tem, é que tem o Porto? Neste momento verificamos, e isto estou à vontade para o dizer, verificamos que... é um turismo extremamente... de permanência extremamente curta na cidade, é um turismo que chega, que vê as Caves do Vinho do Porto, visita 2 ou 3 monumentos mais visíveis da cidade... e vai embora. Quer dizer, a nível médio dorme 1, 2 noite no Porto... e praticando um tipo de permanência... até certo ponto desgastante, porque passam o dia inteiro em visitas e quando chega ao fim do dia já tem pouca capacidade para, p'ró lazer cultural, chamemos-lhe assim, e portanto dificilmente durante o mês d'Agosto nós vemos um espectáculo que tenha turistas, que tenha turistas, e sabemos que estão turistas no Porto, basta-nos chegar à Ribeira e ver as camionetes dos turistas a desembarcar, a visitar São Francisco, a ir p'às Caves de Vinho do Porto, portanto sabemos que eles estão cá, onde é que eles se metem?... Será que estamos perante uma pescadinha de rabo na boca, quer dizer não há oferta cultural, o turista não aparece... o, o turista está cá mas não vai [!] apesar de haver oferta cultural... esta é uma questão que, é uma questão que... eu ponho. (...) a Câmara vai ter que se... reformular a este nível, vai ter que se reformular bastante, vai ter que criar condições para atrair o turismo e então a partir desse momento, a partir do momento em que organize os seus serviços, a partir do momento em que consiga ter uma oferta turística alargada, pode ser que um Festival de Verão, por exemplo, possa fazer parte também dessa oferta turística. A verdade é que as pescadinhas de rabo na boca existem e, portanto se o Porto criar essas condições e criar um festival de Verão pode ser que esse festival de Verão passe a ser também um pólo de atracção de turistas [o E. fez um sinal de assentimento] e portanto valha não apenas por si só, mas como pólo de atracção. Aquilo que se passa hoje em dia em Edimburgo e Edimburgo repare é uma cidade muito a norte, é uma cidade que também tem um Verão... muito esquisito, com muita chuva, mas a verdade é que há pessoas que todos os anos se deslocam a Edimburgo p'a ir ver teatro, por exemplo... e isto diz bem da capacidade de atracção que o festival de Edimburgo se... se tornou, quer dizer e, e conseguiu ter, conseguiu realmente captar gente que se desloca propositadamente a Edimburgo naquela época para assistir ao Festival. Ora bem... eu gostaria, gostaria que o Porto conseguisse criar essas infra-estruturas a nível turístico, e que conseguisse a nível cultural organizar um festival que

pudesse por sua vez interagir com o próprio turismo... porque se formos olhar apenas p'á população residente do Porto no, nos meses de Verão ela é perfeitamente diminuta.  
[vereador da cultura da câmara municipal do Porto, 51 anos, PPD/PSD]

O posicionamento do vereador do turismo alicerça-se no mesmo sentido. Considera que os dois vectores fundamentais do turismo no Porto são o do lazer e o dos negócios, política e economicamente associados. Este último, estruturante na lógica de actuação da câmara, e que o próprio designa por *turismo de incentivos e congressos*, estaria associado ao lazer urbano e à oferta cultural e artística da própria cidade. Como refere o autarca:

(...) eu acho que a grande divisão é a... é o lazer e o negócio, pronto estes são os 2 pontos que são tratados como eu digo de maneira completamente diferente, porque o lazer, eu próprio estou interessado em trazer gente de Lisboa, de Sátão, de Viseu, de Vila Nova de Foz Côa, donde vier, que venham cá, pronto e que visitem... em negócios, repare que há 2 aspectos extremamente importantes, um é incentivos, o tipo de incentivos... tem a ver com... sei lá, empresas que trazem os empregados ou trazem os clientes... a fazer uma, uma visita de passeio... vem do Brasil, vem da, da Holanda, a Holanda, da Alemanha... e depois há os congressos, bem os congressos é obviamente que esses vêm com um fim específico tratarem, mas depois precisam de alguma coisa que os primeiros precisam de meios, salas, hotéis, enfim há toda uma, uma infra-estrutura que eles necessitam e depois o que é que eu tenho [?] E isto serve p'ra todos, o que é que eu lhes vou servir [?], é a razão porque eu inventei o Porto Tours, é p'a lhes oferecer o que é que eles têm para ver e aí se me pergunta o que é que o Porto tem para dar, essencialmente o Porto tem para dar é a parte cultural [o E. fez um sinal de assentimento]... especificamente é a parte cultural, que repare cobre tudo isto, eu consigo trazer gente para o lazer dizendo assim: «Ok, venham cá, venham ao São João, venham não sei quê, mas fiquem 8 dias e depois vejam a Sé, vejam São Francisco, vejam não sei quê, façam os circuitos pedestres da zona histórica, Património Mundial, etc., etc. e tal», mas repare esta receita também se aplica aos outros, nas devidas proporções e naquilo que, especialmente os incentivos, obviamente eles estão muito interessados em saber e nós, por isso mesmo nós fazemos os educacionais, e em todas as nossas brochuras nós dizemos o que é que temos p'apresentar... repare, portanto a oferta, portanto nós depois para além de termos isto organizado no sentido de Lazer, Incentivos, Congressos, depois temos que ter os produtos para, para lhe oferecer. Temos que ter a hotelaria, temos que ter a restauração, quer dizer são, são pontos básicos, repare, a hotelaria e restauração fazem parte da receita... a parte cultural [hesitação] cultural e os produtos que temos p'a lhe oferecer como sejam, sei lá, o Museu do Carro Eléctrico, ou o Museu Soares dos Reis em que eu agora falei, ou a Santa Clara, ou não sei quê... (...) não é apenas p'a ter a cidade cheia de turistas e p'a dizermos que somos uma cidade turística que é uma coisa que eu não quero dizer, acho que não é tanto uma cidade turística, somos uma cidade com oferta turística que é diferente... e portanto... chamar as pessoas e como eu digo a tod [hesitação], a ess [hesitação], a essa vertente toda nós o que lhe podemos oferecer, é evidente posso-lhe dizer que posso-lhe oferecer praia [discurso imperceptível], posso-lhe oferecer do Douro, posso-lhe oferecer as visitas às Caves, posso-lhe, quer dizer nós temos um, já uma série de produtos bem estruturados que funciona muito bem, eu sei que, só basta dizer isto o Palácio da Bolsa recebe 300, recebe 300 mil habitantes por ano [!], habitantes... visitantes... [vereador do turismo da câmara municipal do Porto, 67 anos, PPD/PSD]

Por fim, e se quiséssemos cruzar tais representações com aquelas que os próprios vereadores do desporto têm sobre o turismo local, efectivo e potencial, diríamos que o *turismo desportivo*, nomeadamente aquele que os eventos desportivos nacionais e internacionais poderão arquitectar, transparece, de forma mais ou menos directa, nos discursos dos actores políticos. O autarca de Vila do Conde considera que existem potencialidades turísticas na organização de eventos desportivos com estas características – por exemplo, os campeonatos mundiais de karaté e de trampolim, já organizados pela câmara vilacondense – mas desvaloriza-as quando comparadas com prioridades políticas e sociais na área do desporto local. Os investimentos financeiros no apoio às actividades desportivas das associações e na dotação de uma rede alargada e equilibrada de equipamentos desportivos no concelho são mais estruturantes do ponto de vista do desenvolvimento do concelho e das práticas desportivas dos locais do que a atracção temporária, e com custos elevados, de visitantes por efeito das grandes provas desportivas.

(...) algumas organizações que nós apoiamos com repercussão nacional, designadamente ao nível do, do... das grandes provas desportivas, ao nível do ténis, ao nível duma grande prova que fazemos do atletismo... o apoio que, que, que damos... às equipas que participam em campeonatos nacionais... os do vólei, do basket, do andebol, portanto e que acaba por ter alguma divulgação... portanto vai demonstrando ao nível do país, digamos que há desporto em Vila do Conde, que Vila do Conde existe, que é uma cidade, é um concelho com algum dinamismo desportivo. Agora o que eu sou contra e eu entronco um pouco na sua resposta [o E. fez um sinal de assentimento], é dizer assim: “A Câmara vai apostar numa grande prova desportiva, vai gastar, porque tudo isto custa muito dinheiro, não é. (...) portanto eu sou, eu sou um pouco contra as actividades de projecção turística [o E. fez um sinal de assentimento]... que não,...que não... [pausa] ...que sejam apenas para fazer programas de organização desportiva para vir nos jornais [o E. fez um sinal de assentimento] dessa semana, ou para aparecer na televisão porque isso depois deixa muito pouco... (...) e, e... os meios são tão pequenos que mesmo as associações não percebem... (...) porque o que me interessa é o fomento, é fomentar o desporto... no, no concelho, e depois os resultados vão aparecendo, quer dizer [o E. fez um sinal de assentimento] porque... não é tão importante do ponto de vista turístico... que Vila do C [hesitação]... que as pessoas digam que em Vila do Conde houve uma grande prova desportiva. Não é importante isso! Eles não vêm a Vila do Conde por causa disso... Agora, o que eu tenho é que ter condições para fazer em Vila do Conde boas provas desportivas para, para virem cá pessoas [o E. fez um sinal de assentimento]... (...) são, são... formas de ver o desporto... porque... não me parece que... a organização de grandes eventos desportivos que seja tão importante assim [o E. fez um sinal de assentimento] do ponto de vista turístico. É-o pontualmente, mas depois não fica nada [o E. fez um sinal de assentimento]. Não fica. [vereador do desporto da câmara municipal de Vila do Conde, 42 anos, PS]

Outros vereadores do desporto, como o de Valongo, partilham a mesma posição: sem negar a articulação estreita entre o lazer, o desporto e o turismo, num efeito de *bola de neve*, e as potencialidades que dadas provas poderão dar ao concelho, o *turismo desportivo* não é o vector estruturante da política de intervenção da câmara; são-no, antes de mais, a criação de uma rede de equipamentos, a oferta desportiva local permanente e a formação das camadas mais jovens do concelho. Em contrapartida, representantes políticos dos *concelhos da orla litoral*, como Espinho e Póvoa de Varzim, acentuam a componente do *turismo desportivo*, em torno da organização de eventos desportivos de escala nacional e internacional, e que articulada com a componente da oferta cultural urbana, se traduzem numa potencialidade económica e social para o concelho.

(...) a Póvoa de Varzim tem um conjunto de infra-estruturas... que pretende ver rentabilizadas... de molde a que a cidade e o concelho beneficie com a chegada desses grandes eventos, isto é, nós somos uma cidade lig [*hesitação*]... vocacionada para o turismo, vocacionada para o lazer... nós somos... no estudo que estamos, que estamos a levar a cabo na Carta Desportiva, estamo-nos a aperceber que deveremos ser a cidade do país com um conjunto de infra-estruturas ligadas a alta competição... melhor apetrechada por metro quadrado. Não há... nos estudos que estamos a fazer não há nenhuma cidade que numa, numa área tão restrita consiga ter uma piscina olímpica... de 50 metros coberta... direccionada para a alta competição. Temos tido cá os Campeonatos Nacionais, os Campeonatos Regionais de Natação, temos um campo de tiro que tem recebido cá, ainda este ano recebemos o Campeonato do Mundo de Tiro às Hélices, e temos... ultimamente realizado aqui grandes eventos... temos uma marina que nos tem permitido também, no ano passado fizemos também aqui o Campeonato do Mundo de Vaurian... temos um campo de golf com, com a realização também aqui de eventos, tudo eventos que não são da cidade só, são eventos regionais, nacionais, ou internacionais. Temos um Pavilhão Municipal que devido à sua qualidade está vocacionado efectivamente p'ó desporto de alta competição (...) e isso equivale... a cada vez mais apostarmos na vertente do turismo porque isto equivale a hotéis mais cheios, melhor conhecimento da cidade, possibilidade de as pessoas ficarem a gostar e voltarem, como por exemplo no Boccia, fizemos aqui o Campeonato do Mundo, já temos o pedido para fazermos cá o Campeonato Nacional (...) todas, todos, as infra-estruturas que temos vindo a criar são um complemento daquele turismo de... de praia que nós temos, e que também permite fazer o chamado turismo desportivo [o E. fez um sinal de assentimento], porque nós ficamos com um conjunto, aquilo que não existia há 10, 15 anos atrás, há 10 anos atrás, hoje somos um concelho por excelência em termos de infra-estruturas desportivas [o E. fez um sinal de assentimento], e d'alta [!]  
... d'alta, alta competição e alta qualidade! Porque a existência de uma marina, a exist [*hesitação*], a existência de uma academia de ténis, a existência de uma piscina desporti [*hesitação*], de uma piscina olímpica coberta [!], a existência de um... também um clube na Primeira Liga com condições para poder... a prática do futebol... um pavilhão com todas as, as... condições, com todas e mais algumas, como eu costumo dizer, com um campo de tiro, com um campo de golf e tudo muito perto, com um conjunto de, de hotéis que permite essa... que permite às pessoas instalarem-se e bem com todas as condições que

normalmente estas grandes competições exigem [o E. fez um sinal de assentimento]... somos efectivamente um concelho por excelência nesse aspecto... [vereador do desporto da câmara municipal da Póvoa de Varzim, 38 anos, PPD/PSD]

O responsável pela assessoria do desporto ao presidente da câmara de Espinho ressalta, igualmente, o *turismo desportivo* no concelho, considerando que a construção de alguns dos equipamentos foi feita como investimento económico e turístico, a médio e a longo prazos, com a realização dos grandes eventos desportivos nacionais e internacionais. Refere, para além disso, o investimento da câmara no apoio a idosos e à população socialmente carenciada do concelho, e do ponto de vista da ocupação de tempos livres destaca o que designa por *turismo sénior*.

A Câmara, neste momento... o grande investimento é o turismo desportivo. E temos visto o, o, o, a quantidade de, de, de... infra-estruturas de qualidade, e de... qualidade não só, pela qualidade em si, mas até pelo próprio tamanho (...) em relação ao passado é muito recente, porque por exemplo, esta Nave está aqui desde 96...tem 6 anos [o E. fez um sinal de assentimento], não é...o complexo de ténis é mais ou menos da mesma altura, não é, tudo isso, são, são... as tais novas infra-estruturas que se fizeram, p'ra fomentar o tur [hesitação], o... turismo desportivo, têm... talvez, vamos... terem sido pensada há 10 anos, e terem sido ficado concluídas há... 5, 6, e estão a agora a começar a atingir, se calhar o auge agora das, das, das organizações. Por exemplo, nós conseguimos... e vou-lhe dar um exemplo, nós estamos no mês de Novembro, vá 'tamos agora no início, mas no mês de, de Dezembro conseguimos ter aqui enchentes com... enchentes só aqui, com mais de 5000 pessoas, 4 eventos. Ora é muito bom que a gente termos 4 eventos, são 4 fins-de-semana, em que vieram... Por exemplos o, o, tivemos, o, o... o 25.º Aniversário da Federação Portuguesa de Folclore... que reuniu aqui todos os ranchos folclóricos... a nível nacional [o E. fez um sinal de assentimento], das ilhas, de... veio tudo [!] os Açores, da Madeira, do Algarve, enfim. Isto encheu tudo! [o E. fez um sinal de assentimento] Talvez umas também... entre 10 e 12 mil. O Encontro de Coros Litúrgicos 10, 12 mil. Uma festa de Natal... por exemplo da Yasaki Saltano que foi a semana passada, uma empresa, uma multinacional, uma coisa muito grande 6, 7 mil pessoas cá dentro, por isso... tudo isto traz gente! Essas pessoas vêm aqui lancham [!], metem gasolina [!], vão ao comércio [!], tudo isso [!]... fomenta a... é o tur [hesitação] nosso turismo. Tem, tem, tem, ... tem que ser visto des [hesitação] desse prisma, quer dizer, nós temos que trazer sempre muita gente, muita gente, e é sempre com estas infra-estruturas que nós conseguimos [o E. fez um sinal de assentimento]... que conseguimos cá trazer as pessoas... (...) Agora... as pessoas têm de perceber, e a oposição deve perceber que isto não pode ser... não podemos oferecer isto a uma população em geral! Agora... se nós organizamos as coisas, tivemos capacidade nós para organizar... o Departamento de Turismo Sénior, e pudermos levar 100, ou 200, ou 300, ou 400 idosos a estas coisas, eu acho que é muito bom para eles, porque a maior parte deles tem dinheiro! Eles têm o dinheiro! Não têm é com quem ir! [o E. fez um sinal de assentimento] O grande problema destas pessoas é a solidão. (...) Há muitas pessoas que nós levamos este ano ao passeio... e eles ficam quase um ano à espera do próximo [o E. fez um sinal de assentimento]. Prontos depois nós ainda fazemos mais coisas fazemos, comemoramos o dia do idoso com um jantar aqui... juntamos aqui 1500 pessoas em almoço, este ano esteve aqui o Quim Barreiros num almoço



com eles... foi no dia 30 de Setembro. Vamos agora fazer uma festa de Natal. Por isso, há uma preocupação com a Terceira Idade!... Há um investimento muito grande da Câmara no Turismo Sénior. Eu acho que isso que é dar qualidade de vida aos idosos!... Coitados... eles, há muitos que nunca... eu tenho gente que foi comigo que nunca tinha comido num restaurante! [o E. fez um sinal de assentimento]... Gente que nunca tinha dormido num hotel! Nunca! Aquilo para eles era a primeira vez! Entravam e no dia seguinte saíam e ficava a caminha feita! “Olhe nós fizemos a caminha”, e nós dissemos: “ Não precisavam” portanto, é gente assim! Há muito pobre que nunca foi... e nós já levámos os pobres todos... continuamos a levar os que têm menos, os que têm menos recursos... mas também levamos aqueles que querem e porque têm outra qualidade de vida, e se nós os pudermos ajudar, por mim não quero saber! [chefe de divisão da dinamização e do fomento desportivo da câmara municipal de Espinho, 50 anos, PS]

As representações face à cultura e o turismo entre os eleitos locais revelam, assim, mais proximidades políticas entre os projectos e os protagonistas locais do que propriamente distanciamentos quanto àquilo que constitui a matriz base da intervenção municipal: tanto o cruzamento entre níveis de expressão cultural e artística é passível de um planeamento político, como as potencialidades turísticas dos concelhos não deixam de ser perspectivadas, económica e socialmente, pelos actores políticos locais.

### ***O posicionamento formal dos pelouros da cultura e do turismo***

Outros lugares da cultura e do turismo no painel do poder local são passíveis de olhares paralelos. Formalmente, os pelouros da cultura passam a existir nas câmaras quando se criam os serviços da cultura local, com a dotação de técnicos específicos e de financiamentos previstos nos orçamentos culturais anuais. A visibilidade política do pelouro passa, assim, pela própria visibilidade organizacional – a existência dos serviços culturais no organograma da autarquia. Mas, noutros momentos, está dependente, também, do trabalho isolado e transversal que algumas personalidades políticas realizam por via de outros sectores da gestão municipal politicamente mais prioritários, como a educação e a acção social, ou até mesmo o desporto. A criação destes serviços relaciona-se, de igual modo, com o próprio lugar político que a cultura assume, em meados dos anos

90 do século XX, nos discursos dos eleitos locais: até à dotação das infra-estruturas básicas de um concelho a cultura assume-se sempre como um vector secundário no plano de desenvolvimento global do concelho. Situação esta comum, e de acordo com as memórias e os conhecimentos dos eleitos locais que entrevistámos, a todos os concelhos da AMP.

(...) de facto efectivamente mesmo até... com... a entrar no discurso político como uma das prioridades ou como um dos sectores importantes... e estratégicos para o desenvolvimento de... de Gondomar... é uma preocupação recente, não é, se bem que também não tenha sido... por este Executivo... digamos a aposta número um... tem sido a par doutras, não é, e, e, e... como prioritária, se bem que a habitação e... e a educação tenham sido de facto... as grandes bandeiras deste Executivo quer, quer ao nível do discurso político quer... quer depois ao nível da prioridade em termos dos investimentos municipais, portanto [*o E. fez um sinal de assentimento*] [*vereador da cultura e do desporto da câmara municipal de Gondomar, 34 anos, PPD/PSD*]

Atentemos um pouco àquilo com que os próprios vereadores nos confrontam na situação de entrevista. As proximidades quanto ao posicionamento formal da cultura e do turismo no interior da câmara são muito coincidentes entre os vários intervenientes. Adquire, porém, destaque no conjunto das representações dos autarcas a área da cultura, e em parte porque não são coincidentes, no mesmo eleito local, e em todos os municípios, a cultura e o turismo. Registemos algumas particularidades que a situação de entrevista nos enquadra.

O vereador da cultura e do desporto de Gondomar salienta que não há um levantamento exaustivo sobre a história da cultura e do pelouro da cultura na câmara gondomarense. Porém, e pelo conhecimento que tem da realidade política local – iniciou-se nesta actividade com 25 anos – e daquela que diz respeito aos 4 anos anteriores à sua eleição em 1997, reconhece que há dois elementos a assinalar: houve, em 1987, um vereador do pelouro da cultura; e em 1989 um assessor para a cultura pois a área ficou associada à figura do presidente. Até à sua chegada, a gestão das áreas culturais fazia-se por assessoria junto da presidência e dizia respeito à gestão do equipamento na altura existente, o auditório municipal. A cultura traduzia-se formalmente na gestão do auditório recentemente construído e num gabinete da cultura, com 1 assessor, 1 técnica superior e 1 funcionária

administrativa. Não havia um gabinete do património cultural, previsto no organograma, mas não criado formalmente.

(...) o Pelouro da Cultura ficou directamente ligado a ele [*o presidente*], e ele depois tinha um assessor... no gabinete da cultura tinha um assessor para a área da cultura... no, mas que... mas depois esse assessor também não tinha a responsabilidade total na área da cultura, por exemplo a gestão do Auditório Municipal de Gondomar... era da responsabilidade de um outro assessor que o Presidente tinha e que especificamente também tinha a responsabilidade de... gerir o... Auditório, basicamente a estrutura existente era essa, não havia o gabinete de Património Cultural... havia em termos de organograma, na, na estrutura... da Câmara mas o sector em si não, não existia, não estava criado nem sequer tinha, tinha técnicos... e praticamente o que eu encontrei foi o seguinte, foi em termos de, d'equipamentos municipais p'a gerir o Auditório Municipal, tinha 2 ou 3 anos... quando tomámos posse, portanto, tinha lá um assessor... e... o Gabinete da Cultura, para além do assessor tinha... uma... técnica... uma técnica superior e tinha... uma funcionária administrativa ... pronto, era... esse o serviço da cultura que... [*o telefone tocou*] o concelho tinha... então... [*vereador da cultura e do desporto da câmara municipal de Gondomar, 34 anos, PPD/PSD*]

O autarca da Maia, a propósito da macroestrutura da câmara municipal da Maia, refere que continua a haver uma descoincidência entre aquilo que a legislação prevê e as necessidades reais e efectivas das câmaras em termos de pessoal, tanto na área da cultura como noutras áreas de actuação. Assinala, porém, que na da cultura tais descoincidências são mais notórias, e com particular acento nos princípios dos anos 90 do século XX. Por essa altura, a visibilidade política da cultura em qualquer câmara não existia. Torná-la protagonista, em similar posição com outras áreas de actuação, dependia das circunstâncias políticas conjunturais, mas de igual modo da sensibilidade política dos próprios líderes das equipas executivas. O autarca da Maia, a este respeito, considera que o papel do anterior presidente de câmara, um homem ligado à cultura e à ciência, foi fundamental para perspectivar a necessidade do investimento político numa estratégia cultural para o desenvolvimento do concelho da Maia. Uma década depois, e dada a história que as câmaras já fizeram em termos de trabalho cultural, torna-se mais exequível e mais politicamente viável o trabalho de quem se inicia hoje nas lides políticas em torno da cultura.

Acho que é uma questão de vontade política dos executivos e dos executi [*hesitação*], executivos e também é uma questão que tem a ver com, com... com a capacidade [*sorrisos*]

de persuasão de quem... eventualmente tem, tem este tipo de funções em termos de, políticos na área da cultura [o E. fez um sinal de assentimento]. Ou seja... as coisas não, não... as coisas [hesitação], as coisas têm que se revelar como úteis para se dar... para que lhes seja dada importância e a partir do momento em que... efectivamente se prova por A mais B que é útil fazer determinado tipo de coisas... só... só... só os estúpidos é que não, é que não, é que não entendem isso, e julgo qu'houve algum trabalho no sentido de... de, de, de... p'a qu'isso acontecesse e é também é preciso dizermos uma coisa, o Dr. Vieira de Carvalho que era o anterior Presidente de Câmara... era essencialmente um homem de cultura, p'tanto... não foi difícil, não foi difícil que essa mudança acontecesse... e é assim eu... eu sempre tive... muita autonomia no, no, no desenvolvimento daquilo que achava que era correcto desenvolver, p'tanto nunca tive interferências... no sentido de travar ou, ou recusar, bem pelo contrário, porque... porque ele próprio também tinha a consciência que, que era a altura certa p'a começar a fazer determinado tipo de coisas [o E. fez um sinal de assentimento], e, e pronto e acho que aí houve uma feliz coincidência de, de... das coisas poderem acontecer. Hoje em dia acho que, que a, que a... que o Pelouro da Cultura é um Pelouro que é... que é respeitado do ponto de vista institucional pela própria instituição [o E. fez um sinal de assentimento]... (...) isto também tem tudo, tem tudo a ver com os resultados, quer dizer se não há resultados não... não há importância, quer dizer e havendo importância começa a haver algum cuidado e... e pronto e hoje em dia acho qu'isso já está perfeitamente... clarificado. [vereador da cultura e do turismo da câmara municipal da Maia, 38 anos, PPD/PSD]

Quando chegou ao pelouro da cultura em 1990 este autarca criou um organograma informal e artificial dentro da própria estrutura formal já existente, da qual constava um departamento de cultura, mas sem pessoal nomeado para as funções previstas. Como afirma:

É evidente que o quadro de pessoal da Câmara Municipal... para a área, p'ò desenvolvimento do departamento... da cultura, era um quadro, aliás foi a primeira coisa qu'eu fiz quando cá cheguei... em, em 1990, pedir o quadro, olhar p'ò quadro e perceber que co'aquele quadro que... que estava mal [!], aliás eu quando cá cheguei... estava já criado em termos formais um Departamento de Cultura com duas divisões criadas, mas... eu não tinha um responsável nomeado, quer dizer não tinha nem um chefe de secção, não tinha um chefe de divisão, não tinha nada [!] [o E. fez um sinal de assentimento], não tinha nada, e ainda por cima tinha, tinha 2 divisões dentro do Departamento com funções que se sobrepunham, portanto a primeira coisa qu'eu fiz foi alterar dentro de Departamento da Cultura a p [hesitação] o próprio organograma [!], e depois ao mesmo tempo criar nichos, nichos... de especialização em relação ao, ao, ao tipo dos funcionários... que tinha à, à, à minha disposição e portanto criei... o... eu criei, fiz isto por núcleos, portanto criei o Núcleo de Artes Plásticas, criei o Núc [hesitação], o Núcleo de Teatro, criei o Núcleo de Actividades Musicais, criei o Núcleo de... de Relações Pú [hesitação]... Relações Públicas e Marketing, p'tanto criei pequenas estruturas funcionais sem nenhuma sustentação legal [o E. fez um sinal de assentimento], mas que me permitisse a mim poder começar a, a, a... [o E. interveio] (...) a trabalhar e a responsabilizar as pessoas, depois com o passar dos tempos fiz a alteração das Divisões, clarifiquei exactamente o que é que era uma Divisão e o que é que era outra numa primeira fase, numa segunda fase já criei mais 2 por ordem de especialização... e depois a partir daí fui podendo nomear... responsáveis p'às coisas e p'tanto e aí também mexi a nível do, da tipologia... de... de pessoal que estava inserido dentro do quadro de pessoal do, do Departamento da Cultura que efectivamente não correspondiam à, à, à, [sorrisos], aquilo que são as necessidades de desenvolvimento duma

política cultural [o E. fez um sinal de assentimento], p'tanto tinha 1 animador cultural e tinha 10 assistentes administrativos, quer dizer os números não lhe sei dizer exactos, mas foi precisamente a primeira coisa qu'eu fiz na Câmara, foi pedir o esqueleto p'ra ver o qu'é que tinha e tive qu'alterar o esqueleto todo [o E. fez um sinal de assentimento], p'a depois começar a... a trabalhar, enquanto o esqueleto não foi alterado fiz, fiz eu um es [hesitação] um esqueleto... artificial... do ponto de vista formal, mas na prática funcionou, ainda hoje a própria lógica de funcionamento ainda, ainda... ainda deriva muito disso em que tentei... pronto, criar núcleos de especialização atendendo ao perfil das pessoas que cá tinha dentro... p'a começar [discurso imperceptível] em cada uma dessas, das suas áreas específicas de actuação [discurso imperceptível], p'tanto foi [o e. interveio]... [vereador da cultura e do turismo da câmara municipal da Maia, 38 anos, PPD/PSD]

Em Valongo, o autarca refere que a posição formal da cultura na estrutura da câmara evoluiu: desde o número de funcionários circunscritos à área até ao protagonismo formal e político dos serviços culturais, passando ainda pela centralidade governativa que adquiriu no projecto global para o concelho.

Existia o Pelouro da Cultura mas era um, uma coisa fictícia praticamente, repare [!] que por exemplo o Pelouro da Cultura há... 6 anos atrás tinha como animad [hesitação], como, como, tinha como pessoas, responsáveis pela organização do espectáculo, não é, que no fundo é isso que é importante, é alguém que, que trabalha na dinamização dos espectáculos, tínhamos [!] uma pessoa [o E. fez um sinal de assentimento]. E hoje temos... 9 ou 10 que só [!] fazem espectáculos culturais [!] portanto não, não montam palcos, não 'tou a contar aqui os que montam os palcos, os que fazem a... as montagens do, do... é só aqueles que contactam com os grupos, organizam, tratam de ter o som, de ter a luz, e não sei quê, nós temos 9 pessoas aqui [o E. fez um sinal de assentimento] que só fazem isso a tempo inteiro, p'tanto... é importante saber que neste momento o Pelouro da, eu se sair durante 6 meses da Câmara, o Pelouro da Cultura continua a funcionar [!] já é quase que independente do poder político, não é [o E. fez um sinal de assentimento] é claro que o poder político introduz sempre inovações, este ano mesmo nós já fizemos... o planeam [hesitação], estamos a fazer o planeamento, mas a estratégia pr'ó próximo ano já foi completamente definida, completamente [!] e portanto, mas foi, foi definida e eu larguei e agora são eles que me vão apresentar daqui se calhar a 2 semanas ou 3 semanas todo o planeamento do próximo ano e é a DJAC, a Divisão da Juventude e Acção Cultural que faz esse tipo de, de propostas, eu poderei depois pontualmente... fazer uma alteração ou outra mas no seu, na sua grande parte... funciona autonomamente, já fora do, do, do plano político [o E. fez um sinal de assentimento], e eu acho que isso é que é uma grande vantagem. Imagine que hoje p'ra amanhã o nosso Executivo perde a Câmara e vem pr'aqui outro Executivo... as coisas não param, não é, quando chegar cá 'tão a funcionar (...) [vereador da cultura e do turismo da câmara municipal de Valongo, 36 anos, PPD/PSD]

Quanto ao concelho de Vila do Conde, e na situação de entrevista criada, a autarca não soube apresentar a história do pelouro na câmara local, mas referiu que o plano de actividades é discutido em equipa e, no seu caso, acumulando os

pelouros da educação e da acção social, as afinidades intersectoriais são mais próximas.

E portanto pormenorizar eu não sei [!]. ... portanto não sei contar essa história, agora sei testemunhar aquilo que me foi um pouco passado por pessoas de família e por gerações que, das quais vou ouvindo falar, que Vila do Conde é uma terra onde a cultura é uma preocupação e isto pronto referia as associações... é uma terra de escritores, de poetas [!] ... que... que aqui nasceram e que muitos [!] por aqui passaram e portanto é uma terra com um património riquíssimo [!], e portanto é efectivamente uma terra de cultura entendendo a cultura neste aspecto amplo, lato onde podemos incluir estes aspectos todos que eu referi [o E. fez um sinal de assentimento], desde o papel das associações, o papel do património, o papel de, de, de dos, dos grandes filhos desta terra ou daqueles que por aqui passaram e aqui tiveram residência. E portanto e depois também é uma terra que eu acho que e agora... podíamos passar para uma parte mais idílica mas é verdade, é uma terra que pela sua beleza... desperta esta, esta, esta parte cultural senão vejamos pronto efectivamente... as imensas referências à cidade e a tudo o que é, à cidade e ao concelho... a nível da literatura e tudo isso porque realmente tudo isto tem influência nesta, nesta história digamos assim [o E. fez um sinal de assentimento] a nível da cultura em Vila do Conde. [vereadora da cultura da câmara municipal de Vila do Conde, 53 anos, PS]

Na câmara de Matosinhos, e à data da realização da entrevista, as duas áreas – cultura e turismo – têm o mesmo responsável político, mas em termos de estrutura formal dos serviços são autónomas e diferentes. A política é a mesma, como refere o autarca, contudo as actividades são, ainda que articuladas, específicas. A cultura adquire um posicionamento central e equivalente, do ponto de vista da sua relevância política, similar aos dos outros pelouros da câmara, mesmo que, como refere o autarca, as representações dos actores políticos tendencialmente a designem, e segundo uma terminologia que o próprio não concebe, como *actividades de carácter imaterial*.

Não! Não, não é, é uma coisa que eu digo e sempre disse... aos meus colegas vereadores doutras câmaras, digo sempre, é assim, o Vereador da Cultura na Câmara de Matosinhos discute o orçamento rigorosamente com os outros vereadores todos! [o E. fez um sinal de assentimento] E mais... contrariamente algumas câmaras o que sobra dos outros não é o que fica para a cultura [o E. fez um sinal de assentimento], a cultura senta-se à mesa do orçamento, em igualdade de circunstâncias com os outros, definem-se prioridades, definem-se estratégias e depois... faz-se, se tiver que não se fazer uma obra porque se definiu que se ia fazer este objectivo na cultura é esse o objectivo que se cumpre [o E. fez um sinal de assentimento]... e devo dizer-lhe só, que é uma coisa recente, de dias, que vai ter continuidade hoje à tarde, nós tivemos a... preparar como todos os anos o plano de actividades para o próximo ano e uma das coisas que ficou definido é que iríamos ter que fazer não só uma continuidade na aposta cultural que às vezes em termos aqui... [vereador da cultura e do turismo da câmara municipal de Matosinhos, 44 anos, PS]

O vereador da câmara da Póvoa de Varzim considera que formalmente o pelouro não existia como tal. Havia apenas um departamento de desenvolvimento local que integrava a cultura e o desporto, porém, e até 1993, eram a biblioteca e o museu as únicas estruturas culturais existentes e o pessoal técnico qualificado não existia.

O que acontece é isso, é que nós, é que nós, as pessoas criticam... o crescimento, o engordar dos funcionários, do número de funcionários da Câmara Municipal. Se nós formos ver... havia um Departamento de Desenvolvimento Local que, as únicas infra-estruturas que tinham e agora englobando o desporto e a cultura, como disse aqui, as únicas que havia nesse órgão eram... a Biblioteca e o Museu. Não tinha mais infra-estruturas! Não tinham [!]*[o E. fez um sinal de assentimento]*, isto é verdade nua e crua, e então, como lhe disse, apareceu a Escola de Música, o Auditório Municipal, a Casa da Juventude, o Pavilhão Municipal, comprámos a Academia de Ténis... à Sopete... entretanto a Piscina Olímpica... entretanto... a Praça de Touros que recuperámos que também estava degradadíssima [!] e que não tinha qualquer utilização, e que passou a ter... entretanto... o próprio, o próprio Museu só tinha a Conservadora... não tinha Arqueologia, não tinha nada disso, o... o, o Arquivo Municipal que surgiu também... portanto para dotar os equipamentos... foi preciso... pessoal, porque senão não funciona *[o E. fez um sinal de assentimento]*, e então foi, foi o, o, o departamento que mais cresceu [!], se quisermos que mais engordou [!], e então fomos recru *[hesitação]* recrutar... pessoas, como dizia por exemplo no turismo, quando chegámos cá, eu sou o Vereador do Turismo também, quando cheguei o Posto de Turismo da Póvoa de Varzim tinha... 1 pessoa licenciada e as outras eram 3 pessoas que lá estavam na cidade e turismo que não tinham qualquer tipo de formação *[o E. fez um sinal de assentimento]*, não é, e então o que é que acontece?... Acontece que foi preciso dizer que as pessoas que entram para o turismo têm que ser pessoas com formação na área do turismo e agora temos 3 licenciadas em turismo, mais as pessoas que lá estavam a trabalhar e temos... ainda por exemplo, no, no Museu, temos a Conservadora mas temos um licenciado em Arqueologia, temos um, uma licenciada em Relações Públicas *[o E. fez um sinal de assentimento]*, temos, temos... pessoas com formação em restauro, que não havia, em restauro [!], que já restauram as peças do próprio Museu, porque já têm um espaço para restauro... temos... na, no Arquivo Municipal, 1 Arquivista, mais duas licenciadas noutras áreas que é necessário para o Arquivo Municipal... aliás temos duas arquivistas, uma que trabalha no Arquivo Geral e outra que trabalha no Arquivo Histórico, na própria Biblioteca já temos pessoas formadas em, em, em bibliot *[hesitação]*... em... bibliotecas aqui, que tem a ver com... *[o E. fez um sinal de assentimento]* documentos *[o E. fez um sinal de assentimento]*, e tudo mais também com documentos, que não havia, não é... bom e portanto há de facto um, um crescer mas um crescer lógico dos funcionários destas áreas *[o E. fez um sinal de assentimento]* porque ter os equipamentos e não dotarmos com os funcionários respectivos, especialistas e... e directamente ligados a esse assunto, não adianta, quer dizer, não funcionam, os equipamentos não podem funcionar sem pessoas à frente desses equipamentos, não é?... portanto, e aí nota-se que o tipo de serviço que é desenvolvido neste momento não, não é um serviço como era antigamente... que era um serviço, pá!... sei lá!... conforme, conforme ia acontecendo, não, não, é um serviço planificado, é um serviço que segue determinadas estratégias porque é feito por pessoas que sabem, não é *[o E. fez um sinal de assentimento]*... isto é que é essencial, que sabem o que estão a fazer e que sabem como deve ser feito, portanto, e, e, e, daí, daí dizermos que foi necessário crescer-se assim, foi necessário criar um gabinete de cultura, um gabinete de animação que embora

com pouca gente tem funcionado bem... [vereador da cultura e do turismo da câmara municipal da Póvoa de Varzim, 46 anos, PPD/PSD]

Em Espinho, encontramos uma associação formal entre cultura e turismo, reunidos no mesmo responsável político, e com pessoal técnico a trabalhar nas respectivas divisões e gabinetes.

No Porto, por seu turno, os dois vereadores responsáveis pelas áreas aqui em análise remetem-nas para traços similares aos já enunciados. O vereador da cultura aborda a relação entre o projecto global do executivo, a disponibilidades das verbas consoante as áreas de actuação municipal e a conjuntura económico-social e política como factores possíveis para um relativo e diferenciado enquadramento político dos pelouros, e no caso, do pelouro da cultura.

Claro. Repare, nós ao nível do posicionamento do Pelouro da Cultura a nível da macroestrutura da Câmara... nós assistimos como lhe disse a uma fase em que houve uma... afirmação muito grande do Pelouro da Cultura... dentro da própria Câmara, o que teve... como é evidente reflexos externos, houve uma possibilidade muito grande do Pelouro da Cultura... mas essa afirmação do Pelouro da Cultura, estas coisas são assim, eu costumo dizer que... estas estruturas funcionam um pouco como um, o princi [hesitação] é o princípio dos, dos vasos comunicantes, não é, que permite depois a geração de vários equilíbrios e quando há... quando... costuma-se dizer quando desce dum lado, sobe do outro, quando sobe muito do outro está a descer, 'tá a descer ainda dum terceiro, portanto, aquilo que se passou foi que durante estes anos essa afirmação do Pelouro da Cultura dentro do macroestrutura da Câmara foi feita sem dúvida nenhuma, foi feita à custa de o esquecimento de outras áreas, no fundo... e neste momento, como sabe... este executivo é um executivo... resultante duma coligação... e um dos parceiros da coligação fez claramente a sua aposta na área social... fez claramente a sua a [hesitação], a sua aposta na área social... e isso implica como é óbvio, a partir do momento em que os recursos são escassos, em que não há uma imensidão de recursos e que os recursos são, são escassos há que fazer, há que fazer escolhas, há que definir prioridades e a prioridade neste momento foi dada à área social acima de tudo, e à área social sob o ponto de vista material, sob o ponto de vista físico de... olhando para as condições... muitas vezes miseráveis em que vive grande parte da população da cidade... a aposta foi tentar dar melhores condições... a essas pessoas, melhores condições de vida e portanto 'tá a ser feito um esforço financeiro muito grande a nível da requalificação urbana... de áreas mais degradadas, sobretudo em tudo o que se refere aos chamados bairros sociais, autênticos guetos que se constituíram nesta cidade... Uma vez que os recursos são escassos e que não há uma imensidão de verbas para se poder fazer tudo, é evidente que por exemplo para este ano isso foi reflectido no orçamento... as verbas respeitantes à, ao Pelouro da Cultura, as verbas desceram. Portanto, se nós por aí quisermos ver um... um maior apagamento, chamemos-lhe assim, do Pelouro da Cultura face a... à macroestrutura da Câmara, ah!, sem dúvida que sim, tem menos verbas, tendo menos verbas é evidente que tem menos possibilidades de actuação. Agora o que me parece é que em termos dos tai [hesitação], em termos dos tais equilíbrios relativos quer dizer não podemos minorizar o Pelouro da Cultura e dizer: «o



Pelouro da Cultura neste momento vale menos do que o Pelouro da Habitação Social ou menos do que o Pelouro da Acção Social, ou menos do que o Pelouro das Act [hesitação] das Actividades Económicas» Não! Os Pelouros são todos olhados exactamente da mesma maneira, o Pelouro da Cultura é um dos grandes Pelouros desta Câmara, é um Pelouro que tem cerca de 400 pessoas... a trabalhar só neste Pelouro. É um Pelouro que tem uma série de instituições, tem as Bibliotecas, tem os Arquivos, tem os Museus, portanto tem um Teatro Municipal, portanto tem uma série de equipamentos extremamente visíveis e que lhe dão um peso institucional... muito grande... Em termos d'actuação é que neste momento se calhar, como as prioridades se viraram mais para o âmbito social, enquanto não estiverem satisfeitas algumas necessidades básicas dessas populações e uma dessas necessidades básicas é precisamente a habitação condigna, se calhar o esforço em termos de divulgação cultural na cidade não será tão grande como foi até, como foi até este... como foi até este momento, mas essa é uma situação puramente temporária, é uma situação assumida [o E. fez um sinal de assentimento], é uma situação temporária e que dentro de 1 ou 2 anos estará perfeitamente... completada, portanto, quer dizer, será altura novamente de podermos dispor de verbas que nos permitam, que permitam ao Pelouro da Cultura continuar a trabalhar em prol da Cultura, quer dizer esse ponto, isso é um ponto... assente, eu penso que a partir de 2004 já estarão condic [hesitação] reunidas as condições para que isso possa acontecer. [o E. fez um sinal de assentimento] [vereador da cultura da câmara municipal do Porto, 51 anos, PPD/PSD]

Quanto ao turismo, e de acordo com a centralidade da cidade do Porto do ponto de vista da oferta turística, o vereador responsável assinala que a política turística do executivo actual exige a autonomia formal e política desta área, mantendo uma opção política estratégica dos executivos anteriores: o trabalho conjunto e articulado com uma instituição direccionada para o *turismo de incentivos, negócios e congressos*, o Porto Convention Bureau (PCB)<sup>47</sup>.

(...) as políticas anteriores da autarquia relativamente ao turismo... tinham sido... enfim, fazer aquilo que... aquilo que a lei define que é definir políticas próprias etc., etc., relativamente ò... ò concelho... e fizeram uma coisa melhor já dada importância do Porto e da, do, das múltiplas actividades que estão ligadas a turismo, etc... e talvez porque reconheceram... ou tiveram um entendimento que a Divisão do Turismo... não tinha capacidade p'abarcar isso tudo... há 7 anos... portanto 7 anos atrás, a Câmara e o departamento, o Pelouro do Turismo resolveu criar o chamado Porto Convention Bureau que actualmente existe, com os, os Convention Bureau como sabe existem praticamente em todo o mundo nas cidades mais importantes ou nas, nas regiões mais importantes para tratarem... do Turismo de Incentivos e Congressos, portanto que é uma coisa extremamente importante como calculará p'a uma cidade como a nossa a que necessita acolher isso, e portanto isso foi feito com muito sucesso, isso é feito com... a... o... portanto a Câmara no... pela via institucional... em parceria com os privados de, dos variadíssimos sectores, portanto da Restauração e... Bebidas... Caterings... Agências de Viagem... Hotelaria... enfim, Câmaras Municipais, também aqui algumas da região que são...

---

<sup>47</sup> Um outro actor local e regional ligado ao turismo que, no âmbito desta pesquisa tivemos a oportunidade de entrevistar e que apresentamos mais adiante no Capítulo 5.

associadas do Porto Convention Bureau... e portanto toda essa parte e digamos uma, uma parte da representação em Feiras Internacionais que também é feita pelo Porto Convention Bureau... foi entregue a esse organismo, tem sede própria, lá em baixo na, na Ribeira... a Câmara preside, até porque a Câmara fornece portanto a... a casa... enfim e arca com cerca de 30% do... de todo o orçamento... da... daquela instituição... e eu próprio sou o presidente do Porto Convention Bureau neste momento, portanto, isto foi aquilo que fizeram em 7, há 7 anos reservando-se a Cama [hesitação], a Câmara apenas através da sua Divisão de Turismo para fazer um pequeno tipo de coisas como seja o atendimento dos postos de turismo, o desenvolvimento de... alguns produtos como sejam circuitos... pedestres, enfim várias, criação de vários produtos, *mailings*... que [hesitação] queria dizer... para além dos *mailings*... alguns produtos de *merchandising*... etc., e portanto a Câmara, a propriamente a Divisão de Turismo tinha mais a ver com isso, claro também fazendo parte com educacionais (...) ... portanto... e portanto reservou um papel menor directo aqui ao, à Divisão... à Divisão de Turismo, e portanto esta Divisão de Turismo ficou integrada na... como falou na macroestrutura, ficou integrada na Divisão [hesitação], na... Direcção Municipal de Cultura e Turismo portanto eram... até há bem pouco tempo, até nós entrarmos... de competência dum vereador, que portanto tinha Cultura e tinha Turismo... claro obviamente sendo aquilo uma Divisão para passar a Divisão, depois tinha um chefe de departamento ou uma chefe de departamento, depois tinha um director municipal e depois tinha um vereador, vereador esse que tinha... Cultura e Turismo e depois claro isso tinha a ver um bocadinho com a apetência do, do, do vereador ou com os conhecimentos do vereador ou com o maior interesse numa área ou na outra, mas obviamente o peso cultural da cidade do Porto é muito forte e muito grande e em meu entender e em nosso entender... portanto, vendo agora já a Câmara... nós entendemos que o Turismo que ficava, digamos que era quase sempre parente pobre... da... nesse tipo de organização embora [pausa] coisa que também fazemos hoje, já naquela altura também se trabalhava com outras instituições que estão ligadas ao turismo sedeadas ou não na cidade, no sentido de promover a cidade, embora como lhe digo com pouca... enfim com pouca amplitude, mas alguma coisa se fazia... nós entendemos que devia ser duma forma diferente e portanto agora, como aliás nós fizemos uma alteração da macroestrutura, mas mesmo antes de a fazermos dividimos logo a Cultura e o Turismo, portanto a Cultura está com um vereador, o turismo está comigo e portanto houve separação, embora tenha durante o ano passado ainda funcionado tudo mais ou menos em conjunto, orçamentos e tudo, enfim, não da melhor maneira, mas pelo menos cada um já... conseguiu... fazer coisas diferentes e não estar a preocupar-se com matérias completamente diferentes das, daquelas a que... que tinha mais... com que era mais pressionado. Portanto... logo de início separamo-nos e agora formalmente em termos de nova macroestrutura que foi aprovada este ano [o E. fez um sinal de assentimento]... demos um segundo passo ainda mais significativo, isto é... a... Divisão de Turismo... que como lhe disse há pouco tinha uma série de... de... aí de, de patamares de direcção deixou de ter todo e qualquer patamar e está apenas e só ligada aqui... ao vereador, portanto 'tá ligada aqui ao gabinete da vereação, isto desde... Maio [o E. fez um sinal de assentimento], ou Abril, Maio, passou a estar aqui com gestão directa, portanto não tem interferência de ninguém e o turismo que nós consideramos... eu mais que os outros devo-lhe dizer, obviamente [risos]... porque tenho o turismo, e portanto passamos a tê-la directamente com a... despacho directo com a senhora chefe de divisão... e com uma... uma assessora que tenho lá... que é uma pessoa já de também de... grande nível [o E. fez um sinal de assentimento]... e de conhecimento cultural e turístico e que estão lá em permanência, em permanência, mas passaram a despachar directamente comigo e todos os... as realizações, eventos, etc., programas, planos, orçamentos e tudo é feito directamente aqui dentro... [vereador do turismo da câmara municipal do Porto, 67 anos, PPD/PSD]

O confronto documental com os organogramas da maior parte das câmaras da AMP, entre 1980 e 2001, confirma que ao longo dos anos 80 do século XX não há propriamente áreas da cultura e do turismo formalmente criadas e dotadas do pessoal técnico necessário<sup>48</sup>. A partir dos anos 90, surgem os organogramas e os quadros de pessoal mais complexos, que substituem, na maior parte dos casos, os regulamentos internos dos designados serviços das câmaras municipais. As câmaras, face ao aumento das tarefas, decorrentes da transferência progressiva das competências e atribuições do poder central para o poder local, reestruturam o enquadramento formal das competências, tanto nos serviços como nos quadros de pessoal. Por outro lado, a progressiva informatização dos serviços camarários e os usos institucionalizados das novas tecnologias no quotidiano organizacional tornam a realidade autárquica mais exigente e complexa do ponto de vista da gestão política e técnico-burocrática, com reflexos nos organogramas e nos quadros de pessoal<sup>49</sup>. Para além destas questões, é visível, e numa abordagem sumária, que entre a década de 80 e os últimos anos da década de 90, há um alargamento dos serviços municipais, com a criação de funções e a dotação de técnicos para as áreas da cultura e do turismo, nalguns casos associadas sob o mesmo departamento e correspondendo a divisões autónomas e diferentes no conjunto do organograma; noutros casos, integrando a mesma divisão sectorial. Acrescente-se ainda que, umas vezes autónoma, outras vezes acoplada às da juventude e da educação, surge a área do desporto. Independentemente das particularidades decorrentes das lógicas organizacionais autárquicas, constata-se que, do ponto de vista representacional, e

---

<sup>48</sup> Foi possível analisarmos, com maior ou menor detalhe, e de acordo com a informação disponibilizada, as macroestruturas das câmaras da AMP. Procurámos atender, de modo descritivo e sumário, aos princípios gerais e específicos da estrutura formal dos serviços orgânicos, aos objectivos da macroestrutura, às designações formais adoptadas para as áreas aqui em análise e aos quadros de pessoal previstos. À data da redacção do relatório final, este tipo de informação municipal – o organograma actualmente em vigor – está disponível na maior parte dos *sites* oficiais das autarquias, o que transparece a evolução organizacional e política das próprias autarquias.

<sup>49</sup> Sem atendermos à cultura organizacional e às subculturas, formais e informais, das organizações municipais, porque não enquadradas nos objectivos desta pesquisa, registemos que trabalhos da sociologia portuguesa remetem, nos anos 90, para estas questões das dinâmicas organizacionais das instituições de exercício do poder, no caso do poder local, e da articulação entre as lógicas do poder político e as lógicas da gestão organizacional. Por exemplo, Costa; Neves (1993) e as diversas comunicações que têm sido apresentadas nos encontros e nos congressos nacionais de sociologia.

segundo um dado contexto político, os vectores da cultura e do turismo, e numa articulação política com o desenvolvimento global do concelho, são formalmente reajustados nos últimos anos<sup>50</sup>.

O posicionamento formal da cultura e do turismo no órgão executivo depende, num outro sentido, do painel de recursos financeiros e humanos e da avaliação das actividades e dos objectivos atingidos anualmente. À semelhança do que temos vindo a registar, as dificuldades da actuação cultural da autarquia passam pelas debilidades e/ou cortes orçamentais, à data das entrevistas, essencialmente conjunturais. E os posicionamentos dos eleitos locais responsáveis pelas vereações que aqui nos interessam são mais próximos do que distantes quanto a estas questões. No caso da vereação da cultura de Gondomar, e face à acumulação de pelouros nas áreas do social (cultura, educação, desporto, juventude e acção social), o vereador salienta que tal acumulação de responsabilidades tem facilitado a concepção e a aplicação de uma política intersectorial integrada.

(...) todas aquelas que são as áreas sociais e humanas do município, não é dependem... em termos de hierarquia quer dizer da... da mesma pessoa, não é, e portanto isso facilita... por um lado, não quer dizer que tenha só aspectos positivos mas a este nível de... de uma política transversal, mais articulada julgo que isto que facilita, e facilita porquê? Porque por exemplo enquanto eu muitas vezes converso com colegas... vereadores de outras câmaras na área da educação e às vezes querem promover determinados projectos na área do desporto... muitas vezes isto esbarra com... este... com... com... outra política que muitas vezes o outro vereador tem para o sector, às vezes há... os protagonismos que cada um quer liderar projectos, portanto, não digo que não quer só protagonismo ao nível individual, mas porque às vezes têm entendimentos diferentes e naturalmente têm tendência para a afirmação dos pelouros protagonizar determinados projectos e atender a determinadas variáveis, portanto aqui está de facto facilitado, não é, naturalmente que... a política da Câmara é só uma, não é e há o Presidente, não é... que tem... de estar de acordo e definir naturalmente, definir ou acordar toda a estratégia global ... mas depois às vezes há entre a intenção e a prática há de facto... barreiras que se colocam, felizmente aqui em Gondomar [o E. fez um sinal de assentimento] a esse nível nós não temos esse problema (...)  
*[vereador da cultura e do desporto da câmara municipal de Gondomar, 34 anos, PPD/PSD]*

Da mesma forma ressalta as virtualidades do trabalho em equipa – e a particularidade das equipas jovens na área da cultura – e das disponibilidades dos técnicos numa perspectiva de políticas intersectoriais.

---

<sup>50</sup> Os Anexos 5T e 5U reúnem exemplificações de organogramas municipais analisados, em momentos diferentes da história organizacional e política das câmaras: anos 80 e anos 90 do século XX.

(...) portanto temos uma maior facilidade e mobilidade em fazermos... em fazer uma política... transversal, intersectorial, perfeitamente integrada e, e complementar e muitas vezes... em vez de... muitas vezes se sobrepor, por outro lado julgo que também temos beneficiado da equipa que trabalha comigo... porquê? Porque também se... foram, foram sectores que cresceram muito nestes últimos anos... com... por um lado temos o... os... técnicos e os funcionários em geral destes sectores nas, na generalidade são pessoas mais jovens, não é... e não digo isto porque propriamente seja apenas uma virtude mas naturalmente gente que muitas vezes saiu das universidades, estão com entusiasmo [!], com força criativa [!], com vontade [!].... muitas vezes tendo... portanto ainda... a esperança, não é de conseguir mudar o mundo e as coisas e portanto e, e julgo que isto também tem sido um aspecto positivo e que tem permitido de facto muitas vezes andar em frente, correndo riscos e... e acreditando sobretudo com, com empenho e envolvendo as pessoas que é possível concretizar... concretizar projectos... por outro lado, também (...) nos tem permitido, e portanto os próprios técnicos acabam por muitas vezes não estar apenas envolvidos nos seu pelouro, no seu sector, mas sempre que é necessário ajudam-se, porque há um projecto importante e isso acaba também por contribuir para... não é, um alargar de horizontes e muitas vezes tem que implicar outros técnicos que em vez da Câmara ter que vir buscar fora muitas vezes há um sector ou um técnico que está nesse sector e que está mais aliviado em termos de serviço e ajuda mas portanto ele próprio também acaba por ter uma visão completamente diferente das coisas e uma perspectiva muito diferente [o E. fez um sinal de assentimento] [vereador da cultura e do desporto da câmara municipal de Gondomar, 34 anos, PPD/PSD]

As políticas intersectoriais favorecem, e segundo este autarca, a possibilidade de fazer diagnósticos das situações sociais e culturais do concelho, potenciando os recursos humanos disponíveis, que, quanto mais diversos do ponto de vista das suas formações de base, tanto mais operacionais se tornam no terreno local.

(...) eu costumo dizer é preciso diagnosticar para conhecer, conhecer para melhorar, não é, e portanto há muitas vezes diagnósticos e necessidades que nem sequer são sentidas, e isto aqui de facto aqui permite esta, esta política transversal permite de facto fazer mais rapidamente diagnósticos, porque temos mais técnicos, não é, nós neste sector temos... em termos de, de formação superior, temos p'ra aí... 10... 10... cursos diferentes, quer dizer... passa pela sociologia [o E. fez um sinal de assentimento], pela filosofia [o E. fez um sinal de assentimento], pela economia, pela gestão, pela comunicação social, pela psicologia, pelas assistentes sociais e quer dizer, temos de facto técnicos com formações muito diversas e portanto isto permite-nos... apesar de não termos muitos funcionários e p'ó trabalho que desenvolvemos a estrutura não ser demasiado pesada mas de facto temos aqui um conjunto de técnicos superiores, não é, com formações muito diversas que muitas vezes conseguimos potenciar, se for preciso alguém da comunicação social mas para outro sector eu consigo, não preciso de estar a pedir ao colega [o E. fez um sinal de assentimento], com todos aqueles formalismos [o E. fez um sinal de assentimento] mas onde tenho que dar prioridade a este ou aquele projecto... [vereador da cultura e do desporto da câmara municipal de Gondomar, 34 anos, PPD/PSD]

Posição similar perspectiva o vereador de Valongo que considera a relação formal e substantiva entre a cultura e a juventude, pelouros que acumula, como necessária e profícua. Relativiza, em contrapartida, a associação política e formal entre o desporto e a cultura, num mesmo pelouro e num mesmo vereador, posição segundo ele mais tradicional no poder local. Não perspectiva, da mesma maneira, apesar de organicamente estar sob a alçada do mesmo departamento e da mesma direcção de departamento, a relação entre turismo e cultura. Estarão estes mais distantes do que aqueles mais próximos.

As dificuldades de actuação, segundo a vereadora da cultura de Vila do Conde, passam pelas restrições orçamentais, e pelas possibilidades de captar e formar públicos para determinados eventos, particularmente para aqueles da designada *cultura cultivada*.

... pronto o orçamento é importante [o E. fez um sinal de assentimento], temos que referir isto, é importante pois gostaríamos de trazer aqui... se calhar grandes orquestras, grandes companhias de bailado, etc., pronto mas realmente... não é fácil, e neste momento de contenção ainda se torna mais complicado mas... e pronto... de modo, de outro modo assim grandes dificuldades... têm mais a ver com essa questão do que com dificuldades de implementação, às vezes há um problema que também a nível cultural me preocupa ou... pronto, é... o cativar público, não é fácil cativar público! Nós procurámos, esforçámo-nos como digo, meditámos muito quando estamos a fazer o plano de actividades, o qu' é que nós podemos fazer para trazer as pessoas às salas e realmente levar a cultura até elas e não é muito fácil e eu isto ... é algo que eu me parece que não é só do concelho de Vila do Conde, embora aqui as pessoas também naturalmente apesar desta tradição cultural que eu referia as pessoas têm... não são pessoas que, que saiam de casa [!] com facilidade [o E. fez um sinal de assentimento], não sei como é qu'hei-de dizer isto doutra maneira [o E. fez um sinal de assentimento] [sorrisos] e portanto... ou realmente... se apresentam nomes que são de, de conhecimento de toda a gente, pronto aquilo que está na moda no momento, ou se, se apresentam outro tipo de coisas as pessoas têm muita relutância em sair de casa e em vir até nós, e portanto este cativar de público que nos preocupa muito e como é que podemos chegar às pessoas doutra maneira, como é que nós podemos... pronto levar este programa cultural que pretendemos desenvolver até junto do público é uma preocupação também muito grande e muito difícil! Julguei que era mais fácil. É, é muito difícil, muito difícil! [sorrisos] [vereadora da cultura da câmara municipal de Vila do Conde, 53 anos, PS]

Reconhece que o trabalho em equipa é fundamental e que os técnicos qualificados que tem nos serviços culturais da autarquia são um instrumento de trabalho adequado, mas do ponto de vista da procura tem havido limitações. As estratégias de formação de públicos para a cultura são a divulgação – *divulgar*

*informando*, como refere – de modo a despertar a curiosidade e o interesse. Uma das aspirações que confessa é a de poder vir a assistir às suas salas de espectáculos cheias.

[*pausa*] Neste momento não lhe sei responder, o qu'eu gostaria de ver em Vila do Conde era as nossas salas cheias de público [*o E. fez um sinal de assentimento*], se me pergunta assim de repente [*risos*] e porque não, não, não a nível de grande projecto cultural não posso enumerar de momento, o qu'eu gostaria mais era de ver as nossas salas quando nós oferecemos qualquer coisa a nível cultural cheias de público [*o E. fez um sinal de assentimento*] ... [*pausa*] Era a maior satisfação que eu tinha, a sério! [*sorrisos*] Sinceramente é uma coisa que... gostaria muito. (...) É mais ou menos uma constante, em que há um grupo que está sempre presente, sempre presente, um grupo pronto de pessoas que... dizem sempre presente às nossas solicitações, e depois aquela parte de público variável que aparece quando... há nomes sonantes digamos assim mas que para coisas que muitas vezes eventos de, de grande qualidade embora não tão sonantes como, como a nível do, do público em geral como, como os outros a que, a que me refiro... pronto vão aparecendo com alguma flutuação [*o E. fez um sinal de assentimento*]. [*vereadora da cultura da câmara municipal de Vila do Conde, 53 anos, PS*]

É interessante constatar o posicionamento do vereador da cultura e do turismo de Valongo quando releva o papel não tanto político mas essencialmente técnico e de gestão dos vereadores com as suas equipas de trabalho quotidiano. Perspectiva, assim, o exercício da função política da vereação muito associado à função da gestão política e técnica, que exige um conhecimento operacional da sociedade civil local e das próprias associações locais, relativizando também a relevância política dos protagonistas nos quadros partidários e fazendo-a depender mais da relevância política e social que têm junto das populações locais.

(...) seria melhor... se fosse doutra forma, mas também não é extraordinariamente importante que o, o, que o Vereador do Pelouro conheça tecnicamente o Pelouro, não é extraordinariamente importante!... Digamos que eu acho que um, um Vereador é, é um cargo político por excelência [*o E. fez um sinal de assentimento*] e portanto tem que ser alguém que tenha... temp [*hesitação*], que esteja dentro da sociedade civil, que conheça as associações, que conheça as pessoas, os problemas das pessoas... isso é que é o fundamental, porque depois tudo, todas as actividades técnicas têm que ser moldadas em função da sociedade, é por isso que eu acho por exemplo uma pessoa... tradicionalmente isolada, tip [*hesitação*], tipicamente isolada que, enfim que não goste muito de conviver, uma pessoa, uma excelente pessoa como qualquer outra, mas que não, que não conviva [*o E. fez um sinal de assentimento*] tanto, se calhar não vai ser um bom Vereador, e mesmo nos partidos por vezes há pessoas que do ponto de vista partidário têm relevância, mas que depois na sociedade civil não têm essa, essa relevância, eu acho se isso não acontecer não é bom e portanto... as questões técnicas nos meus Pelouros são resolvidas pelos técnicos, não é e eu dou orientações políticas, é essa, é um bocado essa minha missão [*o E. fez um sinal de*

*assentimento*], ouvindo sempre... e eu acho que as pessoas reconhecem que de facto eu tenho muita tendência para ouvir as opiniões, mudo facilmente de opiniões, mas a última é sempre a minha, não é [*risos*], eu é que sou o Vereador... (...) de facto eu vivo muito isto, e como, repare se eu estivesse aqui com outra postura assim mais política e isso se calhar trataria as coisas doutra forma, mas eu não tenho muito e, mas também não me tenho dado mal, eu acho que depois as pessoas me conhecem, reconhecem esse tipo de trabalho, acho que a política... e é isso que me atrai aqui neste concelho... a política deve ser, deve ter uma função cada vez mais de gestão [!] típica de gestão, portanto ser Vereador deve ser fundamentalmente um gestor com uma componente política porque é um cargo político, um cargo de eleição, mas fundamentalmente técnica e... e... de gestão, de gestão técnica, não é e portanto... acho que estão a cair um bocado em desuso aquelas artimanhas políticas para, p'as pessoas terem relevância, terem melhor imagem, não é, com a minha gravatinha certa, o fato direito, eu acho que as pessoas cada vez ligam menos a isso [*o E. fez um sinal de assentimento*], principalmente nestes meios urbanos (...) [*vereador da cultura e do turismo da câmara municipal de Valongo, 36 anos, PPD/PSD*]

A análise que fizemos dos dados documentais permitem-nos constatar a centralidade do movimento associativo local para os actores do poder local, e, como por várias vezes assinalam, no sentido de uma *forte implantação local*. A proximidade social e política, mas também pessoal, com as associações e com a própria sociedade civil local, são variáveis que constam do perfil do autarca. Se atendermos ao recenseamento que elaborámos das associações culturais e desportivas dos concelhos da AMP em 2002-2003, e de acordo com as listagens fornecidas pelas próprias câmaras<sup>51</sup>, há traços que ressaltam como i) a diversidade e a extensão territorial das associações pelas freguesias do concelho; ii) a maior preponderância das associações desportivas face às culturais e recreativas; iii) a implantação territorial das associações, associadas a determinados equipamentos, e a ligação com as paróquias e os bairros residenciais; iv) a panóplia das designações formais, que

---

<sup>51</sup> As listagens recolhidas denotam uma relativa diversidade nos modos de categorização do movimento associativo local pelos próprios serviços culturais e desportivos municipais e pelos actores associativos locais. Não é fácil, e nalguns casos pouco ou nada possível, destrinçarmos o rol de actividades estritamente culturais e de lazer do painel de actividades estritamente desportivas. A categorização formal de cada uma das associações mistura, nalguns casos, os dois domínios, sem apresentar os critérios de classificação daquelas. As listagens na maior parte das situações correspondem a inventários das associações locais, alvo dos subsídios atribuídos e/ou de outros apoios dados pelo município. Há câmaras (como as de Matosinhos e de Valongo) em que se constitui uma ficha de identificação das associações com variáveis base de caracterização que vão para além da designação, da freguesia onde se localizam e do endereço: por exemplo, as actividades que desenvolvem, e os equipamentos que possuem e os usos que deles fazem. Sinais que também reponderam novas modalidades de divulgação e de diagnóstico do tecido associativo, por parte dos serviços culturais e desportivos do poder local.



indicia a preponderância e/ou o cruzamento das manifestações desportivas ligadas ao futebol mas não circunscritas a este; das actividades culturais, ligadas às tradições populares e à *cultura popular* mas com presença, nalguns concelhos, das novas estruturas associativas que suportam a organização dos eventos que, a dado momento, se tornaram referência local, nacional e internacional no, e para, o concelho.

Do ponto de vista do autarca da Maia, as dificuldades orçamentais são estruturantes na viabilização da política cultural, para além das da formação de hábitos culturais, da dotação de equipamentos culturais, da menor visibilidade social e económica dos efeitos dos investimentos tidos na área da cultura e dos próprios recursos humanos, sempre escassos no organograma da câmara municipal.

Não, é qu'os recursos, o, o, o, os recur [*hesitação*], o, os recursos financeiros à disposição da Câmara Municipal e numa Câmara com a dimensão da nossa são sempre escassos [!] [*o E. fez um sinal de assentimento*]... são sempre escassos [!]... e são efectivamente escassos... e cada vez mais isso vai acontecer. Do ponto de vista logístico ao mesmo tempo que se foi fazendo a... a... o, o processo de transformação do concelho houve a preocupação em criar, em criar... infra-estruturas com vocação p'ò desenvolvimento do mercado cultural. Este Fórum, o Fórum [*o E. fez um sinal de assentimento*] por exemplo hoje já tem algumas dificuldades... de... de funcionamento é do... é... de 91, p'tanto houve sempre a preocupação de co [*hesitação*], a partir do momento em que começou a ser possível... apostar na área cultural isso começou a ser feito... Agora é evidente que em termos, em termos do, do, do, dos recursos humanos... vamos lá ver uma coisa... isto é um problema que ainda é... que ainda é mais profundo do qu'isso, que não tem a ver com esta Câmara, tem a ver com, com, com todas as câmaras, quer dizer os organigramas das câmaras municipais, os quadros de pessoal das câmaras municipais... obedecem ainda a uma filosofia, mas isso p'a todas as áreas... mas na cultura isso nota-se com, com, com mais acuidade [*o E. fez um sinal de assentimento*], ora essa filosofia numa câmara municipal tinha que responder a expectativas de há 20 anos atrás (...) [*vereador da cultura e do turismo da câmara municipal da Maia, 38 anos, PPD/PSD*]

De igual maneira os orçamentos são constrangedores na câmara da Póvoa de Varzim e, quando comparados com os das outras câmaras da AMP, o vereador considera-os próprios e específicos de uma *câmara pequena*.

O que eu lhe digo é que estas apostas são apostas, as pessoas podem dizer pontuais, não são pontuais são apostas regulares, que acontecem sempre, que vão acontecer sempre e como eu dizia que são situações imparáveis... e depois transportando tudo isto para a Área Metropolitana do Porto, nós estamos a falar de coisas completamente diferentes, e que é o orçamento da Câmara Municipal do Porto para a área cultural e o que é o da Póvoa de Varzim, quando eu digo que nós temos 80 mil contos p'a todas as actividades no Porto com

certeza as pessoas riem-se com isso... que há uma acontecimento que pode custar 80 mil contos lá, não é e acabou, mas é que para as edições dos livros, que eu gasto 25 mil contos, para... a Banda de Música, para o teatro, para... a música, o Festival de Música, para... sei lá [!] para o encontro do teatro escolar... para as Correntes de Escritas eu gastar 80 mil contos, acho, acho que 'tou, estamos a fazer milagres, com certeza que estamos a fazer milagres! É quase impossível... conseguirmos isto tudo, claro que eu tenho de pedir apoios, patrocínios, aqui, ali, acolá e... vão, e vou conseguindo esses patrocínios não é... mas é difícil, é difícil [o E. fez um sinal de assentimento] ser vereador da cultura numa câmara pequena como é a da Póvoa de Varzim, é difícil... em, em Matosinhos digo-lhe só que o orçamento... para a cultura são 800 mil contos, são 10 vezes mais, portanto pode-se fazer 10 vezes mais aquilo que faço na Póvoa de Varzim, não é [o E. fez um sinal de assentimento], portanto estamos a falar de coisas muito diferentes, e eu não gosto de falar de coisas muito diferentes, é por isso que eu faço aquilo que eu conheço que é a minha realidade, ou é a nossa realidade. [vereador da cultura e do turismo da câmara municipal da Póvoa de Varzim, 46 anos, PPD/PSD]

É interessante constatar como o posicionamento político da cultura no interior das autarquias, e nomeadamente das câmaras municipais, se reposiciona dos anos 90 em diante. Não só deixa de ser contemplada como um sector cujos investimentos são dispendiosos e sem efeitos rentáveis imediatos, como dentro das estruturas formais das autarquias adquire um posicionamento efectivo nos recursos. O testemunho do responsável pela Direcção Regional da Cultura do Norte (DRCN), que tivemos a oportunidade de entrevistar<sup>52</sup>, anota:

Agora... o, o, o grande problema que hoje se começa a pôr em muitos concelhos... portanto e que, e que neste momento começa a al [hesitação], começa a ser alterada a mentalidade é que até agora muitas vezes via-se a cultura como uma despesa... para os muni [hesitação], para os municípios, e portanto aquilo era por assim dizer... para municípios que tinham ainda muitas carências no aspecto material 'tar a gastar com eventos culturais dinheiro, para muitos autarcas era considerado por assim dizer um desperdício. Hoje... não só porque muitos dos, dos... aspectos materiais começam a estar resolvidos, mas como também se existir infra-estruturas culturais é necessário também... tirar proveito dessas infra-estruturas e desse investimento que foi feito... portanto os municípios começam a ver também o, a cultura como, como pode ser um... pr'além de trazer o bem-estar às populações pode ser outra coisa que também p'ra nós hoje é muito importante que é... nós conseguirmos manter a identidade das, das pessoas e a satisfação das pessoas com a sua cultura, mas por outro lado também começa a haver, a ser vista a cultura como... um factor de desenvolvimento... [delegado regional da cultura do norte, 58 anos, PPD/PSD]

---

<sup>52</sup> Mais adiante no Capítulo 5 fazemos a caracterização deste interlocutor e dos outros que designamos por actores locais e regionais ligados à cultura, ao turismo e ao desenvolvimento.

Por outro lado, não deixa de ser significativo que a questão dos recursos humanos e financeiros, e o próprio posicionamento da cultura e do turismo nos organogramas das instituições políticas, sejam alvo da mesma insuficiência, ainda que a níveis diferentes, no exercício do poder local e central. A título exemplificativo, e à data da realização da entrevista ao responsável pela DRCN, a delegação não só é demasiado pequena para os municípios que abrange – 87 no conjunto e dispersos por uma mancha territorial alargada – como, nas relações inter-regionais, para além do território nacional, tanto de cooperação como de competitividade, não tem recursos organizacionais, quando comparada com as regiões da Galiza e de Castela Leão.

Olhe doutora... a primeira coisa é em relação à, à... à Região Norte!... Eu penso que a Região Norte qu' é uma região extremamente grande para uma Delegação Regional... portanto tem vantagens por um lado porque... portanto dá uma perspectiva... portanto grande, de grande plano... por outro lado como nós temos aqui ao lado portanto a, a vizinha Galiza e por outro lado na fronteira do Nordeste Castela e Leão... permite que... pronto... somos uma grande região em confronto com outras grandes regiões portanto da, da, daqui da vizinha Espanha... portanto só que a Delegação a nível de estrutura e recursos financeiros não tem a dimensão que tem as outras regiões [sorrisos] [o E. fez um sinal de assentimento] do lado de lá da, da fronteira... por isso mesmo portanto o, o... a vida do Delegado com 87 municípios, 5 distritos, portanto que abarca por assim dizer toda a área geográfica da Região Norte, não é fácil... primeiro lugar por, porque com 87 municípios, com... centenas e centenas de grupos... com instituições culturais que estão disseminadas por toda esta zona... portanto nós somos todos os dias... assoberbados com toda uma série de correspondência, de convites, de, de pedidos de financiamento que a Delegação não tem qualquer capacidade de poder dar resposta... em tempo útil e sobretudo ter recursos financeiros para, para o fazer. Portanto... nós temos um orçamento relativamente pequeno, portanto o orçamento da Delegação tem andado para investimento numa média de 400 mil euros, por ano... (...) a Delegação, portanto a ni [hesitação], a nível de recursos materiais tem muitíssimo poucos recursos materiais. A nível de, de, de recursos humanos a Delegação neste momento está numa situação crítica que já se arrasta de, desde 1994. Portanto quando a Delegação estava no Porto tinha 3 funcionários administrativos e 3 técnicos superiores de quadro... portanto com possibilidade de ter um Chefe de Divisão e portanto o Delegado. Neste momento com a vinda da Delegação para, portanto aqui p'ra Vila Real, os técnicos, os técnicos superiores que estavam no Porto recusaram-se a vir para Vila Real, os 3 administrativos também se recusaram a vir para Vila Real, portanto quer dizer que a Delegação teve à partida de iniciar a su [hesitação], o seu trabalho aqui com... pessoas requisitadas a outros organismos. (...) isto quer dizer que a Delegação neste momento funciona com 1 Delegado, 3 administrativos e 3 técnicos superiores [pausa] a situa [hesitação], a situação não, não é, não é muito fácil... porque nós a nível de *ratio* de... técnicos e de funcionários em relação às outras Delegações nós temos 1 quadro superior porque nós continuamos a pagar aos 3 técnicos superiores que estão no Porto e aos 3 administrativos, portanto isto é um problema que o Senhor Ministro da Cultura diz que vai resolver rapidamente... através do quadro de excedentes... interdepartamentais e esperamos que isto seja resolvido para que a Delegação possa ter um quadro próprio... que dê dalguma

maneira continuidade a todo o trabalho que vai sendo feito, porque na situação em que nós 'tamos, portanto corremos o risco de a Delegação... como não tem quadro de, de vinculação próprio, nomeadamente a nível de técnicos superiores... ter d'andar sempre a iniciar... pessoas, trabalhos que têm de ser realizados e por assim dizer a própria Delegação não ter uma continuidade de trabalho muitíssimo grande [o E. fez um sinal de assentimento]. Um, um, um dos problemas que neste momento também sobrecarrega imenso a Delegação é que tudo o que é parte administrativa e financeira ligada ao Museu do Douro, neste momento passa pela própria contabilidade da Delegação... porque o Dou [hesitação], o, o Museu do Douro não tem autonomia administrativa nem financeira e por isso mesmo ele está agregado aqui à Delegação, o que implica também uma, uma sobrecarga de trabalho não só para, para o Delegado como também para sobretudo para a parte administrativa [o E. fez um sinal de assentimento]. [delegado regional da cultura do norte, 58 anos, PPD/PSD]

E reconhece que as actividades previstas pela DRCN fazem sentido desde que articuladas com alguns actores políticos e culturais, regionais e locais. Destaca, por um lado, a relação entre delegações regionais da cultura, de forma a uniformizar parâmetros de actuação conjunta, quanto à atribuição dos subsídios aos municípios e às associações e instituições culturais locais; por outro, a relação com as autarquias e com as vereações da cultura, ressaltando a sensibilidade política e formal para os investimentos na área da cultura; e, salienta ainda, a relação com determinados centros culturais da Região Norte. Todos eles potenciam actividades culturais significativas, tanto pelos níveis de expressão cultural e artística como pela formação de criadores, com as universidades – no caso, a Universidade de Trás-os-Montes - e com a região da Galiza.

(...) acima de tudo ter uma boa articulação com as outras Delegações Regionais, estamos a fazer periodicamente reuniões com as Delegações Regionais dos outros... do, do resto do país, nessas delegações [sic] nós procuramos definir critérios que possam ser comuns e que... dêem alguma portanto alguma... imagem de, d'haver uma uniformidade, ou não digo uma uniformidade total mas pelo menos um conjunto de parâmetros que sejam comuns às várias Delegações, nomeadamente nas atribuições de, de subsídios, isso permitiu p'ra este ano por exemplo que pela primeira vez... nós estabelecêssemos critérios definidos p'à atribuição de, de subsídios, impressos que são comuns e que permitem dalguma maneira dar... uma imagem dalguma, dalguma... unidade portanto àquilo que é feito no terreno... O outro trabalho que nós 'tamos a procurar fazer é que efectivamente o trabalho da Delegação só pode ser potenciado com a ligação aos municípios, portanto p'ra isso temos uma ligação com a ma [hesitação], maior parte ou a totalidade dos vereadores da cultura dos municípios, felizmente que neste momento todas as autarquias já começam a ter um pelouro da cultura com alguma dimensão e as actividades culturais começam... come [hesitação], começam a ter um peso cada vez mais significativo nos orçamentos das câmaras na medida em que as próprias autarquias verificaram que... a cultura diz respeito... à identidade das, das populações... é necessária para o bem-estar da, das próprias populações e por isso mesmo começa a ser uma preocupação das diversas... autarquias...

Por outro lado, a, a Delegação tem procurado também criar algumas sinergias nomeadamente com... determinadas entidades que neste momento podem fazer uma acção cultural... importante. Por isso mesmo nós temos alguns protocolos ligados com... centros culturais... que... através deles a Delegação procura incentivar e... portanto e permitir, e criar condições para que uma série de, de eventos possam ser realizados, nomeadamente exposições, debates, apresentação de obras literárias... ou então... também... portanto a promoção de eventos que tenham a ver com a cultura. Portanto isso 'tá a ser feito, neste momento começamos a ter também alguma preocupação de termos alguma ligação com as universidades... talvez a de Trás-os-Montes por estar aqui mais perto... tem, estamos a avançar com alguns projectos em comum, e dentro das possibilidades procuramos ir o mais além possível, portanto dentro desta situação. (...) O ano de 2000 e, e 3 vai ser um pouco complicado a nível orçamental porque nós praticamente só temos fundos para, ou melhor só temos recursos... para a parte nacional dos fundos comunitários e por isso mesmo o nosso trabalho no ano 2003 vai ser terminar alguns projectos... comunitários que temos em curso, nomeadamente esse do, dos escritores do Norte, como também terminarmos os... os apoios às bandas de música e luz e som e... e portanto e, e, e esse iniciarmos esse, esse trabalho com a Galiza... através do, do programa da INTERREG, portanto isto será por assim dizer um ano de... consolidação portanto de [hesitação] desse trabalho e de aproveitamento ao máximo dos fundos comunitários e de continuarmos a manter essa rede de ligações com os diversos actores [o E. fez um sinal de assentimento]. [delegado regional da cultura do norte, 58 anos, PPD/PSD]

A propósito da relação entre as autarquias e a DRCN, este actor político enuncia que uma das virtualidades do trabalho político e cultural deste organismo tem sido a mudança nos modos políticos de perspectivar a área da cultura e as sinergias advenientes de um trabalho em parceria. Isolemos, entre os efeitos positivos ao nível das parcerias estabelecidas, aqueles que dizem respeito às autarquias.

A primeira, a primeira... a primeira constatação que eu tenho de, de verificar é a seguinte... foi altamente vantajoso, vantajosa esta ligação às autarquias... e, e porquê? Porque... todos nós nos lembramos que ainda não vai há muitos anos que o pelouro da cultura da maior parte das, das autarquias era apenas um pelouro simbólico... e fazia parte da, da, do pelouro das autarquias [sic] porque... a própria, a própria legislação portanto sugeria portanto a existência desse pelouro da, da cultura. Neste momento nós podemos verificar que o pelouro da, da cultura na, na, na maior parte das autarquias já é um pelouro com... muitíssima actividade e com... uma autonomia bastante grande. Por isso mesmo... portanto este trabalho tem levado a que esta preocupação com a cultura seja cada vez maior, portanto eu penso que aí também a própria Delegação teve... um trabalho pioneiro... precisamente com essas parcerias que ia fazendo com as autarquias e com outra coisa que p'ra mim foi, foi importante que foi o circo [hesitação]... o... o... Ciclos de Concertos que a própria Delegação ia oferecendo às autarquias nomeadamente às autarquias do, do interior... portanto isso despertou na parte da, das próprias autarquias a sensibilidade para actos culturais e que, por outro lado foi criado também no, nos públicos exigência de ter mais alguma coisa do que as obras materiais que a autarquia lhe fazia. Portanto isto hoje... portanto é o resultado... evidente e conseguido... nós por exemplo neste ano que vamos ter de reduzir um pouco isso já temos uma série de autarquias que já estavam habituadas a este tipo de concertos a reclamar porquê é que nós não vamos e queriam continuar com este

[sic] parceria com a Delegação... que nós dalguma maneira vamos tentar... vamos tentar contrabalançar e, e, e dalguma maneira apoiar através de, de, de pegarmos no, no, nos programas do INTERREG e noutro tipo de programas e, em vez de ser a Delegação directamente a pagar será os fundos comunitários a pagar juntamente com algum intercâmbio que nós vamos permitir a, a não só a bandas de música ou como grupos de teatro que estamos a apoiar a nível de, de, de... dos equipamentos de... instrumentos de luz e som. Portanto através disso nós vamos tentar ver se continuamos a manter este ritmo.

Evidentemente que há, há algumas autarquias que precisam ainda do... da, da, de ser empurradas, de ser estimuladas para poderem avançar, porque posso dizer que há autarquias que neste momento quase que já dispensam a Delegação porqu'eles próprios têm iniciativas... já de tal maneira consolidadas que... já caminham por si, e na realidade este é o grande objectivo que nós procuramos é que as autarquias possam ter já capacidade de elaborar programas, de, de serem, de serem capazes de consultar... diversos... diversas equipas ou diversos grupos e simultaneamente serem capaz [sic] de apresentarem... coisas não apenas muito... populuchos passo o termo [o E. fez um sinal de assentimento], mas coisas com qualidade e portanto eu penso qu'isso que é possível. [*delegado regional da cultura do norte, 58 anos, PPD/PSD*]

Neste sentido, e para além das variáveis conjunturais que reposicionam a centralidade relativa das áreas de actuação da cultura e do turismo no interior da autarquia, diríamos que, na sequência do trabalho desenvolvido a partir dos anos 90 do século passado, as câmaras foram alargando os serviços disponíveis para estas áreas e recriando a sua centralidade política no projecto global do executivo municipal. Se, mais uma vez, cruzarmos a informação decorrente da análise documental<sup>53</sup>, há variáveis estruturais que se mantêm relativamente constantes e presentes nos discursos dos eleitos locais, mesmo que as práticas políticas entretanto evidenciem apenas algumas delas, e não necessariamente as da cultura e do turismo, por serem as mais prioritárias para o concelho. A cultura e o turismo são, curiosamente, dimensões que atravessam os discursos políticos, inclusive nos anos mais recuados do exercício do poder local. Adquirem, porém, mais centralidade nos discursos dos mandatos políticos subsequentes, nomeadamente quando decorrem

---

<sup>53</sup> Por exemplo, os discursos políticos e os programas políticos recolhidos nas câmaras municipais, em particular, e dadas as possibilidades de localizar tal informação, como referido no Capítulo 3, os relativos aos mandatos de 1997-2001 e 2001-2005. Ou ainda a consulta dos planos de actividades e dos relatórios de contas e das actas das reuniões de câmara para os anos mais recuados. No Anexo 5V encontra-se a grelha de registo dos dados documentais recolhidos junto das câmaras municipais e nos Anexos 5W e 5X a listagem das fontes documentais consultadas e tratadas no âmbito da pesquisa empírica.

de uma relativa continuidade dos eleitos e dos projectos globais previstos<sup>54</sup>. Deste modo, acentua-se a valorização do ambiente e do desenvolvimento económico sustentado, dos serviços e do sector industrial; a valorização do turismo como factor de riqueza, elemento possível de engrandecimento da economia local e regional, e da cultura e do desporto como áreas relativas à qualidade de vida dos cidadãos locais e associadas às potencialidades turísticas locais e regionais.

Reconheçamos, igualmente, que o posicionamento formal da cultura e do turismo foi alvo, no seio das câmaras municipais, de uma gradual visibilidade dos investimentos financeiros nos sectores. Se atendermos apenas à área da cultura – que na tipologia dos dados apresentados aparece associada à do desporto – e de acordo com os dados do INE (Portugal, 2006g)<sup>55</sup>, verificamos que as maiores despesas são, em 2004, nalguns sectores como as publicações e literatura (18.210 €), os jogos e desportos (15.554 €), as actividades socioculturais (7329 €) e os museus (3671 €). E, com maior visibilidade dos gastos, no concelho do Porto. Um trabalho do OAC a propósito das despesas dos municípios com a cultura (Neves; Santos, 2000) aborda a sua evolução entre 1986 e 1997, por NUTS II e de acordo com um conjunto de variáveis base. Entre os resultados obtidos vale a pena destacar que, no período em análise, é visível o interesse, gradual e crescente, do poder local pela cultura, com predominância dos gastos nos sectores do património cultural (17,9%), das publicações e literatura (17,6%) e das actividades socioculturais (15,8%). Segundo a mesma fonte, e quanto à AMP, a evolução dos gastos na área da cultura foi linear e gradual, suficientemente significativa, ainda que não tão acentuada quanto a verificada na AML, segundo os autores, em virtude de não ter havido, até 2001, a oportunidade estratégica de organizar eventos culturais que exijam investimentos financeiros avultados (Ibidem). Retenha-se também um assinalável investimento em publicações e literatura (22,2%), património cultural (18%), recintos culturais (16,3%) e actividades socioculturais (13,2%). Não deixam os autores de

---

<sup>54</sup> Veja-se a título de exemplo o Anexo 5Y, com os programas eleitorais apresentados por Gondomar em 1993 e 2001, em particular nos vectores da cultura e do turismo.

<sup>55</sup> Nos Anexos 5Z e 5AA encontramos informação sobre as despesas das câmaras municipais da AMP em actividades culturais e de desporto em 2004, segundo os dados do INE (Portugal, 2006g).

assinalar a macrocefalia cultural da capital lisboeta face ao país, e do próprio concelho do Porto face à sua região envolvente, nomeadamente os concelhos do espaço metropolitano. Ressalvam, porém, que ao longo do período em análise há um progressivo atenuar das assimetrias interconcelhias, com um aumento das despesas da cultura nos concelhos limítrofes ao do Porto.

### Tabela 5.6

Despesas anuais em cultura e em jogos e desportos dos municípios da AMP, 2005 <sup>a)</sup>

|                   | Despesas em cultura (€) dos municípios por localização geográfica |       | Despesas totais em jogos e desportos (€) dos municípios por localização geográfica |       |
|-------------------|-------------------------------------------------------------------|-------|------------------------------------------------------------------------------------|-------|
|                   | milhares                                                          | %     | milhares                                                                           | %     |
| Portugal          | 913 810                                                           | 100,0 | 387 104                                                                            | 100,0 |
| Norte             | 292 061                                                           | 32,0  | 140 999                                                                            | 36,4  |
| AMP               | 85 610                                                            | 9,4   | 42 105                                                                             | 10,9  |
| Espinho           | 5 030                                                             | 0,6   | 1 264                                                                              | 0,3   |
| Gondomar          | 12 005                                                            | 1,3   | 4 870                                                                              | 1,3   |
| Maia              | 8 695                                                             | 1,0   | 5 663                                                                              | 1,5   |
| Matosinhos        | 14 952                                                            | 1,6   | 9 192                                                                              | 2,4   |
| Porto             | 15 861                                                            | 1,7   | 6 540                                                                              | 1,7   |
| Póvoa de Varzim   | 3 249                                                             | 0,4   | 1 232                                                                              | 0,3   |
| Valongo           | 5 380                                                             | 0,6   | 2 966                                                                              | 0,8   |
| Vila do Conde     | 7 463                                                             | 0,8   | 1 560                                                                              | 0,4   |
| Vila Nova de Gaia | 12 976                                                            | 1,4   | 8 816                                                                              | 2,3   |

Fonte: INE, [www.ine.pt](http://www.ine.pt)

<sup>a)</sup> Dados actualizados a 29-05-2007 e relativos ao ano de 2005.

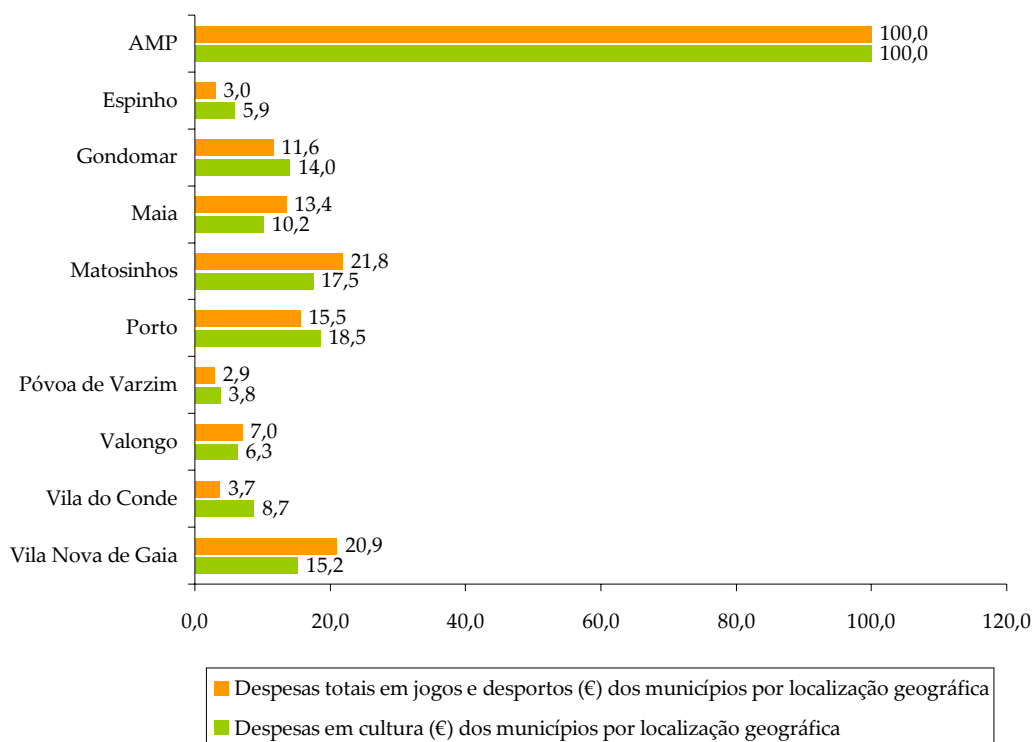
Em 2005, e de acordo com os dados do INE<sup>56</sup>, é visível a proximidade entre os gastos realizados por alguns concelhos e os do Porto: Matosinhos e Vila Nova de Gaia apresentam despesas mais elevadas no sector do desporto – 21,8% e 20,9%, respectivamente – e gastos com a cultura muito próximos dos do Porto – 17,5% e 15,2%, respectivamente, face a 18,5% do concelho do Porto. Gondomar regista também um valor assinalável: 14% do total de gastos no sector da cultura na AMP.

<sup>56</sup> Consultados, pela última vez, no site oficial do INE ([www.ine.pt](http://www.ine.pt)) em Junho de 2007.



**Figura 5.3**

Despesas anuais em cultura e em jogos e desportos dos municípios da AMP, 2005 (%) <sup>a)</sup>



Fonte: INE, [www.ine.pt](http://www.ine.pt)

<sup>a)</sup> Dados actualizados a 29-05-2007 e relativos ao ano de 2005.

Mesmo que a abordagem não seja de modo algum exaustiva quanto a estas dimensões estritamente quantitativas, há uma certa correspondência entre o universo das representações dos eleitos locais quanto ao posicionamento formal da cultura e alguns dos dados aqui apresentados a título meramente ilustrativo. Tais investimentos podem ser perspectivados, num outro sentido, associados ao próprio turismo, se pensarmos que, por vezes, alguns dos investimentos culturais traduzem a criação de uma oferta cultural com potencialidades turísticas<sup>57</sup>.

<sup>57</sup> A consulta que a dado momento fizemos, ainda que de modo não exaustivo e não assinalando totalmente o peso estatístico da evolução dos gastos municipais nestes sectores, como já referido, de alguma forma foi exemplificando a visibilidade crescente dos gastos municipais com determinados sectores. Ora a criação e a manutenção dos equipamentos culturais, ora a dinamização das actividades culturais, ora o investimento político particular no sector das bibliotecas, dos museus e das

### **Potencialidades turísticas da oferta cultural dos concelhos: a cidade como eixo central das políticas de turismo cultural**

Diríamos que a *cidade* se atravessa pelos discursos dos eleitos locais. Visualizamos a sua presença, umas vezes diluída e confundida com a noção de *concelho*, outras vezes, única e central, como se ela própria protagonizasse, enquanto representação territorial, o projecto global e prioritário de intervenção sobre o município. Formalmente, e segundo parâmetros estritamente administrativos, a intervenção sobre a cidade enquadra-se a partir do poder político local legitimado, e, em última instância, legitimado para processar uma abordagem global do território, marcado, e no caso do da AMP, pelos traços entrecruzados do *urbano* e do *rural*. Porém, as opções políticas que enformam as intervenções sobre o território municipal acabam por evidenciar, nalguns casos, prioridades que, no campo cultural e turístico, se traduzem na maior valorização política e socioeconómica do *urbano*. Se perspectivarmos esta questão, de novo, a partir dos testemunhos dos eleitos locais, logo nos confrontamos com as virtualidades da oferta cultural nas cidades que detêm uma relação *cultural* e *social* particular com a orla costeira. Diríamos, por outro lado, que a *região* atravessa os discursos dos actores locais e regionais ligados às áreas da cultura, do turismo e do desenvolvimento, perspectivando a uma escala mais macro as próprias potencialidades culturais e turísticas criadas pelos municípios da região, e no caso presente, da Região Norte, e numa associação estreita com os processos do desenvolvimento local.

Vejamos, desde já, como se projectam tais representações territoriais e administrativas nos discursos dos actores sociais alvo da pesquisa, na relação estreita com as potencialidades turísticas da oferta cultural. Em primeiro lugar, os *actores locais e regionais*<sup>58</sup>. Quando se associa a cultura e o turismo, nessa vertente

---

publicações. As áreas mais directamente relacionadas com as artes plásticas e com a música são mais recentemente alvo dos investimentos municipais.

<sup>58</sup> Os 11 entrevistados, apenas com 1 elemento do sexo feminino, e com idades diferenciadas que vão desde os 35 anos até aos 78 anos, são interlocutores com diferentes percursos sócio-profissionais e com ligações díspares à actividade política. São, antes de mais, técnicos superiores que desempenham

designada por *turismo cultural*, os representantes políticos e organizacionais da área do turismo configuram uma definição ideológica e operacional daquilo que constitui o turismo, e não tanto uma concepção formalmente instituída por via de dimensões objectivadas a partir do conhecimento sistematizado e da avaliação das políticas e práticas de turismo. Ao perspectivar-se a transformação de uma *região potencial* numa *região com produtos turísticos construídos*, há uma relação estreita entre os tipos convencionais de turismo. Como nos sugere o representante do ICEP – Investimento, Comércio e Turismo de Portugal (ICEP)<sup>59</sup>, por exemplo, são quatro os sectores do turismo alvo do investimento político e financeiro: o *turismo activo*, o *turismo de lazer*, o *turismo de negócios* e o *turismo cultural*, este último o que melhores e maiores potencialidades tem nas regiões do país, nomeadamente na Região Norte, por contemplar uma oferta diversa e ampla. Dentro destes termos constroem-se os respectivos subprodutos ou, por outras palavras, o que habitualmente designam por *segmentos turísticos*.

(...) nós podemos dizer que existem 4 grandes vectores de turismo ou de grandes motivações, temos o turismo activo, não é, o turismo de lazer, no activo temos o golfe,

---

cargos em organismos da administração central, e com uma relação próxima com a área do turismo e da cultura, ou agentes locais ligados à animação cultural e turística. No Anexo 5S encontramos a caracterização sociográfica destes interlocutores. Relembremos que vários contactos foram feitos com alguns interlocutores privilegiados, nomeadamente a Junta Metropolitana da AMP e regiões de turismo, sem qualquer resposta, ou outras, como a Confederação do Turismo Português (CTP), que nos recusaram a entrevista. Veja-se a este propósito o Anexo 3F. Haveria muitos mais interlocutores a localizar, entre eles outras organizações locais ligadas ao associativismo local e regional, ou à animação cultural local, ou ainda outros actores turísticos ligados ao mercado da oferta turística. Possibilidades empíricas que poderão ser perspectivadas no âmbito da AMP e de um outro contexto de pesquisa sociológica.

<sup>59</sup> À data da entrevista, o ICEP constituía uma outra entidade da Secretaria de Estado do Turismo, responsável pela promoção turística do país a nível nacional e internacional. Como nos referiu o representante do ICEP que entrevistámos: (...) *portanto o ICEP ao fim e ao cabo 'tá, é o umbrella da promoção turística, não é [o E. fez um sinal de assentimento], é o responsável pela marca turística pela pro [hesitação] pela promoção da marca PORTUGAL [o E. fez um sinal de assentimento], pronto... até aqui teve as funções também da promoção a nível externo, p'tanto ou principalmente aliás... a promoção lá fora, no, no, nos mercados internacionais. P'tanto hoje em dia houve uma certa descentralização, vai haver uma certa descentralização dessa promoção entregue a agências regionais que são as áreas promocionais de turismo, p'tanto são 7, o Algarve, o Alentejo, Lisboa, Beiras, Porto e Norte de Portugal, Açores e Madeira, são 7 áreas e nós vamos descentralizar, afectar alguns recursos financeiros que até aqui estavam no ICEP para essas agências regionais, não é, essas, essas áreas promocionais fazerem promoção externa... dos seus produtos, mas até aqui a verdade é que essa promoção externa 'teve toda dentro do ICEP, bom...* [director de promoção do ICEP, 38 anos]. Para outras informações, nomeadamente sobre a reestruturação formal e orgânica desta instituição, consulte-se o site oficial do ICEP [www.icep.pt](http://www.icep.pt).

temos os estágios desportivos, temos os náuticos, temos essas coisas todas, não é, o turismo de lazer onde há o sol e praia [o E. fez um sinal de assentimento] do Algarve e por aí fora cada vez mais, pronto, depois ainda temos o turismo... de negócios [o E. fez um sinal de assentimento], portanto os congressos e os incentivos, e temos o turismo cultural, p'tanto são os grandes, os grandes grupos de motivações que existem e que o ICEP trabalha, a partir daqui depois há subprodutos, ou subsegmentos em que se trabalha. O turismo cultural é de longe uma das grandes prioridades, p'tanto, obviamente uma pessoas quando fala em Inglaterra, ou na Alemanha, ou na Holanda que são mercados preferencialmente virados para o Algarve e p'à praia e p'ò Verão, não é... já há mercados como a Itália, França e os Estados Unidos por exemplo em que a grande motivação dos turistas que nos visitam é de longe, é de facto o, o turismo cultural... iss' é... ponto assente, não é... [director de promoção do ICEP, 38 anos]

Perante a definição de *turismo cultural*, que os entrevistados assumem não ser uma definição oficial e administrativa, reconhecendo-lhe antes a polissemia das áreas possíveis da intervenção nacional, regional e local, o que se torna relevante, política e economicamente, é transformar a polissemia do conceito num conjunto de práticas diversificadas e segmentadas que, mais do que reconhecerem as potencialidades regionais e locais, organizam o(s) produto(s) turístico(s) e a respectiva oferta. E algumas das dificuldades residem i) no diferencial de representações e de práticas a propósito do turismo entre actores políticos locais e regiões de turismo e os próprios representantes promocionais das organizações da administração central, e ii) nas possibilidades efectivas quanto à organização do produto turístico regional.

(...) oferta existe, o problema está na sua organização e transformação em produto turístico p'a se conseguir poder promovê-la com, com base sustentável, não é, e depois dizer 'tá aqui um produto pronto p'a ser conduzido junto ao consumidor, [o E. fez um sinal de assentimento] ou aos canais de distribuição [o E. fez um sinal de assentimento], operadores turísticos, agentes, etc., porque é muito difícil, às vezes umas pessoas, e há muito esta tentação, não é... quando às vezes falamos com as regiões de turismo e com o poder local, as autarquias, as câmaras e por aí fora, por aí fora, dizem-nos: «Mas nós temos aqui a festa do não sei o quê!, ou temos aqui fantástico este elemento decorativo ou histórico, e não sei, isto é fantástico, isto é um lugar com um potencial enorme cultural!» É de facto um lugar com um potencial enorme cultural, não é [o E. fez um sinal de assentimento]... pr'atrair turismo cultural, consumidores de turismo cultural, a verdade é que p'a passar desse ícone, ou desse símbolo de... de cultura ou de história ou o que quer que seja p'a um produto turístico que se consiga comercializar ele tem que ter sinalética, ele tem que ter informação, ele tem que ter guias se calhar, ele tem que ter alojamento, ele tem que ter uma série de coisas. (...) Pronto é assim, o papel do ICEP não tem, nós não temos um vínculo, no que nós chamamos a engenharia do produto [o E. fez um sinal de assentimento], p'tanto nós não temos, isso 'tá entregue às forças vivas da economia local, não é, p'tanto estamos a falar em

câmaras, em juntas de turismo, em comissões municipais, em, em regiões de turismo, e... nas próprias empresas que estão envolvidas (...) [*director de promoção do ICEP, 38 anos*]

As representações quanto ao *turismo cultural* parecem-nos relevantes: não há uma categorização prévia, política e administrativa, de *turismo cultural*, o que transparece a própria ausência ou insuficiência das categorizações políticas e administrativas quanto àquilo que constitui o sector, e neste caso o segmento *turismo cultural*. Este último acaba por se rever como conceito que engloba a dimensão material e imaterial – a *matriz cultural* – de um país, região ou concelho. Como anota o representante da Direcção Geral do Turismo (DGT)<sup>60</sup>:

... ainda não está convenientemente precisada, porquê? Porque ainda não existem a nível do turismo cultural produtos devidamente organizados. No turismo cultural cabe quase tudo [!], actualmente [*o E. fez um sinal de assentimento*], actualmente porque ainda não foi feito este trabalho d'organização da oferta, de criação dentro do turismo cultural de subprodutos distintos... (...) passa pela clarificação de conceitos [*o E. fez um sinal de assentimento*]. O ICEP... nos últimos anos e se consultar, ora deixe-me lá ver aquela brochura [*o e. procura a brochura e refere-se a ela*], esta brochura [*o E. fez um sinal de assentimento*], tem o primeiro esforço de sistematização por produtos [*o E. fez um sinal de assentimento*], onde tentou no caso do turismo cultural separar alguns subprodutos, onde tentou definir quais os produtos estratégicos e os d'aposta p'ó turismo português e cruzar isso com as regiões e até com os próprios mercados, portanto é aí nessa publicação que encontra o primeiro esforço nesse sentido, mas em termos da nossa oferta do turismo cultural... ainda não é uma oferta que esteja suficientemente sedimentada para... permitir essa distinção, não [!], ainda é incipiente em determinadas, em, em determinado sentido [*o E. fez um sinal de assentimento*]... ... pronto é de tentar facilitar o desenvolvimento das parcerias que possam levar a que esses produtos criem determinadas raízes. Pronto, no caso da gastronomia por exemplo existia... todo um conjunto de iniciativas que estavam definidas para serem desenvolvidas em conjunto pelos actores regionais, pelos actores centrais... pela parte pública, pela parte privada, o mesmo na parte que tem que ver com o turismo rural, portanto repare há necessidade de avançar sempre desta maneira organizando a oferta, definindo um conjunto de princípios, de recomendações p'à sua

---

<sup>60</sup> À data da realização da entrevista, a DGT constituía uma das entidades da Secretaria de Estado do Turismo, esta última inserida no Ministério da Economia e responsável pela execução da política nacional do turismo, e que tinha a seu cargo, como nos referiu o representante da DGT que entrevistámos, a (...) *organização da oferta turística, mas também pela condução de... dos estudos, dos projectos d'investigação, do desenvolvimento de sistemas de informação sobre a procura e a oferta turística. A Direcção Geral do Turismo também é a entidade da Secretaria de Estado que participa nas instâncias internacionais em representação do, do turismo português como é óbvio, devidamente articulada com a Secretaria de Estado do Turismo e... portanto tem este papel importante, se quiser, no planeamento, na organização da oferta turística e na área da investigação. São 2 pilares, digamos assim, da Direcção Geral do Turismo...* [ex-director geral da DGT e assessor principal da actual direcção da DGT, 49 anos]. No momento presente, e de acordo com a lei orgânica do Ministério da Economia e da Inovação, publicada no decreto-lei n.º 208/2006 de 27 de Outubro, foi criada uma única entidade pública central que tem a seu cargo promover a valorização e a sustentabilidade da actividade turística nacional: Turismo de Portugal, ip. Para outras informações, consulte-se o site oficial da DGT [www.dgturismo.pt](http://www.dgturismo.pt).

organização, princípios de comercialização e depois a tal promoção integrada, é isso que tem que acontecer, quer dizer e... passa também muito, nalguns casos e nalguns produtos, pela dificuldade de mobilização dos actores regionais. É porque repare o turismo... faz-se é nas regiões, é nas localidades [o E. fez um sinal de assentimento], não é, e por vezes é difícil sobretudo a nível dalguns municípios de conseguir sensibilizar as pessoas para... se inserirem num, numa determinada lógica, numa determinada prática. Não é que as pessoas por vezes não compreendam, acho que até compreendem, a questão é que depois têm outras prioridades e, e isso vai ficando p'a trás e não, e não, e não há a tal aderência que era necessário solidificar para que os produtos pudessem sedimentar-se mais rapidamente, quer dizer, eu acho que o, o problema que o nosso país tem a nível destes produtos é sobretudo de organização da parte pública e na parte privada [o E. fez um sinal de assentimento]... e a aposta era muito no sentido de com esta questão da contratualização também para cada região começar a criar o, os mecanismos e as sinergias de entendimento p'a se potenciar os produtos dentro de cada região [o E. fez um sinal de assentimento]. [ex-director geral da DGT e assessor principal da actual direcção da DGT, 49 anos]

Para estes representantes, o *turismo cultural* releva-se enquanto tal desde que esteja associado a uma lógica de partenariado entre diferentes *actores políticos e socioeconómicos* e *diferentes produtos*, aqueles que, de algum modo, constituem a especificidade regional da oferta turística.

(...) o turismo cultural p'a nós é um... é um tema *umbrella*, é uma missão, não é uma missão é uma visão... percebe, composta por uma série de segmentos que são subprodutos, ou o que quer que seja, falou num deles, o turismo religioso, o turismo, sei lá... [o E. fez um sinal de assentimento], nós agora, há milhares de coisas de turismo arqueológico, o turismo, por aí fora, não é, a enologia, a própria Rota dos Vinhos é turismo cultural [o E. fez um sinal de assentimento], portanto nós estamos a falar dos circuitos de... os circuitos... culturais, manuelino... por aí fora... tudo isso é turismo cultural, portanto p'ra nós o turismo cultural é só uma definição lata, é só um... um *umbrella* [o E. fez um sinal de assentimento], é só um guarda-chuva [o E. fez um sinal de assentimento] de tudo o que são especificidades... nós falamos de turismo cultural só para albergar os grupos todos, os grupo, porque quando nós falamos de turismo cultural, ou quando falamos das motivações que estão cá mais, as Rotas do Manuelino, o turismo do, das Rotas dos Vinhos, ou o que quer que seja, o turismo religioso [o E. fez um sinal de assentimento], portanto o, o, não existe vamos promover o turismo cultural, não [!], tá a perceber [?], [o E. fez um sinal de assentimento] não, é só um... é só um tema, é só um título... (...)... porque o qu'existe é depois um trabalho segmentado, é por aí que deve ser, ou seja não vale a pena nós estarmos a falar por exemplo de turismo religioso ou de turismo... das Rotas dos Vinhos... quer dizer o público-alvo é completamente diferente, a forma de distribuição, de comercialização, de tudo [!], de divulgação, o público-alvo é diferente, p'tanto 'tá dentro do mesmo *umbrella* de turismo cultural, mas são 2 termos completamente à parte. Um turista que vem... fazer turismo religioso que vai a Fátima, ou... o turismo religioso é Fátima, o turismo de peregrinação vai a Fátima, pode ser por coincidência o mesmo que... que venha fazer as rotas dos vinhos, mas... não é... Ou em princípio não mesmo [!] p'tanto o turismo cultural, ou o rótulo do turismo cultural é só um agrupamento, é o nome do agrupamento p'a nós [o E. fez um sinal de assentimento], funciona como tal... [director de promoção do ICEP, 38 anos]

Tal como Portugal, do ponto de vista turístico, exige a especialização da oferta para assegurar a competitividade nos mercados internacionais, à escala local e regional faz sentido pensar-se numa oferta padronizada e articulada, para além das assimetrias políticas e económico-sociais, e que complemente, na reciprocidade possível, a oferta cultural da própria região mais global. E atendendo às potencialidades das cidades da Região Norte, e da própria cidade do Porto, os representantes políticos e técnicos aqui presentes consideram que a organização de grandes eventos – como a Capital Europeia da Cultura – não capitalizou o *efeito bola de neve* desejável e necessário. Como refere o interlocutor do ICEP, e mais uma vez acentuando-se nos discursos dos actores as possibilidades da oferta turística da Região Norte, polarizadas a partir da cidade do Porto:

(...) é assim, primeiro, todos, todos os eventos e os grandes eventos são fundamentais de se terem, terem cá. Eu acho que o Porto andou um pouco adormecido nisso... a Capital da Cultura, a Capital da Cultura foi uma excepção e ainda bem que aconteceu e ainda bem [!] que aconteceu no Porto, até devia ter começado pelo Porto... porque o Porto tem muito mais cultura do que tem Lisboa, não é... p'tanto é... bom por todas as razões e mais alguma, agora não interessa, mas é o que acontece, mas... eu acho é que... eu não sei... não sei se correu, não sou a pessoa indicada p'a responder a isto, se correu conforme estava esperado que acontecesse, pronto, dito isto não vou dizer mais sobre a Capital Europeia da Cultura [o E. fez um sinal de assentimento], porque até não sei, eu acho é que não teve o impacto [!] que devia ter, se calhar ficaram lá as infra-estruturas agora p'a se criar o efeito bola de neve, espero que sim, sinceramente, porque merece, o esforço foi grande, agora dito isto, eu acho que por exemplo continuam a acontecer poucos eventos âncora percebe, no Norte, (...) ou seja o que é que se passa no Porto ou no Norte?... Não sei, não é... há que haver aqui um esforço de capitalização e de tentar trazer grandes eventos p'a quando o, o, o, a, a, a, a capital do norte se... se posicione como um destino de grandes eventos e preparado p'ra tal, primeiro. Segundo, o Porto tem um aeroporto... internacional [o E. fez um sinal de assentimento], só há 3 no Continente... certo [?] [o E. fez um sinal de assentimento], isto é uma mais valia inacreditável [!], p'tanto há um papel aqui muito grande a fazer também de rotas, de saber quais são os aviões que voam, de que países é que voam e porque é que não voam mais [!].... porque assim sem aviões não chegam turistas, tirando os de ali de Espanha ninguém vem de... da Holanda ou da Alemanha, ou da Irlanda, ou não sei donde, de carro até ao Porto, ou ao norte ou o que quer que seja, não é, p'tanto vêm de avião, 'tá aí uma plataforma fundamental de desenvolvimento do aeroporto... terceiro quando você fala de... o Porto é a segunda cidade do país, não é bem verdade, porque em termos turísticos as definições não são bem essas, o maior ou o mais pequeno isso não tem, não tem significado, tem significado é... há hotéis? Há hotéis de 5 estrelas suficientes? Há hotéis de 4 estrelas suficientes? Há oferta? Há produtos... de consumo... turísticos? E isso é que é preciso saber, percebe? [o E. fez um sinal de assentimento] Porque você não precisa de ter 2 milhões de habitantes lá ou 1 milhão de habitantes como tem o Porto, não é, quer dizer é a segunda maior cidade, não [!], se calhar o Estoril tem mais camas, mais hotéis e mais oferta e mais produto turístico p'a oferecer do que se calhar o Porto [o E. fez um sinal de assentimento]... (...) tudo isto são pequenas somas que o Porto tem que pensar p'a se

posicionar em termos turísticos... o que é que vai fazer, o Porto tem coisas fantásticas, o Porto é a porta de entrada p'a um Douro... o Porto é um... o Porto devia ser o aeroporto do Porto devia servir toda a área norte da Península Ibérica e hoje em dia... não é, o Porto (...) 'ta a ver, 'ta a ver o que é que o Porto precisa [*o E. fez um sinal de assentimento*], não precisa de micro espaços e de micro coisinhas, a menos que se queira posicionar como micro e quando eu digo micro, não digo de pequenino, pequenino destino, não [!] digo, não é de grandes fluxos, nem de grande dimensão como Bilbao hoje em dia já é, não é, mas como o destino de especialistas, especialistas em... em, em sei lá, em Enologia, especialistas em, em gravuras rupestres e essas coisas, especialista em, não sei quê, e pronto e então posiciona-se como um destino de especialização, não é de especialistas de motivações muito coisa específica, agora nunca vai ter o volume, e nunca há-de ter... não é, a preponderância, só a soma de muitos destas coisinhas pequeninas, não é, é que pode dar o tal volume que, que interessa ao desenvolvimento, portanto isto tudo tem que ser pensado, o desenvolvimento do Norte como, principalmente do Porto, como plataforma de oferta turística p'a uma região [*o E. fez um sinal de assentimento*]... [*director de promoção do ICEP, 38 anos*]

As potencialidades turísticas dos concelhos são, desta forma, perspectivadas pelos actores locais e regionais que entrevistámos a propósito do desenvolvimento local e da própria projecção interna e externa das regiões e, diríamos nós, das cidades que delas fazem parte. Os representantes dos organismos da administração central ligados ao turismo ressaltam, na mesma ordem de representações dos eleitos locais, definições específicas quanto aos segmentos possíveis da oferta turística a nível nacional e a nível regional e local. Desde o carácter global e transversal do fenómeno social do turismo – associado a outros sectores económico-sociais e ambientais, por exemplo – até ao protagonismo político, porque também económico, do próprio turismo à escala global e local das sociedades actuais, os fenómenos da oferta e da procura turísticas são projectados pelos interlocutores como vectores estruturantes do próprio desenvolvimento.

(...) como sabe o turismo é uma actividade que não é fechada sobre si própria, como sabe é uma actividade com características transversais porque tem muito que ver com outras, estou-me a lembrar do ambiente, do ordenamento do território, da cultura, do desporto, dos transportes, enfim, tem a ver com quase tudo de maneira que há necessidade d'articular políticas de maneira que os aspectos que têm a ver com o turismo possam ser... tidos em linha de conta na formatação das políticas das empresas dos transportes, dos consumidores, do ordenamento do território e por aí fora (...) Escusado será dizer que... no momento actual o turismo também vive a nível internacional o chamado fenómeno da globalização, há uma concorrência internacional acrescida... muito forte e o turismo português... também sofre os efeitos dessa situação, a tendência para a concentração... das empresas a nível internacional de grupos mais fortes existe, e também tem efeitos no turismo português, portanto há toda uma, um cenário de concorrência acrescida a nível internacional... neste momento o turismo ainda vive a nível internacional alguma instabilidade... que derivaram em primeiro lugar dos atentados de 11 de Setembro em



Nova Iorque e depois foi a, a questão da guerra no Iraque e depois foi a chamada pneumonia atípica, mas mais do que isso, mais do que esses aspectos no caso português teve muito influência a... situação desfavorável do crescimento de algumas economias. Logo foi aí na conjuntura económica desfavorável que... se baseou... pronto esta situação actual em que o turismo não está a viver um momento muito fulgurante, de grande crescimento. Tem que ver com isso, mas os estudos feitos, tudo indica que quer ao nível internacional, quer ao nível nacional, que depois d'ultrapassada esta conjuntura o turismo tem possibilidade de retomar as taxas de crescimento fortes que tinha. Mas portanto, isto p'á lhe dizer que estando a concorrência internacional forte, Portugal para se impor como destino de qualidade tem que apostar sobretudo no aumento da capacidade competitiva nos principais destinos turísticos, e é nesse sentido uma das linhas definidas para... a actuação da política de turismo no nosso país. Apostar na nossa ofertam criar condições... vantajosas para a captação do investimento no nosso país, quer p'ó sector do turismo quer nacional, quer internacional (...) [*ex-director geral da DGT e assessor principal da actual direcção da DGT, 49 anos*]

Mas para além de criar condições jurídicas e medidas de actuação que facilitem os investimentos turísticos no território nacional, que, do ponto de vista do plano de desenvolvimento do turismo previsto para o país, são necessários, pretende-se desenvolver os produtos turísticos já institucionalizados, alargando a sua *qualificação*, e tipificar novos destinos e produtos de turismo para grupos sociais segmentados, segundo os nossos interlocutores, provenientes de estratos com níveis socioeconómicos elevados. Integrando as potencialidades das regiões, e acordando intervenções que se enquadrem no *respeito pelos princípios do desenvolvimento sustentável*, como referem, o investimento político à escala macro é o de potenciar a diversidade, a qualidade e o alargamento dos produtos e dos consumidores de turismo.

Portanto esta linha é clara... paralelamente a esta aposta os destinos turísticos já fortes através da sua consolidação, da sua qualificação há também o objectivo de desenvolver novos produtos e novos destinos, neste sentido passa necessariamente pela... dotação progressiva de massa crítica e de organização como produtos a determinadas áreas onde o nosso turismo pode vir buscar de facto vantagens comparativas, que é o caso do golfe, é o caso do turismo de congressos e incentivos, é o caso do turismo rural, é o caso do turismo cultural e do turismo desportivo. Foram identificados estes qu'eu lhe acabei de referir no tal Plano de Desenvolvimento Turístico como sendo de facto produtos de eleve [*hesitação*], de elevado potencial de crescimento nos quais o nosso país deveria apostar, porque normalmente tem associados turistas... dum estrato socioeconómico bom, e como tal... deveria partir e ser de facto uma aposta forte, mas tendo sempre presente que o turismo p'á se desenvolver no nosso país que tem uma capacidade... de di [*hesitação*], uma dimensão geográfica reduzida, tudo terá que acontecer respeitando os princípios do desenvolvimento sustentável, os limiares que têm que ver com os recur [*hesitação*], a utilização dos recursos naturais e dos recursos... do património cultural têm que ter, têm que estar sempre...

debaixo d’observação de maneira que [o E. fez um sinal de assentimento] não se ultrapassem as capacidades de carga [o E. fez um sinal de assentimento] que são desejáveis nos vários sentidos. Portanto há este propósito de requalificar, há o propósito de diversificar para se poderem chegar a mais mercados... Portugal tem a sua procura relativamente concentrada num núcleo restrito de mercados, depende muito de, dos espanhóis... mais dalgumas, de a seguir do Reino Unido, da Alemanha, são 2 mercados muito importantes que têm muita influência sobretudo nalgumas zonas do nosso país, no Algarve, na Madeira... e são os mercados principais a nível da hotelaria, depois existem outros mercados como a França, como a Holanda, como a Itália que são mercados dalguma proximidade e que... também são altamente importantes, portanto a nossa estrutura está baseada nesses mercados e o objectivo é tentar... diversificar mais um pouco e quando eu falo em diversificar muitas vezes... entende-se diversificar trocar uns países por outros, não, não, não é bem assim, quer dizer, nós podemos diversificar a procura continuando a apostar em mercados, o qu’ é que dentro desses mercados então é que terá de haver uma renovação dos turistas que vêm p’ó nosso país (...) [ex-director geral da DGT e assessor principal da actual direcção da DGT, 49 anos]

E, de alguma forma, tal paralelo se faz relativamente à Região Norte e aos concelhos que a compõem. Quando aborda as potencialidades desta região, o interlocutor da DGT enuncia que as virtualidades turísticas do país são a diversidade de elementos que constam das regiões portuguesas que, quando tratadas política e socialmente, podem definir produtos turísticos adequados e atractivos. E perspectiva-as nas suas possibilidades de projecção nacional e internacional, interna e externa. As virtualidades económicas e sociais, potenciando sinergias para o país e para as regiões, e a capacidade que os actores económicos e turísticos nacionais têm demonstrado para desenvolver uma oferta peculiar – por exemplo, o *turismo cultural* – são reveladoras dos modos de perspectivar o turismo como um dos sectores mais rentáveis e prospectivos da economia portuguesa. Um elemento significativo da própria Região Norte é a diversidade e a riqueza dos recursos existentes, e nesse painel pode situar-se o próprio conjunto dos concelhos da AMP; porém, por outro lado, a dispersão dos recursos turísticos existentes que, se nuns casos facilita e propicia práticas de *turismo itinerante*, como destaca, noutros dificulta a concentração da oferta e das práticas de consumo turístico. O que, de alguma maneira exige, e justifica, os esforços de complementaridade entre as próprias regiões e, perspectivando-as à luz do nosso objecto, das próprias cidades que as projectam, interna e externamente. De igual modo, considera o nosso

interlocutor que a Região Norte constitui-se como um dos *destinos emergentes* que pode desenvolver produtos, clientelas e práticas de consumo peculiares. E a marca *Porto e Norte de Portugal* apresenta-se como potencial produto regional nos próximos anos, na sequência dos princípios e medidas políticas do poder central – a contratualização com organismos privados para a organização dos produtos turísticos regionais – e do trabalho de avaliação, concepção e implementação já encetado pela ADETURN<sup>61</sup>, actor regional que, no âmbito desta pesquisa, igualmente entrevistámos.

Portugal deve tirar vantagem do facto de ser um país... com alguma variedade da sua oferta turística, apesar de ser um país pequeno como já há pouco lhe disse, tem um conjunto de recursos turísticos que são variáveis consoante as diferentes zonas do país... olhando para os nossos recursos turísticos verifica-se que o norte do país tem determinado tipo de recursos que o distinguem que o diferenciam do centro, que o diferenciam da zona de Lisboa de Vale do Tejo, que o diferenciam do Algarve, do Alentejo e da, das 2 Regiões Autónomas [o E. fez um sinal de assentimento] Portugal tem que saber explorar esta variedade de recursos que tem, e tem que apostar em cada zona e em cada região naqueles produtos genuínos [!] dessa zona, quer dizer não pode é por vezes pensar que agora a moda é

---

<sup>61</sup> A ADETURN foi criada a 18 de Dezembro de 1992 com o fim de promover o desenvolvimento do turismo na Região do Norte. Numa primeira fase de afirmação institucional, entre 1992 e 1998, começou por ser uma associação de desenvolvimento regional. A partir de 1998, e com a aprovação da marca internacional *Porto e Norte de Portugal*, deu-se início ao processo de promoção turística desta marca junto dos actores económicos do sector privado, dos actores políticos e turísticos nacionais, e dos operadores turísticos internacionais. Como refere a coordenadora da ADETURN: (...) *s’olharmos p’ra trás identificamos nitidamente este, estes tipos, não é, estas fases... mas acho que isto tem a ver também com a afirmação duma instituição e com a sua maturação, p’tanto no princípio era uma afirmação da própria instituição, e portanto o cunho institucional era importante, nós não podíamos começar... repara que nós fomos uma, uma instituição inovadora a nível nacional, não havia nada como a ADETURN, agora já começa a haver a ATL em Lisboa, que foi mais recente, e... e no Algarve ‘tá-se a criar uma associação de... públicos e privados também p’á área da promoção. Mas nós... fomos os primeiros a aparecer e portanto uma entidade que reunia públicos e privados numa região, numa altura em que a regionalização não era uma... uma coisa muito... uma noção muito cor [hesitação] corrente... teve que s’afirmar, teve alguma dificuldade d’afirmação e portanto esse cunho institucional foi importante p’a nós sermos parceiros nalgumas, nalguns fóruns que agora somos, quer dizer somos parceiros do Secretário de Estado, somos parceiros da Direcção Geral de Turismo, mas antes era uma figura estranha, portanto... eu acho que foi necessário ter este cunho institucional para conseguirmos ter a nossa posição no sector... adquirida essa posição... há que... ter uma estratégia de, d’actuação, não é, e pronto essa estratégia foi... conseguida com a marca e não sei quê, e neste momento é, eu acho que é uma fase de concretização, quer dizer já definimos, ao nível institucional, já definimos aquilo que queremos ser, aquilo que podemos fazer, onde é que nos podemos posicionar, então vamos trabalhar [o E. fez um sinal de assentimento]... não é, e vamos trabalhar com... naquilo que é o... no fundo nos nossos objectivos que é o desenvolvimento do turismo e em última instância o desenvolvimento do turismo tem a ver com os agentes económicos e com a actividade económica, não é, portanto neste momento de maturação da instituição nós estamos... numa fase de desenvolvimento do sector [o E. fez um sinal de assentimento]... [coordenadora da ADETURN, 35 anos]. Para outras informações, veja-se o site oficial da associação [www.visitportoenorte.com](http://www.visitportoenorte.com).*

determinado produto e em todas as regiões vamos ter esse produto mesmo que não existam... factores produtivos nessas regiões p'ra termos esse produto. Não! A aposta tem que ser feita em cada região consoante os recursos básicos que cada região tem, é assim que se desenvolve a oferta turística de qualquer país, ou de qualquer região, primeiro há que ver os recursos existentes, os recursos primários e a partir daí os equipamentos turísticos, toda a oferta secundária é instalada em função dos recursos primários existentes. Como tal... repare... no nosso país há 3 destinos... que sobressaem nitidamente, que é a grande, que absorve a grande maioria do turismo em Portugal e não lhe dou novidade nenhuma que é o Algarve, o... Lisboa e Madeira, essas regiões têm um ritmo de crescimento próprio, mas é perfeitamente compatível, no mesmo território ter essas, esses destinos fortes, com os chamados destinos emergentes onde se podem desenvolver novos produtos até eventualmente destinados a novas clientelas. É lógico que obviamente quando falamos no norte do país, estamos a identificar uma região que sob o ponto de vista de potencialidades, de diversidade da sua oferta, constitui segundo a minha opinião pessoal [*o E. fez um sinal de assentimento*] a... a zona do país de maior riqueza. Naturalmente o problema do norte do país é que... os recursos que existem, sobretudo o património natural e cultural... estão espalhados por uma área grande, por toda a NUT norte, estão disseminados, não concentrados, tirando o caso do Porto e não concentrados naquela, naquela localidade o que... convida por um lado a práticas do chamado turismo itinerante, o que tem essa vantagem, mas também por vezes tem alguma desvantagem que passa sobretudo na maior dificuldade na montagem dos produtos turísticos, porque é mais fácil montar um produto turístico quando está perfeitamente localizado, agora quando é um produto turístico que naturalmente passa pelo desenvolvimento em várias localidades que se complementam, não é, já às vezes é mais difícil pôr isso em prática [!], portanto eu penso que o problema do norte do país é esta heterogeneidade de recursos que existe, muito dispersos pelo seu território que no plano de organização da oferta para fins comerciais encontra mais dificuldade do que o Algarve, por exemplo, 'tá a oferta toda concentrada, a oferta toda da mesma tipologia, virada para o turismo balnear, é muito mais fácil os operadores agarrarem nisso e vender, pronto, não sei se percebe a ideia [*o E. fez um sinal de assentimento*] que eu lhe 'tou a tentar transmitir [*o E. fez um sinal de assentimento*], de maneira que... Portugal tem essa grande vantagem [!] de poder ter turistas... para os vários destinos e a óptica que deve prevalecer segundo o meu ponto de vista não é de competição entre as várias zonas do país, mas sim da sua complementaridade, e à medida que se consiga trabalhar neste sentido penso que o país ganhará. Em termos do Plano de Desenvolvimento do Turismo uma das acções que está prevista e que tenho, que lhe devo falar tem que ver com uma inovação feita... em matéria de promoção turística que passa pela contratualização com entidades... privadas de... programas de com [*hesitação*], de, de promoção tendo por base as grandes áreas NUT, portanto aqui... ao se concretizar este objectivo penso que existirão condições para que necessariamente a oferta turística dessas zonas se apresente dum modo mais integrado de maneira a que possa ser promovida mais facilmente. Acho que se resultar de facto este objectivo da contratualização por grandes áreas no nosso país penso que no norte do país... o norte do país poderá ser uma das regiões que lucra mais com, com essa, com essa situação [*o E. fez um sinal de assentimento*]. Com certeza que no norte do país já teve conhecimento, ou já teve algum contacto com a... com a ADETURN. Pronto a ADETURN tem estudos feitos sobre o norte do país que eu penso que são importantes porque lhe dão a perspectiva dos principais produtos a apostar, dos principais mercados, das principais limitações e dificuldades, portanto aí, para efeitos do detalhe regional [*o E. fez um sinal de assentimento*] o que existe... e o que é tido em linha de conta mesmo na, nas orientações institucionais foram esses trabalhos produzidos pela ADETURN [*o E. fez um sinal de assentimento*]. [*ex-director geral da DGT e assessor principal da actual direcção da DGT, 49 anos*]

Quando tipificamos as modalidades de turismo possíveis, mais uma vez nos confrontamos com as representações políticas dos eleitos locais e com as proximidades de leituras entre o painel de actores aqui presente. Não apenas por ser idêntica a terminologia adoptada, mas também pela diversidade das modalidades de turismo que são regionalmente possíveis. Num primeiro momento, e se pensarmos que os *concelhos da orla litoral* da AMP também o projectam, faz-se a referência ao *turismo balnear*, associado a outras formas de turismo que o tornem sustentável para além dos limites da sazonalidade<sup>62</sup>. E, num segundo, ao *turismo cultural*, que surge como um elemento fulcral na oferta que dadas regiões, e porque não cidades, têm ou, pelo menos, aspiram a ter.

(...) mas não penso que seja no caso português que os níveis de sazonalidade sejam... de tal modo elevados que prejudiquem... as estratégias turísticas p'a determinada região. Não! Cada região tem que saber conviver com essa sazonalidade, tem que tentar na época alta dar aos turistas boas alternativas em termos de animação turística, d'ocupação dos seus tempos livres, p'a manter essa época alta preenchida, e depois deve tentar na época média e na época baixa ter capacidade de atrair novos turistas através de novos programas e de novos produtos, agora... se me perguntar qual é a minha opinião pessoal, eu acho que esse reequilíbrio da distribuição anual dos fluxos não se deve produzir por menos turistas na época alta, deve-se produzir... deve-se tentar manter o nível da época alta, quando muito aumentar um bocadinho, agora a época média e a época baixa têm que aumentar bastante mais [o E. fez um sinal de assentimento] (...) No caso do turismo cultural a situação é a mesma, uma determinada zona pode ter recursos culturais altamente valiosos em termos

---

<sup>62</sup> Entre os representantes dos organismos da administração central e os actores sociais que desenvolvem actividade na área do turismo, e de acordo com as situações de entrevista que vivenciámos, a sazonalidade do fenómeno é uma característica intrínseca e necessária. O que de alguma forma se procura atenuar é a incidência dessa sazonalidade. E uma das formas é a de potenciar na região, e porque não na cidade, diversidade de oferta, associada às componentes da animação cultural e desportiva e, de uma forma geral, dos lazeres. Como refere: *O turismo português tem sazonalidade... mas tem uma sazonalidade que tem vindo a diminuir nos últimos anos* [o E. fez um sinal de assentimento]... e comparativamente a outros países receptores da Europa do Sul a sazonalidade não é superior. A sazonalidade no turismo existe sempre, nunca se consegue inverter, a sazonalidade consegue-se quando muito atenuar. (...) no caso do nosso país a sazonalidade existe, acho que devemos ter sempre presente o esforço de... atenuar, mas temos que ter presente que teremos sempre mais turistas numa determinada época do que, do que, do que no outra, do que no outra [o E. fez um sinal de assentimento], não é, e mesmo no caso do norte do país... que não está tão dependente do turismo balnear onde aí o efeito da... climatérico é muito forte, eu também penso que há alguma sazonalidade, e isto, repare tem muito que ver, tem muito que ver com... a disponibilidade das pessoas p'a viajar e p'a terem férias. (...) todo o... todo o mecanismo que existe a nível da marcação do ano escolar aponta p'a isso, de modo que vamos ter sempre sazonalidade e acho que tem que ser feito um esforço com esta aposta nos novos produtos para se tentar atenuar essa sazonalidade (...) [ex-director geral da DGT e assessor principal da actual direcção da DGT, 49 anos]. Os relatórios que consultámos e analisámos, elaborados pela DGT, pelo ICEP e pela CTP, traduzem a preocupação com a sazonalidade do turismo português, a competitividade especializada e segmentada nos mercados internacionais e a valorização de modalidades alternativas ao *turismo balnear*, como a do *turismo cultural*.

do seu património, agora tem que haver toda uma organização, uma organização que faça a planificação do uso daquele património, que crie o acolhimento que os turistas necessitam, as facilidades que os turistas necessitam, que faça a promoção, tudo isso tem que ser feito duma maneira conjunta e só quando se consegue de facto pôr todos... os intervenientes no processo turístico a, a funcionar no mesmo sentido é que, é que se consegue [o E. fez um sinal de assentimento] [ex-director geral da DGT e assessor principal da actual direcção da DGT, 49 anos].

Algumas das dificuldades destes processos na Região Norte, e de um modo geral, no país, passam pela fragmentação empresarial do sector do turismo – de pequenas e médias empresas (com flexibilidade suficiente para assegurar competitividade no mercado, porém com dificuldades de sustentabilidade financeira pelas dificuldades de acesso ao crédito) – e pela mobilização dos actores económicos e dos actores turísticos do sector privado. A formação dos recursos humanos afectos ao sector, com a valorização profissional e técnica, e a manutenção de padrões de qualidade e de planeamento integrado das formas de turismo – seja um *turismo de massas*, seja um turismo socialmente segmentado – são outras exigências para tornar este sector mais rentável, operacional e articulado com o desenvolvimento global e local.

Repare que o turismo... é um sector... em, em que a qualidade é importantíssima, até p'a defender... as bases é essencial para que se construam bases duradouras a sustentabilidade de um destino é a qualidade, e essa qualidade consegue-se... através do papel dos vários agentes, não é, e os agentes empresariais também têm que ter aí um papel importante... têm que no seu dia-a-dia das empresas introduzir um conjunto de, de práticas que apontem nesse sentido, e é capaz ainda de não haver no nosso país a tal massa crítica... rela [hesitação] com sensibilidade para... essas questões, é um trabalho, é um trabalho progressivo. Por outro lado o Estado também tem um papel importante porque o Estado... se à iniciativa privada deve ficar reservado o lugar de dinamizar os projectos, o Estado também tem um papel muito importante, não é, porque é quem faz as estradas, quem é que faz os aeroportos, quem é que protege os recursos naturais, o Estado tem papel import [hesitação]... importantíssimo, e desta articulação entre o Estado e os privados e é recorrente, pode ver aqui no discurso do, do Plano de Desenvolvimento de Turismo, sempre a aposta no incremento das parcerias públicas e privadas já há esse reconhecimento da necessidade de se trabalhar em conjunto p'ò mesmo objectivo [o E. fez um sinal de assentimento], agora no nosso país talvez ainda não estejamos é num estádio onde os projectos se concretizem em termos dessa parceria com a fluidez que era necessária, também é uma, um, uma situação relativamente nova no nosso país, só há anos a esta parte é que este discurso da parceria, da complementaridade da acção entre o Estado e o empresário vem ganhando algum, alguma compreensão e, e alguma dinamização porque no passado enfim os empresários entendiam que tinham que se preocupar com a unidade e o Estado fazia tudo, o Estado é que tinha que... pensar qual era a promoção... enfim e o, e o, e o agente depois vai ter um papel mais passivo não é, hoje já se entende que tem que

haver a tal parceria e sabe e sem a tal parceria não se consegue ir a lado absolutamente nenhum, portanto acho que as coisas nesse sentido há um reconhecimento político, quer por parte do Estado, quer por parte das estruturas associativas dos privados, da necessidade de se trabalhar em, em, em parceria... (...) [ex-director geral da DGT e assessor principal da actual direcção da DGT, 49 anos]

Claro que o desenvolvimento regional e local é visto por estes interlocutores como atravessado pelo vector económico e social do turismo. No caso da Região Norte, continua a ser uma região que, apesar das potencialidades turísticas, não tem ainda produtos concebidos e organizados, não tem a profissionalização do sector, e apresenta uma fragmentação dos eleitos do poder local, dos agentes económicos e dos agentes turísticos. Reitera-se, de novo, que as potencialidades turísticas da região passam pelos vectores previstos pela política turística nacional: antes de mais, pelo *turismo cultural* e pelo *turismo de negócios*, o que de alguma maneira vai de encontro às próprias aspirações políticas dos eleitos locais que entrevistámos.

De caretas, quer dizer, o turismo cultural no sentido lato [o E. fez um sinal de assentimento], o tal umbrella [o E. fez um sinal de assentimento] é de caras [!] o... a motivação chave p'ro desenvolvimento do, do, do norte do país, em termos turísticos, não tenho a menor das dúvidas [o E. fez um sinal de assentimento], p'tanto não vamos falar de sol e praia, porque são estas 3, estas 4 motivações, o turismo activo algum... algum... golfe não é certamente... não existe, existem 2 ou 3 campos de golfe, 2 deles privados, p'tanto não vamos falar em golfe... portanto nem pode competir com o Algarve, nem com Lisboa hoje em dia... p'tanto... p'tanto activo pouco, vamos falar de parapente, vamos falar de... das canoas, isso é coisas pequenas, não é, pronto... passeios a pé 'tá pouco organizado também, p'tanto 'tamos a falar, isto não quer dizer que não haja potencial [!], o potencial 'tá lá todo, agora o que não há é o ti [hesitação], o que não há não há [!], portanto activo pouco... turismo de lazer algum, pouco, sol e praia ali em cima, a água é fria [o E. fez um sinal de assentimento], os balneários estão um bocado ultrapassados, aquela parte toda de... da Póvoa... (...) Vila do Conde, quer dizer, isto é mais p'ò mercado interno, na zona habitacional, quer dizer as suas residências de Verão, do que propriamente estrangeiros que venham de... d'Inglaterra ou o que quer que seja, pode haver, mas é pouco. Turismo de negócios, p'tanto quando eu digo turismo de negócios digo grandes congressos [o E. fez um sinal de assentimento], reuniões de homens de negócio, incentivos d'empresas, acho que sim, tem potencial, tem potencial. O norte é uma zona industrial, é uma zona de bons profissionais, é uma zona de oferta industrial [!] e portanto e, e, e hotelaria de qualidade, alguma já, tem... lugares p'a fazer essas coisas, o centro de congressos, por aí fora, a Exponor, p'tanto tem condições p'a desenvolver essas coisas, tem trânsito caótico como as outras têm, isso Lisboa também tem... p'tanto... tem potencial de desenvolvimento, é um segmento só, não é, e depois o turismo cultural no sentido lato tem todo... porque é onde nasceu Portugal, é onde está concentrada a maior herança histórica portuguesa certamente... é onde estão as grandes rotas de tudo o que você quiser [o E. fez um sinal de assentimento] [sorrisos], não é, desde arte até... até, bom, etc., tem belíssimos museus [o E. fez um sinal de assentimento], não é, tem... nós já 'tivemos a falar dos vinhos, 'tivemos a falar de também de religião, 'tive [hesitação] quer dizer não tenho a menor das dúvidas que é o local [o E. fez um sinal de assentimento],

que é a zona do país por excelência de turismo cultural [o E. fez um sinal de assentimento]. Agora p'tanto em termo de... se eu quiser, se você disser se vamos posicionar o norte, eu posicionava-o como o grande destino de cultural do país [o E. fez um sinal de assentimento]. Agora têm que caminhar e organizar os turistas... [director de promoção do ICEP, 38 anos]

A articulação entre turismo e cultura, a nível local e regional, coloca-se, e quando confrontada com as representações discursivas dos actores locais e regionais ligados à cultura e ao turismo, como um vector necessário ao desenvolvimento. A litoralização económica do território nacional não tem o mesmo equivalente do ponto de vista cultural se se atender a um conjunto de factores e de dinâmicas concelhias que poderão atenuar, e de algum modo, contrariar esse efeito económico da litoralização. E, segundo o representante da DRCN<sup>63</sup>, há em determinados concelhos da Região Norte equipamentos e actividades culturais, e eleitos locais com sensibilidade política para a área da cultura, que adquirem uma relativa centralidade pela oferta cultural interna, e que não se posicionam necessariamente em *concelhos da orla litoral*.

---

<sup>63</sup> A DRCN, desde 1994 e até à data da entrevista com sede em Vila Real, como resultado de uma iniciativa de descentralização territorial e institucional do organismo, tem como função representar o MC na Região Norte e articular as medidas centrais na área da cultura com as medidas implementadas a nível regional. Pretende-se, por um lado, accionar a descentralização cultural, e, por outro, apoiar os organismos locais e regionais na criação e na divulgação/difusão das formas de cultura popular. Como nos refere o entrevistado, *nós hoje estamos ligados directamente ao Gabinete do Senhor Ministro da Cultura... esta, este aspecto de articular portanto a acção do Ministério da Cultura da... na, nas re [hesitação], nas diversas regiões, portanto é hoje um dos aspectos principais que o Senhor Ministro da Cultura pretende que sejam as Delegações Regionais. De tal maneira que na... tomad [hesitação], na nossa tomada de posse ele quis juntar... portanto todos os Directores Gerais... todos os, os organismos centrais do Ministério... da Cultura e... portanto referiu precisamente esta necessidade d'articulação de toda a actividade da... do Ministério da Cultura a nível das Delegações Regionais. Pr'além disso as Delegações Regionais ainda têm um papel fundamental sobretudo... na divulgação da cultura... da cultura... mais... não profissional... portanto a cultura amadora... e portanto o nosso objectivo sobretudo de financiamento dirige-se sobretudo a esse aspecto quer dizer, o teatro amador, às bandas filarmónicas... um pouco também aos ran [hesitação], aos ranchos folclóricos... e, e portanto e apoio a todas as... os... organismos, ou as instituições ou grupos que se dediquem à difusão... da cultura... Falando um pouco na, naquilo que me também me pediu, que era ligado à... à, à vinda da Delegação Regional da Cultura do Norte para Vila Real, portanto isto foi uma medida do... Doutor Pedro Santana, Santana Lopes quando era Secretário de Estado da... Cultura, qu'entendeu que... o Porto já tinha... e [hesitação], e [hesitação] estruturas... suficientemente fortes... para poder funcionar sem haver uma Delegação Regional... portanto ali no... no Porto... e por isso mesmo trouxe-a para Vila Real portanto ela mantém-se, penso que o actual Ministro também... portanto tem todo o interesse em que ela continue cá, e isto permitiu à Delegação Regional da Cultura... ter uma preocupação maior com... a descentralização e com... o apoio... a organismos e a concelhos em que efectivamente a cultura estava muito mais... longínqua e com, e com... portanto menos desenvolvida.* [delegado regional da cultura do norte, 58 anos, PPD/PSD]. Para outras informações, veja-se o site oficial da DRCN [www.culturanorte.pt](http://www.culturanorte.pt).



Não tão acentuada como a, a parte... económica [o E. fez um sinal de assentimento] e... portanto isto é... as preocupações culturais... não são tão evidentes... e pronto isso, pode-se... pode-se... provar que nós temos alguns concelhos que efectivamente se preocupam muito com isso outros nem tanto, e isso tem a ver não, não tanto com o desenvol [hesitação], desenvolvimento económico porque a cultura não está obrigatoriamente ligada ao desenvolvimento económico... portanto nós podemos ter determinadas... determinados concelhos com um desenvolvimento económico muito mais elevado mas que muitas vezes as preocupações culturais estão muito aquém daqueles que, não sendo tão... elevados no aspecto económico, mas por outro lado são concelhos ou porque... tem determinados grupos, ou porque há sensibilidade da parte do, dos autarcas, ou porque têm... outra coisa que é fundamental que são infraestruturas onde se podem desenvolver os actos culturais, que permitem que esses concelhos tenham uma dinâmica cultural... muito superior a outros que... podem estar no litoral, podem estar desenvolvidos economicamente mas podem não ter tanto essa preocupação [o E. fez um sinal de assentimento]. [delegado regional da cultura do norte, 58 anos, PPD/PSD]

Por outro lado, e de maneira a articular o desenvolvimento sustentável dos concelhos e das cidades a ele associadas, adquire relevância discursiva a articulação entre uma rede de equipamentos culturais e desportivos locais e regionais, de carácter multiuso, de forma a potenciar i) a polivalência dos espaços, a oferta cultural local e regional, e a formação paulatina e sustentada dos públicos; e ii) o investimento político e social no *turismo cultural*, cujas sinergias existem e podem ser rentabilizadas na sustentabilidade económica e sócio-cultural da Região Norte na sua globalidade.

(...) e, e portanto e se a, a, portanto começarmos a, a ver que hoje cada vez mais o turismo cultural é um turismo que, que está em crescimento e que é o, o turismo cultural é aquele que deixa mais dinheiro muito mais do que o turismo sol e praia... o... nós e sobretudo naquelas regiões onde não existe indústrias, nem existe grande actividade económica, pr'além do, do sector primário, a cul [hesitação], a cultura começa a ser um dos elementos que pode de alguma maneira atrair visitantes e, e atraindo visitantes pode deixar uma mais valia importante na, na própria região. Por isso mesmo, hoje... portanto há muitos municípios a preocupar-se que querem ter museus, há... portanto um interesse muito grande na recolha de... do folclore, na recolha de, de ditos [!], provérbios populares, de alfaías agrícolas, etc., etc., mas pr'além disso e, portanto alargando um pouco o conceito da cultura também começa outra coisa a estar na moda que é por exemplo a, aquilo que nós chamamos as feiras gastronómicas, que tem sempre uma componente cultural muitíssimo grande [!] e portanto e nós pr'além das Festas do Fumeiro aqui no... portanto no Nordeste... temos, portanto também determinadas coisas ligadas a... a comer e portanto e sabores... desde o Alto Minho com a Lampreia e o Sarrabulho de Ponte de Lima, temos o Fumeiro cá em cima, temos... zonas que procuram aproveitar determinadas romarias para portanto promoverem portanto também a cultura, e o turismo e, e disso fazer por assim dizer uma, uma actividade de mais valia... O exemplo que nós também gostaríamos que se concretizasse que era do Museu do Douro... portanto e o Museu do Douro, por assim dizer como, como imagem, porque depois aliado ao Museu do Douro nós podemos colocar toda a... a parte monumental de... Lamego e Tarouca, podemos pôr o Palácio de Mateus...

aqui... em Vila, Vila Real, podemos colocar lá em cima o... a arte rupestre de, de Foz Côa e portanto e isto é... (...)... portanto esta, estas sinergias todas podem ser criadas e... portanto... hoje, portanto este turismo aliado depois às quintas do Douro, a, a... ou aos Solares de... do Vale do Lima e outros sítios podem ser perfeitamente um elemento importante na sustentabilidade da, destas regiões [o E. fez um sinal de assentimento]. [delegado regional da cultura do norte, 58 anos, PPD/PSD]

O desenvolvimento local não pode assim ser concebido sem relação directa com o turismo e o planeamento da cidade e do concelho. Se a litoralização do país e do próprio turismo é inevitável, porque estreitamente associada às características dos recursos naturais (um país costeiro), as possibilidades de mudança social pelo sector do turismo residem no efeito de atenuação de tal fenómeno – por exemplo com produtos como o *turismo rural* e o *turismo cultural* nas cidades do interior. O que de alguma forma impede tais percursos são o carácter recente do planeamento do território e a inexistência de uma estrutura regional intermédia entre o poder central e os territórios, que accione os traços mais globais da política nacional de turismo. E, ao nível das autarquias, as dificuldades de concepção e de operacionalização das políticas turísticas locais advêm do facto de não existir concepção e planificação dos modos de projectar as diversas intervenções no município em prol das potencialidades turísticas locais e regionais. Dimensão na qual, mais uma vez, os enquadramentos territoriais metropolitanos poderiam coadjuvar: com a criação de infra-estruturas em rede e com a complementaridade entre diversas ofertas, entre elas a própria oferta turística.

O que 'tá em causa é uma questão de estrutura, não faz sentido num país que quer apostar no turismo passar duma estrutura nacional e depois não ter uma estrutura intermédia a nível regional que catalize estas orientações centrais e as projecte p'ò plano das várias localidades e de cada região. Nunca tivemos [!], nunca tivemos! Portanto isso que é uma falha no noss [hesitação], na nossa organização turística regional foi um dos factores que contribuiu para a grande dificuldade de se desenvolverem projectos turísticos ao nível local... e ao nível local o entendimento que existe hoje relativamente ao turismo ainda não é aquele que seria desejável. Para muitas autarquias o turismo é a hipótese de conseguir convencer alguém a fazer lá um estabelecimento hoteleiro, é a hipótese de em determinadas épocas se promoverem umas festividades quaisquer para se ter lá mais pessoas... o turismo não, não pode ser visto assim, tem que ser visto numa óptica compreensiva, mesmo ao nível duma autarquia. Tem que se pensar que tudo aquilo que se planifica a nível das infraestruturas tem que ver com o turismo e o turismo tem que fazer parte deste processo, desde as acessibilidades, desde os transportes, por aí fora, e isto ainda não foi mensagem que esteja segundo o meu ponto de vista muito bem apreendida por muitas

autarquias no nosso país, não é [o E. fez um sinal de assentimento], que têm dificuldades financeiras e que... que por vezes têm dificuldades em... em interiorizar esta postura, não é [o E. fez um sinal de assentimento]. [ex-director geral da DGT e assessor principal da actual direcção da DGT, 49 anos]

O turismo surge, deste modo, e neste painel de representações, como um vector político do desenvolvimento económico e social do país e das regiões. E, à escala regional e local, pensar uma região e uma cidade pelas suas potencialidades turísticas passa, de forma estruturante, pela prática do planeamento e pela valorização política das economias locais.

O turismo portanto é um dos eixos de desenvolvimento no qual o... o, o governo aposta... e eu penso que o turismo tem grandes possibilidades de contribuir para o desenvolvimento da... de Portugal, não só no plano económico onde já tem uma participação muito elevada no PIB, a nível do emprego, a nível dum aspecto importantíssimo que muitas vezes não é tido em conta que é do efeito multiplicador do turismo. O turismo, há estudos que apontam isso, tem um efeito multiplicador fortíssimo! Quando se desenvolve o turismo há um conjunto de actividades a montante e a jusante que beneficiam imenso do desenvolvimento do turismo [o E. fez um sinal de assentimento]... portanto há este aspecto económico onde o turismo pode ser fundamental e... mais no aspecto social, quer dizer, já não falo só pelo emprego que o turismo gera mas se o turismo for bem desenvolvido, se respeitar e se for uma forma de melhorar a qualidade de vida dos portugueses, independentemente da zona onde vivem, também cumpre esse aspecto social. Cumpre aspectos... de patrimoniais, hoje em dia o turismo nos seus programas tem verbas para apoiar acções a nível do património, quer do património natural, quer do património cultural, o turismo já percebeu que precisa como pão p'á boca de ter o tal património porque isso é que atrai os turistas, não são os hotéis que atraem os turistas, o que atrai os turistas são os verdadeiros recursos turísticos [!], só que esses aparecem depois, e podem ajudar a... a consolidar uma imagem, mas... os, a grande atractividade 'tá nos recu [hesitação] nos recursos primários, e o turismo já interiorizou isso e como tal nos seus programas há apoios... claramente ao... a assuntos que tenham que ver com a melhoria do património, a sua preservação, e a sua salvaguarda p'ò futuro do património natural e do património cultural. Portanto nestes 3 eixos o turismo é importantíssimo, no caso do nosso país ainda lhe junto um quarto que é no plano regional, como lhe dizia há bocadinho. Acho que o turismo independentemente de ter a sua concentração na costa e terá sempre pode ser das poucas actividades no nosso país [sorrisos] que possa contribuir um bocadinho para... atenuar a tal assimetria... as assimetrias que existem com o interior. São os produtos do turismo no espaço rural, são outro tipo de produtos destinados para determinadas clientelas que podem e devem ser desenvolvidos, agora, nunca pensemos é que o turismo do interior é uma alternativa ao turismo de costa. Não! Em termos de... de, de volume de turistas será sempre uma realidade distinta, mas eu, eu não vejo problema nenhum nisso, vejo... até altamente benéfico, quando pensamos numa aldeia histórica, a aldeia histórica tem a sua capacidade de carga em termos das pessoas que a visitam é limitada! Portanto não podemos pensar que vamos massificar uma aldeia histórica, de maneira nenhuma. Isso até era mau! Daqui a uns tempos já deixava de ser uma aldeia histórica [risos], uma aldeia devastada, portanto tem que se entender é que o turismo, o desenvolvimento turístico processa-se a várias velocidades consoante o tipo de turismo, agora todos os tipos de turismo são bons, desde que possam contribuir para os tais aspectos do bem-estar da população e do desenvolvimento do país e p'á protecção do património. Desde que se consiga isso acho que é sempre positivo, agora... no caso

português... e na parte do interior eu penso e repare que... hoje em dia muitas autarquias cada vez referem mais a necessidade de desenvolverem projectos turísticos, como forma de tentar valorizar as economias locais, quer dizer. Agora penso que é importante é que se aposte sempre em projectos de qualidade, duradouros, que não se queira fazer o fácil e aquilo que dá lucros imediatos e que, e que não se veja a coisa [o E. fez um sinal de assentimento] numa perspectiva de médio prazo. [ex-director geral da DGT e assessor principal da actual direcção da DGT, 49 anos]

Acresce ainda a valorização das práticas de concertação política e económica a diferentes escalas no território. Como salvaguarda o representante da DGT:

Repare... a nível regional e local todo e qualquer projecto turístico hoje em dia é completamente irrealista que se concretize sem se fazer um estudo de mercado como deve ser feito. Isso era no passado que se dava um tiro no escuro, hoje com a concorrência internacional que existe, com, com... com um conjunto de aspectos muito fortes tudo o que se faz tem que ser planificado, e como tal muito projectos que são desenvolvidos à escala local há que se, se fazer um estudo de mercado conveniente em termos da oferta instalada, até onde é que se pode ir, quais os produtos a apostar, como é que se envolvem os agentes... em torno daqueles produtos e se, se concretizam... os aspectos comerciais, os aspectos promocionais, por aí fora, portanto é essencial. Por outro lado tem que haver um estudo de mercado sobre a parte da procura (...) Foi uma maneira de cá termos turistas que naturalmente sem esta integração com Espanha nunca viriam a Portugal, e é um pouco isso que deve ser transposto para, para o poder local, não é. Não se pode fechar sobre si próprio, tem de estar atento a toda a envolvimento e estabelecer as sinergias. O turista d'hoje e do futuro é um turista cada vez mais informado, um turista cada vez mais culto, um turista que... cada vez... valoriza mais a relação qualidade preço, é um turista que gosta já de fazer... turismo activo, gosta também de ter práticas culturais com aspectos de valorização pessoal, de conhecer outras culturas, isso cada vez mais são aspectos que hão-de caracterizar o turista do futuro! Ora, para irmos ao encontro desses requisitos globais a oferta não pode ser pensada a nível duma localidade: «Ah, não isto aqui de vez em quando passam cá os turistas, vamos aqui fazer um hotel, e como isto agora 'tá na moda esta questão da animação, pomos aqui um centro hípico», é capaz de ser asneira o hotel eventualmente mais asneira ainda o centro hípico. Naturalmente os turistas daquela zona procuram outras manifestações que não o [o E. fez um sinal de assentimento]... a equitação, pronto [o E. fez um sinal de assentimento]. Portanto aí este trabalho de conhecimento do mercado que é indispensável [o E. fez um sinal de assentimento]. [ex-director geral da DGT e assessor principal da actual direcção da DGT, 49 anos]

De alguma maneira, a articulação entre os projectos locais e regionais de constituição de uma oferta cultural, de vertente turística, não se distancia das próprias linhas gerais das políticas nacionais previstas tanto para o turismo – no acentuar, por exemplo, de medidas que viabilizem produtos turísticos, para consumo interno e externo, na área do *turismo cultural* – como para a cultura<sup>64</sup>. Do

---

<sup>64</sup> Nos Anexos 5Z e 5AA estão disponíveis os traços gerais das políticas nacionais do turismo e da cultura que nos foi dado recolher a partir das fontes documentais disponíveis à data da pesquisa

ponto de vista do organismo que representa a administração central nas regiões, a DRCN, que apoia aquilo que designa por *parte amadora da cultura*<sup>65</sup>, o trabalho aqui em causa é o de potenciar a valorização cultural dos *concelhos*, nomeadamente aqueles que detêm interioridade territorial e cultural. Para isso, prevê quatro áreas privilegiadas de intervenção: o apoio à *divulgação cultural* – actividades desenvolvidas pelos 87 municípios da Região Norte e num regime de itinerância territorial, segundo protocolos estabelecidos com as câmaras; o *apoio à cultura popular*, desde as bandas de música e os ranchos folclóricos até aos centros de artes tradicionais e à língua mirandesa; o *apoio à formação*, nomeadamente formação técnica nas áreas da dança, da música e do teatro para grupos amadores; e o *apoio à criação* entre jovens criadores nas áreas da literatura e da música<sup>66</sup>.

As relações entre os dois parâmetros, *cultura e turismo*, e perspectivando-os na articulação com o desenvolvimento local e com as potencialidades turísticas das regiões e das cidades, encontramos-las, também, entre alguns outros interlocutores alvo, pese embora com um enfoque diferenciado: outros parâmetros são assinalados, e com uma valorização política diferente, nomeadamente a vertente mais económica do desenvolvimento ou a dimensão tida como prioritária do

---

empírica (2002-2003) e que se integram no Programa do XV Governo Constitucional. Neles podemos visualizar pressupostos e objectivos estruturantes das opções estratégicas nas áreas da cultura e do turismo. Para outras informações, e à luz de 2007, veja-se o *site* oficial do actual XVII Governo Constitucional [www.portugal.gov.pt](http://www.portugal.gov.pt).

<sup>65</sup> Porque, como referiu o interlocutor à data da entrevista, a *parte profissional* da criação cultural e artística está a cargo do Instituto Português das Artes do Espectáculo (IPAE).

<sup>66</sup> Não esgotamos aqui as potencialidades das áreas de intervenção deste organismo. A DRCN procura assegurar uma actuação coordenada, a nível regional, dos serviços e organismos dependentes ou sob tutela do MC, assim como apoiar as iniciativas locais que correspondam a necessidades/aptidões específicas da região. Todas aquelas iniciativas são viabilizadas dentro de um quadro de apoio financeiro, permitido pelas verbas do Orçamento de Estado e pelos fundos previstos no Programa Operacional da Cultura (POC) no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio para Portugal 2000-2006 (QCA III). No Anexo 5BA disponibilizamos um conjunto de informações sobre os objectivos e as linhas de actuação do POC. Ressaltemos que o POC, enquanto primeiro Programa Operacional da Cultura na União Europeia, resulta de um pressuposto fundamental: a política cultural constitui um eixo estruturante da estratégia de desenvolvimento económico e social do país e da Europa. Encontramos, mais uma vez, no discurso político, um posicionamento central da área cultural: como constatamos, a partir da análise das fontes documentais disponibilizadas pela DRCN, o objectivo da valorização cultural adquire autonomia e valor político e social por si próprio, e pelas potencialidades que o sector da cultura dispõe tanto na dinamização das actividades económicas (com a chamada *indústria de conteúdos*) como na valorização dos recursos humanos e na criação de emprego qualificado.

desenvolvimento local, a saber, a dotação das infra-estruturas básicas dos concelhos. Dimensões que, igualmente, localizamos nos discursos dos eleitos locais a propósito dos projectos faseados que, desde há alguns anos, concebem e implementam nos seus concelhos. A perspectiva do representante da ANMP<sup>67</sup>, por exemplo, redimensiona aquele último aspecto:

(...) embora seja p'ra nós ainda claro ao contrário das afirmações que vão aparecendo por aí, vão aparecendo na opinião publicada... que a tal fase das infra-estruturas do, do enterrado está longe de estar acabada, há muita coisa p'a fazer e vai começar uma outra fase porventura tão complicada como essa que é substituir o que já lá está, portanto estamos a ter, estamos a chegar à fase em que temos muita coisa enterrada que tem 30, 40, 50 anos, portanto que está nos limites de... técnicos de... de utilização e em que vão, a determinada altura vão começar a aparecer as rupturas, vai aparecer, vai ser necessário substituir aquilo tudo... e... obviamente isso não permitirá ir com aquela velocidade para outras... para outras coisas como as que está a referir do tipo de, das instalações de lazer, das instalações de cultura... que... claramente têm vindo a... a ser assumidas... aí claramente em termos de, daquela autonomia do poder local que é o que nós defendemos... houve municípios que numa fase inicial claramente investiram no subsolo e deixaram para... para depois o que havia de ser construído de encher o olho, pelo menos, houve outros que sem construir no subsolo iam passando à volta de cinemas e teatros e piscinas e, bom, isso conduziu a situações diversificadas, de um modo geral pode-se dizer que hoje em dia o sul está infraestruturado debaixo do chão e o norte ainda não, mas que entretanto no norte há uma série de equipamentos que no sul não existe... as populações respectivas

---

<sup>67</sup> A ANMP foi criada em Maio de 1984 no Congresso do Conselho Executivo da Comissão Instaladora da ANMP, constituída em Setembro de 1983, com o objectivo de formalizar uma associação nacional de municípios que representasse o poder local e se afirmasse como parceiro político e institucional junto dos órgãos de soberania e do poder central. Como refere o entrevistado: (...) os municípios começam a partir de 80 dalguma forma a trabalhar então em regime de autonomia. Bom, esse trabalhar em regime de autonomia começou de facto a conhecer problemas novos entre os quais o de a certa altura perceberem que... eram 300 interlocutores dispersos para um governo que os tratava... duma forma... de... dalguma forma de menoridade, de, de, de não consideração para a realidade que eles procuravam... ter, em cada dia no interesse das populações... Deve-se ter aí formado duma forma difusa um sentimento dentro dos municípios de que era preciso a patar [hesitação], patamares, plataformas de qualquer coisa maior [...]. numa primeira fase isso aconteceu no plano distrital, regional... em 83 começou a, começaram a aparecer movimentos... num primeira fase eles ainda eram relativamente partidarizados, numa segunda fase já procurando caminhar já p'ra, para algo nacional... e em... Outubro de, em Setembro de 83 [discurso imperceptível] houve um, pela primeira vez uma reunião nacional de municípios que foi feita na, nas Termas da... da Piedade, por Alcobaça e Nazaré, na qual eu participei na altura era presidente de câmara... Bom e então nessa reunião é então decidido dar os passos para... para criar aquilo que viria a ser a Associação Nacional de Municípios... isso correspondeu... [o E. interveio] a partir desse momento (...) é iniciado o processo de criação da Associação, é formada uma Comissão Instaladora formada por... membros de todos os partidos e de todas as áreas geográficas do país... ela começa, como sabe, a trabalhar a Comissão Instaladora e portanto [discurso imperceptível] vem a trabalhar até... até Maio de 84, em Maio de 84 há o Congresso do Conselho Executivo que é na Figueira da Foz que... assume então formalmente a constituição daquilo que foi [hesitação] que veio a ser, que veio a ser esta Associação. Ora bem, a partir daí... digamos que... o grande trabalho, o grande primeiro trabalho foi, foi implantar e institucionalizar a... perante, perante toda a gente habituada a não ter outros órgãos de soberania, que esta Associação existia e que... podia ser um parceiro disto tudo, não é... essa foi digamos a grande etapa, daquelas etapas porventura significativas... aquela que fará mais sentido referir... [secretário geral adjunto da ANMP, 49 anos].

julgam isso da forma que entenderem, não é, só aí nesse tipo de opções nós não nos metemos, não nos metemos, somos muito, nós procuramos ter permanentemente um limite de actuação que seja, nós não, não procuramos sobrepormo-nos, nem podemos sobrepormo-nos aos nossos, aos nossos associados, não é, portanto nós estamos aqui para servir os associados, portanto podemos em conjunto e nós são somos mais do que todos, todos juntos [o E. fez um sinal de assentimento], podemos em conjunto discutir as coisas, discutir opções, chegar a conclusões, bom mas depois cada um faça o que quiser [o E. fez um sinal de assentimento]... não há aqui nenhuma tentativa de... [secretário geral adjunto da ANMP, 49 anos]

Um outro actor regional relevante neste contexto do desenvolvimento da AMP, e por nós perspectivado a partir da componente cultural e turística, é a associação PRIMUS – Promoção e Desenvolvimento Regional, S.A (PRIMUS) cujo presidente do conselho de administração tivemos a oportunidade de entrevistar<sup>68</sup>. No mesmo sentido do desenvolvimento particular da AMP, e da própria Região Norte, releva a dimensão económica do desenvolvimento, não esquecendo que, face ao *vazio cultural e turístico* dos anos 80 do século XX, o momento presente<sup>69</sup> constitui uma inversão das prioridades políticas e dos investimentos feitos nas áreas cultural e turística.

Olhe, por isso é que nós fizemos TECMAIA, não é [o E. fez um sinal de assentimento], neste momento temos lá 30 e tal empresas de ponta, não é, estamos a falar de desenvolvimento [o E. fez um sinal de assentimento], nós fizemos os... as empresas municipais que est [hesitação],

---

<sup>68</sup> A PRIMUS, tal como nos refere o nosso interlocutor, e de acordo com os dados documentais que a instituição nos forneceu, surge a 10 de Julho de 1998, como a primeira agência de desenvolvimento regional certificada em Portugal, resultado de uma concertação de interesses e aspirações entre agentes económicos, sociais, culturais e políticos, e com o fim de dar resposta às necessidades de desenvolvimento da região metropolitana. É membro da EURADA – *European Association of Development Agencies*. Como indica o entrevistado: (...) *a agência nasce num quadro de um programa europeu* [o E. fez um sinal de assentimento]... *chamado por IQADE, foi um programa lançado pela União Europeia no sentido de... proteger as agências de desenvolvimento e lançá-las nos países onde não existiam... em boa verdade um dos países onde não existiam era Portugal... eu vi isso no jornal, apresentei ao Professor Vieira de Carvalho é... a... o interesse nessa... constituição dessa... agência, o Professor Vieira de Carvalho reconheceu o interesse, porque como eu disse na altura ele 'tava no Comité das Regiões e era testemunha da, foi testemunha pessoal da... da importância das agências de desenvolvimento regional na Europa... suscitou junto de todos os presidentes das câmaras a necessidade de constituirmos a agência, eles aceitaram, independentemente das suas posições políticas... e constituímos a empresa com... o... o... p'tanto com as 9 câmaras, mais a Junta Metropolitana, mais 4, 3 instituições bancárias, mais a Universidade, mais ONG's, mais... um conjunto de empresas... privadas, lucrativas, portanto era um verdadeiro pot-pourrit, se quiser de, de, de actores locais, que tinham a consciência que a empresa não era p'ra distribuir dividendos porque fazia parte dos estatutos, mas era para perseguir o desenvolvimento regional...* [o E. interveio] [presidente do conselho de administração da PRIMUS, 54 anos]. Para outras informações, veja-se o site oficial da associação [www.primus-dr.pt](http://www.primus-dr.pt).

<sup>69</sup> Relembre-se, à data da realização da entrevista, 2003.

que deram, procuramos com elas dar, dar, dar uma grande agilidade aos, aos, à gestão municipal em áreas por exemplo nas áreas suburbanas, de património so [*hesitação*], património social, etc., nós também fizemos vários estudos p'a parques temáticos e parques industriais, como por exemplo para se deslocar para esses parques... ou algumas... grupos de empresas que são prejudiciais ao ambiente colocar por exemplo as empresas conserveiras, estamos a fazer um trabalho com várias autarquias no sentido de fazer um parque conserveiro, e podermos sustentar algum emprego e assegurar alguma competitividade, porque há uma, hoje há uma grande deslocação de indústrias conserveiras para Marrocos, porque a mão-de-obra é muito barata lá e aquilo é que é... é mão-de-obra intensiva sobretudo. Portanto há aqui um conjunto de, de, de... de actividades que... que, que... que a PRIMUS tem feito, mas que são se quiser à margem da área cultural e turística propriamente dita, não é (...)mas não é possível obedecer em desenvolvimento local realmente ao nível cultural dos actores e dos, e dos, e dos [*discurso imperceptível*]. Aliás o desenvolvimento é isso, não é? Quer dizer, o desenvolvimento... o Jean Bartoli dizia: "Não é possível cortar o homem em fatias.", não é, portanto, o, o desenvolvimento é um desenvolvimento integral, porque tem um componente social, tem uma componente económica, tem uma componente cultural, tem uma componente até mundial se quiser, pronto é, é... portanto, isso assim é desenvolvimento, nas, nas definições do Rousseau e portanto aquele [*discurso imperceptível*] agora... na... em Portugal sempre se confundiu desenvolvimento económico com desenvolvimento, desenvolvimento económico convencido, provavelmente com alguma razão de que ele era o desencadeador do desenvolvimento, ora [*discurso imperceptível*] desenvolvimento económico. É evidente que a componente cultural sempre lá esteve [!] e lá devia estar. Agora... como é que hei-de dizer... os políticos em geral, e isso tudo tem a ver com a teoria política não, não tem a ver com desenvolvimento põem ou não põem em cima da mesa as suas prioridades em função dos eleitorados, e das necessidades que fazem aos eleitorados, como eu disse há bocado quando era mais importante o saneamento do que, do que a orquestra foi sempre o saneamento, resolvido o problema do saneamento, se a orquestra der votos... se a orquestra, se a orquestra der, também podemos dizer que o futebol que, veja, veja, já deve ter visto isso, nunca e, nunca me quanto é que os, os, os, os, os, os... os presidentes de câmara gastam com as colectividades desportivas por exemplo [o E. fez um sinal de assentimento]... comparativamente com as colectividades culturais [o E. fez um sinal de assentimento], não é... e porquê? Temos aí um povo especialmente saudável? Não! Dá votos. [o E. fez um sinal de assentimento]... Não é... [o E. fez um sinal de assentimento] [o E. fez um sinal de assentimento]. [*presidente do conselho de administração da PRIMUS, 49 anos*]

A perspectiva de outros actores ligados ao turismo, e que concebem a relação entre *turismo cultural* e oferta urbana à escala regional, indiciam no sentido da valorização da oferta de lazer associada a um *turismo urbano*, de cariz empresarial e económico: o *turismo de negócios*. É nesse sentido que se posiciona o representante do PCB, um outro actor ligado ao turismo e à divulgação de modalidades de turismo na Região Norte, numa articulação estreita com as câmaras municipais da AMP<sup>70</sup>.

<sup>70</sup> O PCB é uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, criada em 1995. Entre os seus membros fundadores encontramos as câmaras municipais da AMP, a AEP, a Associação Comercial do Porto, a Associação de Comerciantes do Porto, a Universidade do Porto, a Associação Portuguesa dos Agentes de Viagens e Turismo e a União Nacional das Indústrias Hoteleiras e Similares do Norte. A associação tem esta denominação comercial para efeitos de promoção internacional, sendo reconhecida



(...) turismo de negócios traz... ocupação para a cidade durante a semana e nos meses pico... que são na Primavera e... no Outono, o mês de Agosto ainda este ano teve ocupações aqui... muito baixas, mesmo... e é o turismo de lazer que vem complementar essa lacuna, que são os fins-de-semana com os *city-breaks*, o... o... o mês de férias o Julho e Agosto que são claramente turismo de lazer... (...) o Porto e Norte de Portugal nunca vai ser um Algarve [*o E. fez um sinal de assentimento*]... é muito específico, e até mesmo derivado às suas infra-estruturas etc., nós não devemos procurar ou pensar que vamos ter aqui situações similares como no Algarve ou em Lisboa e penso que não, também não faz sentido andarmos à procura de, dessa... copiar essas formas. Eu penso que o norte tem características muito próprias, o turismo de negócio de certeza é um ponto de partida... muito bom e essencial, é essencial porque o poder, o poder de compra... das pessoas que normalmente se deslocam em negócio, e... só p'ra dar uma ideia um... um participante dum congresso internacional... gasta por sua conta e na média cerca de 100 contos por dia... por isso é um segmento muito interessante e aí... eu penso que devemos apostar na qualidade, s'apostarmos na qualidade o segmento do turismo de negócios encaixa-se perfeitamente, se formos p'ò turismo de lazer devemos também e provavelmente vai acontecer especializarmo-nos também num segmento... médio-alto, alto... o norte não tem infra-estruturas para massa por isso vai ser sempre, devia apostar sempre em qualidade e... desenvolver junto de toda... a história, património que tem aqui um turismo de qualidade [*o E. fez um sinal de assentimento*], isso vai ser sem dúvida e tem êxito, porque temos um potencial para crescer nesse segmento... eu... sou muito optimista realmente, porque o norte se se mexer e começar a apostar e... e a colaborar, e a promover em conjunto tem um, um bom caminho muito positivo com uns resultados óptimos, nos próximos 10 anos [*o E. fez um sinal de assentimento*]. [*director executivo do PCB, 39 anos*]

No mesmo sentido se posiciona a representante da ADETURN ao focalizar a associação estreita entre turismo e desenvolvimento local, e ao dimensionar as potencialidades turísticas da Região Norte, nessa articulação estreita entre oferta cultural, *turismo de negócios* e *turismo cultural*.

(...) nós pensamos que o turismo tem que ser uma actividade importante na região, mas não a única, não a mais importante da região... penso que... o Norte de Portugal nunca terá como principal sector de actividade o turismo, mas queremos que ele seja um sector mais importante do que é neste momento... mas obviamente que isso não tem a ver com... trazer pr'aqui grandes fluxos de, de visitantes e criar aí parques temáticos e... quer dizer completamente fora da realidade... regional, portanto a, a ideia que nós temos é, a partir... dos recursos endógenos que a região tem... e que pensamos que... são uma mais valia, porque quer dizer como te disse não é, não são produtos únicos com uma força turística

---

no estrangeiro como O!Porto!. A sua denominação original, Gabinete de Incentivos do Norte de Portugal, foi substituída, a partir de 2001, e face a uma alteração dos Estatutos, pela denominação Associação de Turismo do Porto. De acordo com a entrevista realizada, e a análise dos dados documentais fornecidos pela associação, esta, inicialmente criada com o fim de promover o *turismo de negócios, congressos, seminários e incentivos*, em 2002 passa a contemplar no seu universo de intervenção o *turismo de lazer*. É uma associação especializada em marketing turístico do Porto e Norte de Portugal como destino turístico, tendo por isso criado formalmente duas secções especializadas: a secção Porto Visitors Bureau, vocacionada para planificar e executar estratégias de marketing no âmbito do *turismo de lazer*, e a secção Porto Convention Bureau, direccionada para desenvolver as formas de *turismo de negócios* na região. Para outras informações, consulte-se o *site* oficial da instituição [www.portocvb.com](http://www.portocvb.com).

d'atração muito grande, mas são produtos que são mais flexíveis, mais adaptados a novas motivações das, da, da, das... dos visitantes, adaptados a motivações que estão em crescimento... portanto a nossa, a nossa perspectiva de desenvolvimento turística, a minha... é um bocado no sentido de quê? De nós arranja [hesitação], de nós... conseguirmos e, e p'ra mim o ideal era isto, nós conseguirmos identificar alguns produtos que são... essenciais, que vão de encontro a motivações das... da procura, dos segmento-base e conseguir comunicar esses produtos a esses segmentos, quer dizer, por um lado sermos selectivos, a região não é toda, não tem toda vocação turística, há aqui algumas, alguns produtos, algumas regiões, alguns espaços que têm uma vocação turística que não podemos estragá-los porque senão perdemos a galinha dos ovos d'ouro, não é... que não é uma vocação turística de grandes massas, é uma vocação turística de nichos de mercado... que têm uma... que, que é muito diversificada e portanto é, é dessa diversidade que, que sai a sua riqueza [o E. fez um sinal de assentimento] e que vai de encontro a es [hesitação] a essas novas motivações que é as pessoas cada vez mais... não vêm contemplar, vêm usufruir e portanto nós temos aqui... episódios engraçados dessa, dessa fruição das, das coisas, as Rotas dos Vinhos, as Vindimas, os Caminhos de Santiago... espaços engraçados aqui no, no Porto... portanto temos aqui matéria... p'ra ter um turismo de qualidade... dirigido a nichos de mercado... temos que ter o, o... a nossa grande dificuldade é conseguir trabalhar isso duma maneira... eficaz, ou seja, conseguir dirigir aquilo que nós temos aos verdadeiros consumidores desse produto, percebes [?], porque são consumidores muito selectivos, tu não consegues, quer dizer é muito complicado tu ires fazer campanhas p'a Espanha, p'à grande Espanha, porque tu não... não chegas a ninguém, não é [o E. interveio]... [coordenadora da ADETURN, 35 anos]

E, a propósito das potencialidades específicas, segmentadas e dispersas, da Região Norte, considera que a oferta cultural é perspectivada a partir da centralidade funcional da cidade do Porto e da região do Douro.

... Sim, quer dizer não é um turismo de massas não é um tur [hesitação], é um turismo... o nosso turismo tem uma particularidade de não ter nenhum produto muito forte, p'tanto nós nunca vamos encarar o turismo do norte de Portugal como a, ou não temos a intenção de pensar que vai ser a principal actividade da região, nem quer dizer nem é esse o nosso objectivo, é importante é... dar maior importância ao sector do turismo, porque ele no fundo economicamente já tem alguma importância... e do ponto de vista... até da... da importância política não tem o mesmo paralelo... p'tanto a ideia é... tentar um crescimento do sector do turismo, tentar um crescimento da sua importância tanto a nível económico como a nível político, mas um sector entre outros, não é... não temos um produto forte, como tem o Algarve, sol e praia, ou como tem Lisboa, quer dizer... a capital, aquela é uma cidade já... de... capital europeia... nós somos a segunda cidade do país, não é, temos aqui Porto que é a segunda cidade do país, temos... o Douro que é uma pérola da, da região... mas não temos um produto único, p'tanto aquilo que nós temos é um produto... que nós chamamos compósito, ou seja um produto turístico... adaptado às novas exigências até dos mercados, mas dos nichos de mercado e não do mercado global, quer dizer nunca vamos ser... aquela... aquele destino procurado pelas, pelos grandes operadores turísticos, p'tanto vamos ser um destino de média dimensão, ou queremos ser um destino de média dimensão baseado essencialmente no produto cultural, quer dizer e quando eu digo cultural é ao nível do património construído histórico, do património construído contemporâneo... da animação cultural... do próprio, da própria paisagem que tem a ver também com a cultura... das populações, que tem um boca [hesitação], é um bocado a intervenção da, das pessoas na, na paisagem, o Douro é um exemplo disso, não é, é o fruto duma... duma

intervenção, e portanto é este o produto que nós... nós temos que... que queremos... que, qu'ó Norte de Portugal se baseie... nomeadamen [hesitação], outro produto importante é também os Congressos de Incentivos, mas no fundo os Congressos de Incentivos tanto existem aqui, como existem em Lisboa, como existem... noutras cidades. Aqui tem a, a particularidade de ter essa componente cultural, quer dizer ter uma base, no fundo o enquadramento do turismo no Norte de Portugal é um enquadramento cultural... [o E. fez um sinal de assentimento] [coordenadora da ADETURN, 35 anos]

Registemos, ainda, outras representações a propósito dos projectos de oferta cultural na associação estreita com o *turismo cultural* da Região Norte e das cidades que a compõem, em particular a cidade do Porto. Uma delas é a do presidente da Associação Política Regional e de Intervenção Local (APRIL)<sup>71</sup>.

(...) tudo aquilo quanto seja... o meio ambiente extraordinário que o Norte tem... quer no, no litoral, quer no interior, não seja transformado... de, de tal maneira que a gente o considere irreconhecível como já está nalgumas áreas... p'tanto, acho que a questão turística é decisiva num curto-prazo, é absolutamente decisiva, a questão turística, mas é um turismo de qualidade, não é um pa [hesitação], não é um turismo de massas como é o turismo algarvio, ele tem que ser um turismo de qualidade, que qua [hesitação] que já aparece aqui e ali, designadamente na questão turística de habitação e tal [discurso imperceptível] aqui e ali também, enfim tem que s'apostar num turismo de qualidade e p'ra isso tem que haver também formação e... e estamos, e estamos mais uma vez na formação cultural [!], quer dizer é muito difícil, 'tá a ver, quer dizer acho que na base de tudo isto está... gostar-se do país [risos]... não é... portanto, acho que isto que é fundamental e por outro lado uma produção que seja também uma produção... de... de qualidade e isso

---

<sup>71</sup> A APRIL, constituída no Porto em 1986, é uma associação local que procura, entre outros objectivos, defender e aprofundar a democracia na sua estreita relação com o desenvolvimento e intervir e dinamizar a participação dos cidadãos nos processos de regionalização e reforma da administração pública. Como nos indica o seu presidente: *Sim, sim... eu digo porque pronto foi um nome que foi encontrado... em função dos objectivos* [o E. fez um sinal de assentimento] *que nós pretendíamos prosseguir... mas ao mesmo tempo foi um nome... não direi d'ocasião, mas... um nome que em 1986, quando isto foi fundado, apareceu... dalguma forma também para vestir a alguma coisa que tinha que ver com a Primavera* [risos], *uma Primavera de Abril não é, portanto... pronto e, e por isso... este nome surgiu um pouco para vestir essa, essa, essa, esse, esse conceito, queríamos um nome aberto [!] que não se subordinasse inteiramente a uma leitura clássica do, do 25 de Abril, mas que fosse ao mesmo tempo uma aceitação da democracia de... que tinha nascido com o 25 de Abril, portanto uma democracia interventiva que sucede à cidadania, portanto e isso está aqui dito dalguma forma, não é... 'tá aqui ao mesmo tempo um afastamento duma... duma situação de... partidária em sentido estrito, foi por isso que adopta-se uma nova associação à partida para não haver confusões... ao mesmo tempo que é também regional porque... pronto, uma vez que tem sede no Porto não queria estar-se... a pôr em bicos de pés e a dizer que isto era uma associação que pretendia... acudir o território nacional, não é... pretendia, pronto, ter uma acção que... tinha um enfoque nacional a partir duma óptica regional,(...) Local... sim... hoje nós focamos a perspectiva local, ou seja, a que temos, dorme-se no Porto, vivemos no Porto, vivemos na Área Metropolitana, vivemos perto dela... focamos realmente aquilo que se vai passar... numa área que tem de 300 milhões de... que a gente quer que tenha 350 milhões de... cidadãos e não 350 milhões de consumidores [!]... não é... [o E. fez um sinal de assentimento] portanto... [o E. fez um sinal de assentimento] estamos, estamos bem no aprofundamento da democracia e na prática democrática, não é, portanto os objectivos, como vê podem ser... [o E. interveio]. [presidente da APRIL, 71 anos]. Veja-se a este propósito o site oficial da associação [www.april.org.pt](http://www.april.org.pt).*

também já demonstramos que isso que realmente existia, que existia em termos do... digamos das artesanias [!] ou quais, ou quais artesanias, não é, não, não me refiro só aos lenços dos namorados que aliás tem coisas lindíssimas, não é [risos] mas que podem não provavelmente efeitos reprodutores muito grandes, repare, mas tudo o produto é, são coisas delicadas e dessa natureza não deviam de maneira nenhuma ser perdidas, não é porque isso é a não só um bem cultural, mas ao mesmo tempo uma maneira de estar no mundo... e portanto é uma maneira também de, de, de... de sustentação da economia. Isso potencia outras coisas [!],... (...) aqui no norte ao mesmo tempo há, há outras situações que são... de exportação mesmo, é, é o caso dos vinhos, não é... como sabe os vinhos estão a vir p'ò Douro fundamentalmente nas mãos de... penso que só há uma única, há uma única empresa portuguesa que.. de vinhos que é a Sogrape, não há mais nenhuma, não é, todos os outros, pá... produzem vinhos mas têm estado só comercializados e exportados por empresas que não são portuguesas, são francesas, são canadianas, são isto, são aquilo... portuguesas só há uma que é a Sogrape, não é... portanto... quer dizer, é preciso ver o que é que ainda há, aproveitar e de qualquer modo estabelecer as tais plataformas de exportação que isso é fundamental [o E. fez um sinal de assentimento]... [discurso imperceptível]... [presidente da APRIL, 71 anos]

A articulação entre o *turismo cultural* e a oferta cultural na Região Norte é dimensionada por um outro actor regional que tivemos a oportunidade de abordar: a Associação para a Promoção Cultural do Norte de Portugal (APCNP)<sup>72</sup>, que, embora reconhecendo as dificuldades em direccionar e concretizar tal relação na Região Norte, considera-a necessária.

(...) nós passamos a, a, a considerar que o entretenimento são o dese [hesitação], os, os determinati [hesitação], os determinantes da ideia de turismo... porque o que é o turismo? O turismo define-se por... a, a actividade das pessoas fora de casa por um período curto, por um período limitado... e agora, hoje em dia você tem turismo escolar, quando uma escola vai à Expo'98 ver o Ocea [hesitação], o Oceanário... turismo de congressos é quando por exemplo um... houver um grande congresso de médicos aqui no Porto podem ir à Casa da

---

<sup>72</sup> A APCNP é uma associação sem fins lucrativos criada em 1997 com o intuito de criar na Região Norte, e a partir do uso das novas tecnologias da informação, uma rede de serviços culturais que projecte a oferta local da região. Como refere o presidente da APCNP: *A Associação quer dizer, tem uma missão que está no título dela que é a Associação p'á Promoção Cultural do Norte de Portugal p'tanto... e ela tem 2, tem sobretudo 2 objectivos estratégicos que era desenvol [hesitação], utilização sistemática das novas tecnologias da informação p'a, para contribuir para que o Norte fosse uma, uma... carac [hesitação], existisse na Região Norte o terciário superior, isto é, houvesse um, um, uma rede de serviços, que neste caso culturais, que fossem de grande qualidade tecnológica. P'tanto esses são os objectivos da Associação... a Associação foi criada em 97, Novembro de 97, e... e beneficiou duma, dum co-financiamento da sua primeira... dos seus 2 primeiros anos d'actividade, no, no quadro do FEDER Norte, PRONORTE, e... e chamava-se o Projecto de... Promoção Internacional das Actividades Culturais e do Entretenimento da Região Norte. Nós temos uma... era, era isso, e o objectivo fundamentalmente foi organizar ferramentas electrónicas que, se traduziam, se traduziam num, num site em que tinha uma agenda cultural e d'entretenimento da região norte [o E. fez um sinal de assentimento] isto é, por assim dizer o, o que nós gostávamos de fazer. Nós cria [hesitação] desenvolvemos muito um trabalho de criar uma rede, que nós chamávamos uma rede d'informadores que eram pessoas que nos contactavam p'a dizer o qu'é que se ia passar, duma maneira geral era o pelouro da cultura das câmaras municipais... [presidente da APCNP, 58 anos].*

Música, no [discurso imperceptível], quer dizer... no fim de semana... a grande cidade de Viena é uma cidade de grandes congressos e, de, de grandes profissões avançadas, tipo médicos, gr [hesitação], engenheiros etc, porquê, e arquitectos, porquê [?], porque essas, essas pessoas gostam de ir a concertos e há óperas, há 3 ou 4 óperas em permanência todos os dias em Viena, portanto é ideal p'ra isso turismo de congressos, não é, agora cá levam as pessoas às Caves do Vinho do Porto [o E. fez um sinal de assentimento]... depois, turismo de congressos, há turismo de lazer [o E. fez um sinal de assentimento], que é fazer visitas quando se está de férias, mas há turismo profissional, eu vou assinar um contrato a uma terra e nesse dia à noite vou a um restaurante típico, ou posso ouvir fados se for em Lisboa, ou posso ir a um concerto, também, portanto também há turismo de negócios que se faz... entre os intervalos, portanto, acabou por haver um conjunto de determinantes do turismo que isso, isso é que é o obje [hesitação], os eventos objecto da nossa agenda [risos]... (...) Agora o turismo parece uma solução fácil porque neste momento é atrair pessoas, não é, é a gastronomia, quer dizer, é isto, é as férias, há uma, há uma, é uma venda de serviços cada vez mais importante não é isso que vem a seguir à feira ou aos negócios, não é, começa por haver um pequeno hotel que é pr'os homens de negócios virem lá fazer a feira tal tal, tal tal, e depois começa a haver o turismo, e o turismo tem sido aqui no Norte é importante na medida em que os espanhóis vêm muito cá, não é, portanto neste momento eles têm um poder de compra muito superior ao nosso... temos uma, temos uma, uma, temos uma, o, o, o turismo, a cultura... eu, eu via mais o seguinte, a cultura é uma infra-estrutura muito importante para os negócios [o E. fez um sinal de assentimento]... isso é que me parece muito interessante... que é a gente considerar que vai fazer cultura e entretenimento, não é, para... quer dizer, p'ra, pr'as diversas formas do turismo (...) para receber certos homens de negócios e algumas são restaurantes lindíssimos, não se come muito bem mas são lindíssimos, bom... ist'é patético!... Esses homens que ganham 10, 15 mil contos por mês levá-los a Caves de Vinho do Porto, eles têm melhor Vinho do Porto em casa deles... do que lhes vão servir na, nos Taylor's 'tá a ver [?] (...) quando vem cá o vice-presidente da Siemens não é, possivelmente o que esse homem gostaria realmente era de ir a uma ópera vai, vai poder ir, e, e, e é um homem que de certeza que tem livros de arte em casa, porque todas essas pessoas que ganham fortunas ou também tenho decoradores que lhes compreem os livros d'arte, mas tem as mesas cheias de livros d'arte e, e, e investem em pintura que é um, que é um dos activos importantes dessa classe que ganham 5 mil e 15 mil contos por mês [!], portanto eles gostariam era de ir comprar talvez um José Rodrigues à Árvore ou... e levam-nos às Caves do Vinho do Porto [!], portanto se não, veja, imagina só o grau de incultura dos organizadores destas pessoas, 'tá a ver [o E. fez um sinal de assentimento], e isso é que me parece (...) e, e eu acho que isso é um dos problemas do futuro da nossa cultura numa região é saber com'é que nós vamos ligar a cultura a um consumo [o E. fez um sinal de assentimento] [presidente da APCNP, 58 anos]

Confrontemo-nos agora, e na linha do que nos propusemos no início deste capítulo, com os discursos dos *eleitos locais* e com os modos como as representações em torno da *cidade turística* e da oferta cultural adquirem, nalguns deles, uma relevância acrescida. Entre os vereadores que acumulam funções de cultura e de turismo, destaca-se a associação estreita entre a dinamização cultural e as potencialidades turísticas daí decorrentes, sugerindo, num sentido estratégico do desenvolvimento, que a área do turismo é transversal ao desenvolvimento cultural e

social dos próprios concelhos. Do mesmo modo, concebe-se a política turística numa associação estreita com a dinamização económica do concelho. Mas, nalguns casos em particular, os eleitos locais assumem a cidade, e não propriamente o concelho, como o eixo primordial dos investimentos turísticos municipais. As referências nem sempre são claras quanto a esta dimensão analítica: nalguns momentos cruzam as delimitações municipais com as urbanas, outras vezes, abordam a cidade no contexto mais vasto de uma região, no caso a Região Norte, e na relação estreita com a Galiza, naquilo que designam como o Noroeste Peninsular. Níveis diferenciados, portanto, quanto às representações espaciais e ao lugar da cultura e do turismo no contexto territorial.

No caso dos eleitos do município de Gondomar, e cruzando apenas os testemunhos recolhidos entre as vereações da cultura e do turismo, formalmente atribuídas a dois eleitos diferentes, destacamos a associação entre a preservação do património cultural local e a oferta mais especializada e o factor de atracção para locais e não locais numa lógica de *turismo cultural*; e, de igual modo, as potencialidades daí decorrentes para a dinamização do tecido económico do concelho.

(...) criar naturalmente espaços novos como foi o Lugar do Desenho na Fundação Júlio Resende que reúne o acervo [o E. fez um sinal de assentimento] do Mestre Júlio Resende, é um pintor com... reconhecimento a nível nacional e mesmo a nível internacional, e portanto também e, e um equipamento que permite naturalmente o acesso à cultura dos gondomarenses mas que atrai também a Gondomar por via cultural, não é... outras, outras pessoas e que naturalmente ajuda também a dinamizar o tecido socioeconómico e até mesmo do ponto de vista cultural, não é, o turismo cultural também assume um papel importante aqui para o progresso, o desenvolvimento e p'à revitalização do tecido económico do concelho (...) quando nós temos um concurso por exemplo gastronómico... quer da... do sável e da lampreia ou... do Caldo de Nabos, quer dizer tudo isto são acções qu'aparentemente parece que são efémeras, não é mas que visam de certa forma mostrar e afirmar aquele que é, aquelas que são também a, as tradições do concelho e que vale a pena nós legá-las ao futuro não só enquanto, enquanto... factores importantes para de facto nós conhecermos... a história de, de Gondomar mas também sobretudo para potenciarmos, não é ... e podermos também aproveitar em termos de promoção turística e poder dar produtividade do concelho pela via também... cultural (...) [vereador da cultura e do desporto da câmara municipal de Gondomar, 34 anos, PPD/PSD]

Valongo não perspectiva essa relação de uma forma totalmente possível, e por efeito imediato da centralidade turística do Porto, concebendo antes uma programação cultural para a população local e perspectivando alguma projecção externa do concelho a partir das potencialidades naturais e paisagísticas que detém.

(...) o turismo cultural significaria, quer dizer, a Câmara de Valongo não tem nem nenhuma Câmara por si só tem... consegue vencer as forças centrípetas que a cidade do Porto exerce sobre toda esta zona de influência. É impossível! O... repare, o Ministério, o Ministério do... do Turismo... tem tudo virado p'ra Lisboa em primeiro lugar, não é e depois pr'ó Porto e aqui o Porto... repare... o melhor exemplo é o Porto 2001!... O Porto 2001 realizou-se num bocadinho de terreno que é a cidade do Porto, que é o concelho do Porto que é um concelho pequeníssimo, porqu'ê que não veio aqui a Valongo se nós fazemos fronteira com o Porto, ou à Maia, ou a Matosinhos? Porqu'ê que não houve um mínimo de ponte [hesitação], de, de descentralização nesse sentido de levar as pessoas? Não houve, nós fizemos contactos com isso, vários contactos com o, com a Porto 2001 para que houvesse aqui um intercâmbio, mais para que os nossos espectáculos estivessem envolvidos na Porto 2001 em troca de algum apoio obviamente, e o único apoio que eles deram é: «Muito bem nós colocamos o prestígio do logótipo Porto 2001 nos vossos eventos» e isso nós não aceitámos [!], não é, os eventos são nossos, nós é que os pagamos, não vamos pôr lá Porto 2001 [o E. fez um sinal de assentimento], até porque se o Porto recebeu dinheiro para fazer os espectáculos nós também queríamos ter recebido e fazer parte do bolo todo [sorrisos], e portanto este, este tipo de forças impede-nos que nós possamos... a menos que fizéssemos um investimento louco pr'ó qual não estamos preparados... não conseguimos trazer, captar... pessoas duma forma massiva da área do Grande Porto [o E. fez um sinal de assentimento], vamos captando, aqui e acolá, o MIT por exemplo e foi por isso qu'eu destaquei, é claramente um evento que traz gente do, do Porto, da cidade do Porto, é claramente, vê-se! Porque eu quando vou ver o MIT não conheço muita, muita, muita gente, quando nos outros espectáculos vou conhecendo aqui e acolá, e... mas é um fenómeno isolado, é pontual, vamos trazendo, está, é um trabalho que está a dar os seus frutos mas para o qual nós não podemos fazer um investimento porque é impossível [!] [o E. fez um sinal de assentimento], as forças 'tão de tal forma concentradas na cidade do Porto e, e torna nefasto, é muito mau... eu hoje penso que nós estamos aqui a fazer um trabalho fundamentalmente para os nossos munícipes, é para Valongo, e depois eu ponho-me a olhar para os concelhos que estão à volta, Maia, Gondomar, por exemplo a Maia tem um Fórum espectacular [!] [o E. fez um sinal de assentimento], no centro da Maia... mas tem aquele Fórum espectacular, é lá que faz os espectáculos mas Gondomar tem um auditório muito bom... nós não [!], nós temos o Fórum Cultural de Ermesinde, não sei se conhece [o E. fez um sinal de assentimento], não conhece? [vereador da cultura e do turismo da câmara municipal de Valongo, 36 anos, PPD/PSD]

Relevante parece-nos o testemunho do vereador do desporto da câmara de Valongo, manifestando-se aqui a transversalidade que, a propósito de outras dimensões de análise já tivemos a oportunidade de localizar, entre eleitos e representações políticas e sociais, sem uma relação directa e linear com a sua pertença formal no interior das funções que desempenha no executivo municipal.

Salienta a relação entre cultura, turismo e desporto e salvaguarda as potencialidades turísticas de Valongo, associadas aos traços da cultura popular e dos traços de ruralidade do seu território.

(...) nós temos plantas carnívoras, nós temos espécies quer em fauna quer em flora únicas [!], 4 tipos de fetos, temos um sobreiro único nesta zona, temos um conjunto de árvores muito interessantes, e... também temos salamandras próprias dos fojos temos um conjunto digamos assim, prontos uma população se quiser na serra muito interessante. Mas temos assim simultaneamente temos uma aldeia muito rural que é Couço e temos também ainda moinhos movi [hesitação]... movidos a água. Este pequeno paraíso se nós começarmos [risos] aí a comunicar a toda a gente ele é destruído rapidamente [o E. fez um sinal de assentimento]. Portanto, nós temos condições para sermos um concelho integrador, sem perder as suas características rurais, aproveitá-las, prontos nós fazemos uma aula pedagógica relativamente fácil... (...) por isso, porque ainda temos [!] características para isso... portanto Valongo tem condições para não ter indústrias pesadas, mas também não sermos dormitório, é ter uma vida própria que... possa facilitar quem cá vem ter acesso a tudo, sem ter grandes distâncias, e isso passa por uma política global com uma boa rede de transportes, é fundamental. Nós temos a A4 que assassinou a cidade de Valongo, corta-a a meio, mas temos portagens numa auto-estrada, e portagens numa auto-estrada significa o quê? Que muita gente sai em Ermesinde e atravessa o centro da cidade de Valongo para continuar para Penafiel, não pode acontecer, não desenvolve bem o comércio porque as pessoas passam a alta velocidade, só nos trazem poluição. Portanto nós temos de ter alternativas para quem não 'tá interessado em parar aqui também não precise entrar cá, uma espécie de uma via exterior [o E. fez um sinal de assentimento], é preciso termos uma rede exterior, e junto dessa rede exterior de transportes nós podemos criar efectivamente espaços de lazer e assim... para a montanha como eu lhe disse há bocadinho, para aeromodelismo [o E. fez um sinal de assentimento] que temos aqui umas óptimas condições, e também fazemos aeromodelismo, mas também temos jogos tradicionais! (...) Temos a malha, temos o saco, temos a columbofilia [o E. fez um sinal de assentimento] com muita importância aqui [!], portanto nós temos imenso pano p'ra mangas se quiser assim, agora... Valongo pode ter pequenos armazéns, pode ter um bom parque empresarial sem de ter um grande núcleo industrial, porque hoje a comercialização faz-se com facilidade desde que haja boas redes de comunicação, mas isso em qualquer entreposto comercial aqui se desenvolve bem. Temos a linha de caminhos-de-ferro do Douro, a linha do Douro claro! Temos a ligação à A3, temos a ligação à A4 com a exterior a chamada IC24 nós vamos ter óptimas condições, se nós soubermos... criar aqui condições para estar quer a população que ainda está no Porto quer da que está mais próximo do interior para procurar Valongo para se divertir, portanto temos aí os serviços a desenvolver-se, temos a parte comercial que também podemos fazê-la e temos a parte do turismo, também com o rio Ferreira, com o rio Leça que precisa de ser despoluído, com a Serra de Santa Justa, a de Pias e Castiçal, com as plantas carnívoras, com outras espécies que há aqui assim também, temos uma parte agrícola como lhe disse designadamente em Sobrado e em Campo que merece ainda ser conservada, porque ainda podemos assistir à desfolhada, podemos assistir a um outro conjunto de actividade e por aí temos Ranchos Folclóricos que são óptimos veículos digamos assim de... se quiser concentração de alguma cultura [o E. fez um sinal de assentimento] com as suas danças e os seus cantares, e também alguns intercâmbios com outros países, temos nomeadamente com as cidades com quem estamos geminados [o E. interveio] (...) isto é tudo uma bola de neve, quer a cultura, quer o desporto, quer o turismo estão interligados [o E. fez um sinal de assentimento]... [vereador do desporto da câmara municipal de Valongo, 46 anos, PPD/PSD]



Na Maia, o vereador postula que a oferta cultural local já incorpora elementos que poderão circunscrever alguma potencialidade turística. De qualquer maneira, a oferta cultural é arquitectada em função das necessidades locais e não tanto dos potenciais turistas que o concelho possa ter.

... as nossas ofertas culturais em, em primeira linha são p'á nossa comunidade com'ê evidente [o E. fez um sinal de assentimento] mas, mas, mas não somos... xenófobos, quer dizer... nós, nós fazemos as coisas e quem quiser vir, vem e efectivamente começamos a ter... já um... um público que, que também é composto por muita gente que não é de cá, que vem cá de... que vem cá de propósito [o E. fez um sinal de assentimento]... e vem, há muitos que vêm ao teatro e vêm a outro tipo de coisas, vem à feira de artesanato, e vem, vem, vem agora outro tipo de, de, de, de... de, de manifestações, e é evidente que esse tipo de informação, ou seja... a oferta, a oferta cultural está inserida no pacote de turismo [hesitação], está inserida no pacote de turismo a oferecer [o E. fez um sinal de assentimento], porque nós produzimos uma série de documentação, nós produzimos inclusivamente agendas culturais, quer dizer portanto há, há, há... há, há, há vários pontos de divulgação, aliás há vários meios de divulgação daquilo que nós fazemos em, em, em... em, em termos c [hesitação], em termos... em termos culturais que são, é evidente que são um argumento a... a inserir na questão da, de, de, d'atracção turística, e isso acontece, ou seja.... e... [o E. interveio] [vereador da cultura e do turismo da câmara municipal da Maia, 38 anos, PPD/PSD]

Onde adquire relevância a centralidade turística da oferta cultural da *cidade* é nos *concelhos da orla litoral* e com estreitas relações com o mar e os recursos naturais da costa. Nomeadamente, entre os autarcas de Espinho, da Póvoa de Varzim e de Vila Nova de Gaia. Por seu turno, o Porto traduz essa relação entre oferta cultural e cidade turística, acrescentando-lhe um outro vector estruturante da própria dinâmica turística da cidade: o *turismo de negócios*. Trataremos no capítulo seguinte dos pontos mais específicos relativamente às políticas culturais e turísticas. Ressaltemos alguns elementos. No caso da Póvoa de Varzim, a associação estreita entre cultura e turismo, e a identificação da cidade como uma *cidade de lazer e cultura* e *de turismo* encontramos-la tanto entre os discursos das vereações como entre o discurso do responsável pela edilidade. E nessa centralidade adquire relevância a relação triangular entre cultura, desporto e turismo. Como afirma o vereador responsável pela cultura e pelo turismo:

... porque aí houve todo um trabalho muito importante mesmo o próprio Casino nessa altura era um casino... decrépito [o E. fez um sinal de assentimento]... toda a gente sabe disso não é, há pessoas até que dizem que ali que são... as bailarinas das, das meias rotas, mas há

peessoas que dizem que é a bailarina da coxa gorda, não é [o E. fez um sinal de assentimento], que estav [hesitação], que lá, que lá estavam, era isto que acontecia na Póvoa, era o Casino que estava decair, e que e era... por exemplo, o próprio Varzim era um equipa, que é [!], que acompanha um pouco... o ritmo da, da, da, da cidade e da comunidade em que está inserida, logicamente, também estava em queda, não é, entretanto o Varzim... subiu de divisão, entretanto o Casino subiu de divisão, entretanto a cidade também subiu de divisão... não é... e eu penso, e eu penso que é, que é toda, toda... foi tudo, as pessoas dizem: “Ah, isto foi por acaso!”, não foi por acaso... quando, quando o, o Presidente foi acusado muitas vezes pela oposição de... gastar o dinheiro todo na cidade e esquecer-se das freguesias e depois a cidade gastar o dinheiro todo na área junto ao mar e esquecer-se da parte interior... isto foi o preço... político que tivemos que pagar para que a cidade neste momento estivesse com uma imagem muito diferente daquela que era há 9 anos atrás... [vereador da cultura e do turismo da câmara municipal da Póvoa de Varzim, 46 anos, PPD/PSD]

Constatamos que, entre o vereador responsável pelo pelouro do desporto, o enquadramento da cidade é semelhante.

É... eu, eu, eu... a minha opinião é que efectivamente estes foram os grandes vectores... da Câmara Municipal em termos da sua aposta. Isto é, Póvoa capit [hesitação], com um conjunto de, de... de condições que detinha quando esta Câmara chegou ao poder em 93... aquilo que era uma Póvoa adiada, mas com muitas [!] condições acabou por se transformar numa Póvoa realizada... e os grandes vectores que foram Póvoa de Varzim: Capital da Cultura... e eu não vou falar de todas as actividades culturais [o E. fez um sinal de assentimento] por excelência que são conhecidas do país, Póvoa: Capital da Cultura e do Lazer incluindo no lazer o desporto, turismo, cultura e lazer... penso que tudo isso se enquadra extremamente bem e... e é sem dúvida um seguimento desses vectores, e eu estou-me a esquecer e ainda não referenciei um aspecto também extremamente importante para a cidade, e para o concelho... que é o casino. Também nós somos uma cidade de casino, e também, também o casino é fundamental no turismo... num determinado tipo de turismo, mas que esse turismo também ajuda o turismo desportivo [o E. fez um sinal de assentimento]. Portanto, este entrelaçar de todas estas, estas... condições que nós temos com aquilo que é a aposta forte [!] da Câmara Municipal e penso que muito bem tem sido... tem sido... dito, repetido muitas vezes pelo... líder do executivo, pelo senhor Presidente que a aposta foi... na melhoria das condições da cidade, que estava uma cidade cinzenta, foi devolver a cidade aos poveiros, foi devolver a cidade ao mar [o E. fez um sinal de assentimento] criando a frente marítima para o desenvolvimento do turismo, e depois como lhe disse o conjunto, aproveitar também as infra-estruturas que foi possível lançar para desse modo... terminar com um ramalhete, no fundo... criar todos as, as condições e quem nos visita, eu, eu tenho oportunidade de falar aqui muitas vezes com pessoas que nos visitam e são essas que muitas vezes, nós sentimos, nós sentimos que a Póvoa ‘tá melhor, que a Póvoa tem um conjunto de infra-estruturas... fantásticas, mas quem nos visita e nos transmite essas ideias de alguém com olhos de ver é que nós efectivamente nos apercebemos quanto as nossas condições são essenciais para... os vectores que nós queremos de Póvoa: Capital de Cultura, Lazer, [o E. fez um sinal de assentimento] Turismo e Lazer, e penso que conseguimos durante estes anos, e eu ‘tou só no meu segundo mandato, ‘tou só no quinto ano... o senhor Presidente está no seu terceiro mandato mas penso que a aposta está ganha e... como também costumamos dizer: “agora, ou dentro de alguns anos teremos qu’avançar para a sustentabilidade” porque ainda estamos numa fase de crescimento, mas... temos que, e isso já está a ser preparado, porque estas coisas... o futuro, como também o senhor Presidente costuma dizer não... não se adivinha, mas pre [hesitação], mas constrói-se e prepara-se, e a sustentabilidade, destes noss [hesitação], de todas estas

infra-estruturas será um grande desafio para os próximos autarcas... sem dúvida... [o E. fez um sinal de assentimento] [vereador do desporto da câmara municipal da Póvoa de Varzim, 38 anos, PPD/PSD]

Considera que em termos de modelo de cidade, e na linha dos traços estruturantes apresentados pelo próprio presidente da autarquia, os investimentos são feitos, entre outras dimensões, nos serviços da cultura e do desporto, articulados com o turismo local.

Eu penso em termos de modelo de cidade... a aposta na cultura no lazer, no desporto, nos serviços, no pequeno comércio, como nós temos, não descurando os... os pequenos pólos industriais, industriais barra comerciais, penso que é fundamental [o E. fez um sinal de assentimento], porque nós estamos a 15 minutos do aeroporto, estamos a 20 minutos de Viana, vamos estar a, a 20 minutos ou 15 minutos de Famalicão, estamos a 20 minutos do Porto, temos um conjunto de, de circunstâncias... fundamentais para podermos acolher aqui... pronto, grandes actividades em termos de turismo, em termos comerciais porque temos as infraestruturas, e é por aí que devemos apostar [o E. fez um sinal de assentimento], e a melhoria da, da... dos espaços colectivos que se verifica em toda a cidade através duma exigência da qualidade do tratamento dos espaços colectivos, de espaços verdes, dos passeios, das ruas, a limpeza, penso que isso é fundamental [o E. fez um sinal de assentimento]. [vereador do desporto da câmara municipal da Póvoa de Varzim, 38 anos, PPD/PSD]

Em Espinho, os eventos culturais têm fins turísticos numa cidade que nasceu como cidade balnear. E os investimentos feitos pelo município nos equipamentos culturais e desportivos foram no sentido de diversificar outros vectores turísticos na cidade para além do balnear, que já não reúne as mesmas características de princípios do século XX.

(...) bem... então, então, se calhar tenho que recuar e dizer tudo o que é uma aposta no, em eventos turísticos que têm um fim, em eventos culturais que têm com um fim turístico... Pronto, Espinho foi uma cidade balnear, nasceu... por, por ter qualidades nesse, nesse, nesse campo. Entretanto com o passar dos tempos e com a melhoria das vias da comunicação [discurso imperceptível] sabe disso, não é [o E. fez um sinal de assentimento] estas praias do norte perderam p'ra muitas outras com mais sol e mais calor e águas mais quentes, embora não com tanta qualidade [o E. fez um sinal de assentimento] [risos] nas suas águas... por isso precisamos de diversificar... de criar outras est [hesitação] portanto outros vectores estratégicos para que os clientes possam vir cá e então fizemos uma aposta em equipamentos... desportivos e cul [hesitação] e... e... culturais e estes equipamentos têm sido... muito utilizados, por exemplo a Nave Desportiva e o Complexo de Ténis têm trazido cá... muita gente e ocupam os nossos hotéis na, na época baixa [o E. fez um sinal de assentimento]... associados a esses, a esses também os eventos qu'eu acabei de referir, por exemplo uma orquestra de... um Festival d'Orquestras da Europa ou Orquestras Jovens

trazem cá também muita gente assim como o Cinanima, portanto [o E. interveio]... [vereador da cultura e do turismo da câmara municipal de Espinho, PS]

E, da associação entre turismo e cultura, que desde sempre teve como estância balnear, Espinho desenvolveu um espírito de tertúlia.

... e recente... percebeu-se que tínhamos, Espinho como era um loal [hesitação] um local de lazer normalmente atrai pessoas da cultura, porque as tertúlias, as conversas, as pessoas... da cultura... são mais dadas a ocupar parte do seu tempo com actividades culturais desde uma simples conversa à organização d'eventos desta natureza, e nós sabemos que esteve cá como sabe tão bem como eu o Amadeu Sousa Cardoso [o E. fez um sinal de assentimento] passava cá a grandes teatradadas, o, o Doutor Manuel Laranjeira que era um dos elementos da tertúlia da qual fazia parte... o Amadeu, o Namulo [o E. fez um sinal de assentimento] também há correspondência como sabe entre o Manuel Laranjeira e o Namulo, quer dizer eram pessoas, o Namulo é hoje um autor obrigatório praticamente em todas as Faculdades de... por esse mundo fora e eram pessoas que visitavam regularmente [!] Espinho e... que tinham... que tinham portanto enfim aqui talvez muitos dos seus sonhos culturais e, e, e muitas das conversas que levaram a que escrevessem determinadas... determinados textos, não o Amadeu porque era pintor, mas os outros, os outros dois e... pr'além de terem passado por cá muitos [!] autores portugueses... e isto... porquê? Porque é uma cidade onde as pessoas... que... enfim, porque muitas vezes na cultura... o tempo das pessoas não é exactamente aplicado a trabalhar... na indústria ou noutro ramo, é num ramo tão específico que nas zonas de lazer acontece por vezes muita cultura [o E. fez um sinal de assentimento]. Eu, eu não queria portanto [o E. fez um sinal de assentimento] estar aqui com raciocínios... rebuscados [o E. fez um sinal de assentimento] e se calhar... deixar isto sem se perceber. Quero eu dizer que Espinho surgiu praticamente... no lazer e na cultura [o E. fez um sinal de assentimento] e agora mant [hesitação] [o E. interveio]... [vereador da cultura e do turismo da câmara municipal de Espinho, PS]

Em Vila Nova de Gaia, é a cidade ribeirinha, defronte para o Douro, a área privilegiada para concretizar a associação entre os dois termos da relação aqui presente, cultura e turismo. Como mais adiante salientamos a propósito das políticas culturais e turísticas dos concelhos da AMP, retenhamos apenas que uma dimensão estruturante do projecto global para este concelho, na articulação estreita entre oferta cultural e turismo, prevê o investimento urbanístico, cultural e simbólico no centro histórico. Não deixa, porém, de conceber um projecto de intervenção urbanística e simbólica nas freguesias do concelho, mantendo, naquelas que são atravessadas pelas marcas da ruralidade estes traços, mas com um pólo urbano central, como o próprio refere.

Segundo este modelo, modelo da costa de rio e centro histórico, também as pessoas já não sei se se lembra como era ali a, ali a, ali a beira-rio há 4 anos, era aquela lixeira, aqueles tascos... e aliás a parte mais difícil não é deitá-los abaixo, é... é a mentalidade depois das pessoas que lá vivem... a ideia é... utilizei a margem da Linha Cascais Estoril p'ró... p'ró... p'ràs praias, a ideia é Rive Gauche para, p'ra esta, que seja uma zona de lazer de... qualidade da Área Metropolitana do Porto, uma zona de... um bocado p'ò [*discurso imperceptível*], de movida de juventude, de artistas e... evidentemente qu'isto é preciso dinheiro... e numa primeira fase entramos numa, numa lógica voluntarista e minimalista, que é dar os pequenos sinais, que é ou recuperar uns prédios que eram... públicos como os Mareantes do Rio Douro, ou o Fluvial Portuense, ou o Sport Clube do Porto ou... fizemos a Avenida que não existia, fizemos o passeio, p'tanto é um passeio largo, fizemos aquelas 2 esplanadas, aquelas 2 que já estão a funcionar, avançamos p'ò projecto que eu sei que é bastante polémico, mas ainda hão-de falar, de falar dele como falam das Pirâmides do Egipto, que é o do cais, do Cais de Gaia que é inaugurado no dia 15 de Maio, para mim é a menina dos meus olhos, há quem não goste... tudo bem, mas daqui a um ano a gente fala... onde vão ficar 18, 18 restaurantes do melhor [!...] do melhor [!] do país, do melhor, gama alta... *boutiques*... bom, e... fez-se o arranjo da marginal até à Afurada, bom, pequenos sinais com o dinheiro que a gente vai tendo. Felizmente conseguimos no entretanto ganhar uma batalha, que foi conseguir negociar com o governo o Programa POLIS p'ra, pr'aqui e então o caso aí mudou completamente de figura... parámos nas, nas intervenções minimalistas e estamos a fazer pelo POLIS. O POLIS de Gaia não é uma brincadeira, como os outros, é uma coisa muito séria [*sorrisos*]... tão a sério que os planos, os projectos só estão há 1 ano e meio a ser feitos e só terminam agora em Agosto, e tratam uma área que é 4 vezes a área da Expo'98, 4 vezes a área da Expo... que começa na Casa Branca sensivelmente, e vai até à Ponte do Infante, são 4 planos, 1 até à Afurada, outro a zona da, a Vila da Afurada que vai ser toda recuperada, p'tanto vai ser uma vila turística, típica, mas bonita, limpa, arejada... toda recuperada... infra-estruturas enterradas... acabar com as antenas, com as, c'os, c'os fios, passeios, os azu [*hesitação*], tirar os azulejos, pintar as casas, bom... (...)vamos progressivamente ganhar terreno à... aos automóveis e vamos começar a fechar progressivamente o centro histórico aos automóveis, vai ser uma batalha... difícil que a mentalidade das pessoas é complicada, mas, mas... vamos usar o pretexto das obras para ir ganhando terreno... Terceira... terceira área, zona sul e zona nascente do concelho... grandes freguesias como Sandim, Lever, Crestuma, Pedroso, Grijó, Serzedo, Sermonde, são uma área enorme do concelho hoje, praticamente desabitada [*o E. fez um sinal de assentimento*]... a ideia era, é levar p'ra lá 3, 4, 5 projectos estruturantes que levem eles o desenvolvimento atrás de si... e depois conceptualizar o crescimento urbano... equilibrado, o que é aldeia deve continuar a ser aldeia, embora com um núcleo urbano central, mas depois a aldeia há-de... continuar a ser aldeia, onde é p'ra ser mais urbano crescer sem ser esta loucura, portanto fazer um plano futuro, estamos a fazer um plano de avaliação de toda essas freguesias, e qual, o que é que é levar 4 ou 5... projectos estruturantes? Um deles foi o Centro de Estágio do Futebol Clube do Porto, eu nem sou portista... portanto 'tou à vontade, só que o Centro de Estágio do Futebol Clube do Porto movimenta milhares de pessoas por dia, os jogadores, os jovens atletas, familiares, empresários, jornalistas, nacionais, estrangeiros, portanto é, é fatal, é inevitável que daqui a 4, 5 anos a reboque daquele projecto as pessoas que vão p'a lá precisam de comer, portanto é preciso restaurantes, precisam de casas, precisam de viver, tem que viver próximo, um atleta de alta competição não pode viver até 3 horas de distância do sítio onde trabalha, portanto isso vai induzir o desenvolvimento ali, como outros que estamos lá a perspectivar... o Centro Náutico de Crestuma, a zona industrial de Sandim, a zona industrial de São Félix da Marinha, portanto numa, numa lógica não de fazer estradas p'a onde não há ninguém, ou de fazer piscinas p'a onde não há ninguém, mas de... fazer projectos que obriguem... as pessoas a fixar-se ali, a criar postos de trabalho onde não há desenvolvimento. Cidade... o que é isto? Bom, cidade é tentar pegar no patinho feio e melhorar... não é fácil... não é fácil, mas... algumas coisas estão a avançar, quando isto do Metro e as acessibilidades

melhorarem algumas coisas vão melhorar (...) [*presidente da câmara municipal de Vila Nova de Gaia, 48 anos, PPD/PSD*]

Do confronto entre as representações sobre a *região* e a *cidade* e *concelho*, nas potencialidades turísticas que têm, a polissemia dos sentidos sociais e políticos, por vezes sobrepõe-se, por outras contrapõe-se, consoante estejamos perante os discursos dos eleitos locais – que antevêm-nas mais como possibilidades do que como produtos acabados de uma oferta institucionalizada – ou os discursos dos actores locais e regionais – que, pelo contrário, concebem-nas na confluência de projectos e de recursos e numa lógica de articulação de produtos turísticos cujas âncoras centrais radicam no património material e imaterial da cidade do Porto e da região a ele associada.

Aliás, se nos confrontarmos com as potencialidades turísticas dos concelhos da AMP, tendo presente, por exemplo, os equipamentos hoteleiros disponíveis, constatamos que a centralidade turística da cidade do Porto se reconfigura, de novo, como um eixo estruturante da própria dinâmica turística da região, e no caso, da projecção da marca *Porto e Norte de Portugal*. De acordo com o estudo levado a cabo pelo INE (Portugal, 2006b), e retendo apenas os valores relativos aos 9 concelhos que aqui nos ocupam, em 2004 são 157 os estabelecimentos hoteleiros<sup>73</sup> classificados na DGT e disponíveis no território metropolitano, 61, 2% dos quais no concelho do Porto. Outros concelhos se destacam para além do Porto: Póvoa de Varzim e Vila Nova de Gaia, cada um com 8,3%, e Matosinhos e Maia, com 7% e 6,4%, respectivamente. Os restantes concelhos traduzem, em 2004, a insuficiência de infra-estruturas deste tipo, tal como as entrevistas aos eleitos locais nos sugerem, desenhando-se a concentração de tais equipamentos junto do centro metropolitano – e na contiguidade definida pelo Porto – e com a presença de um concelho da segunda coroa de municípios – Póvoa de Varzim – decorrente da sua tradição balnear.

---

<sup>73</sup> Na tipologia utilizada pelo INE os equipamentos hoteleiros abrangem hotéis, pensões, hotéis-apartamentos, apartamentos turísticos, aldeamentos, motéis, pousadas e estalagens. Veja-se a este propósito Portugal (2006b).

**Tabela 5.7**

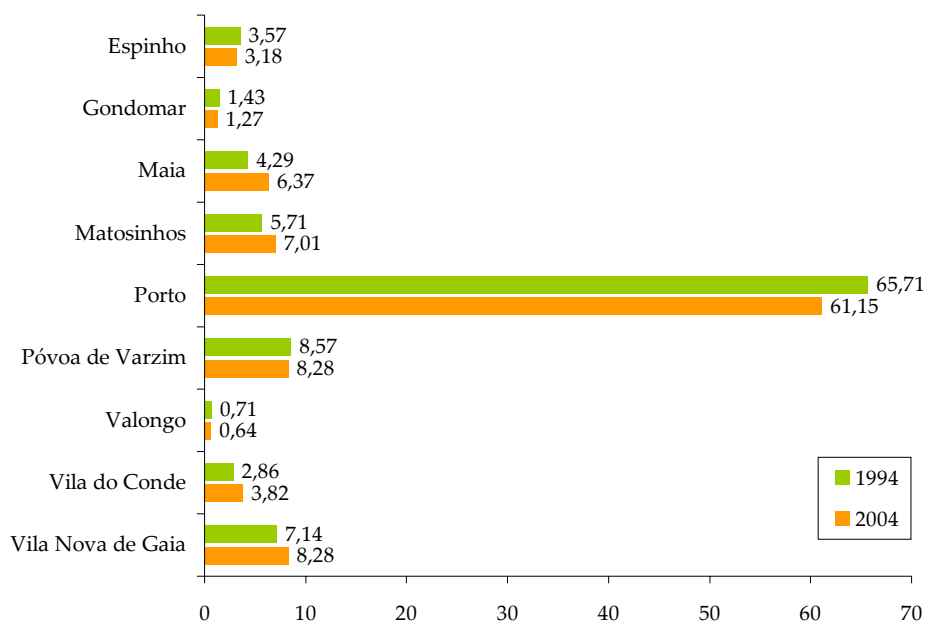
Estabelecimentos hoteleiros da AMP, 1994-2004

|                   | 1994 | 1995 | 1996 | 1997 | 1998 | 1999 | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 |
|-------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| Espinho           | 5    | 5    | 5    | 4    | 5    | 5    | 5    | 5    | 5    | 5    | 5    |
| Gondomar          | 2    | 1    | 1    |      | 1    | 1    | 1    | 2    | 2    | 2    | 2    |
| Maia              | 6    | 5    | 7    | 6    | 5    | 7    | 9    | 10   | 10   | 10   | 10   |
| Matosinhos        | 8    | 7    | 8    | 9    | 9    | 10   | 10   | 11   | 11   | 11   | 11   |
| Porto             | 92   | 93   | 90   | 83   | 86   | 87   | 89   | 96   | 95   | 96   | 96   |
| Póvoa de Varzim   | 12   | 12   | 12   | 12   | 12   | 12   | 12   | 13   | 14   | 13   | 13   |
| Valongo           | 1    | 1    | 1    | 1    | 2    | 1    | 1    | 1    | 1    | 1    | 1    |
| Vila do Conde     | 4    | 4    | 4    | 4    | 4    | 4    | 4    | 5    | 5    | 5    | 6    |
| Vila Nova de Gaia | 10   | 11   | 11   | 9    | 12   | 14   | 14   | 14   | 14   | 14   | 13   |
| AMP               | 140  | 139  | 139  | 128  | 136  | 141  | 145  | 157  | 157  | 157  | 157  |
| Norte             | 373  | 368  | 367  | 360  | 380  | 375  | 388  | 435  | 436  | 435  | 435  |
| Portugal          | 1679 | 1683 | 1660 | 1671 | 1707 | 1680 | 1736 | 1934 | 1890 | 1934 | 1954 |

Fonte: INE, *Dinâmica do turismo na Grande Área Metropolitana do Porto 1994-2004*

**Figura 5.4**

Proporção do número de estabelecimentos hoteleiros face ao total da AMP, por concelho, 1994 e 2004



Fonte: INE, *Dinâmica do turismo na Grande Área Metropolitana do Porto 1994-2004*

Por outro lado, assinala-se que, embora se mantenha uma relativa estabilidade no crescimento de tais equipamentos nos 9 concelhos, a tendência entre 1994 e 2004 é a de uma certa diminuição da concentração daqueles no Porto e de um alargamento nos concelhos limítrofes. Tal não traduz, contudo, uma mais equilibrada distribuição de tais equipamentos nos restantes concelhos. Perante as aspirações que os eleitos locais manifestam quanto às potencialidades turísticas dos seus concelhos, e da própria região metropolitana, questionamo-nos quanto à sua viabilidade se atendermos a uma variável como aquela aqui enunciada<sup>74</sup>. Registe-se ainda que, segundo os dados referenciados naquele estudo (Portugal, 2006b), e atendendo à dimensão média dos estabelecimentos hoteleiros, Espinho, pese embora ter em 2004 um número inferior de unidades relativamente à Maia (5 e 10, respectivamente), dispõe da mesma capacidade hoteleira dada a sua maior dimensão média. Neste sentido, e porque Espinho, Póvoa de Varzim e Vila Nova de Gaia apresentam nesta data os estabelecimentos hoteleiros com maior dimensão média, configura-se uma outra tendência turística na AMP: a litoralização da oferta hoteleira, tanto por concentrar a maior oferta como por deter aquela com maior dimensão média. O que, de alguma forma, se articula com as representações que a dado momento as entrevistas aos eleitos locais e aos actores locais e regionais nos permitem reunir. Em 2005, e de acordo com os dados recolhidos junto do INE (Portugal, 2006g), a variação quanto à capacidade da oferta hoteleira não é muito significativa, a não ser no concelho de Vila Nova de Gaia (de 13 para 16 unidades hoteleiras)<sup>75</sup>.

---

<sup>74</sup> De maneira a reforçar este pressuposto, segundo os dados recolhidos pelo INE no mesmo estudo (Portugal, 2006b), em 2004 são os concelhos com menor oferta hoteleira os que apresentam menor diversidade de alojamentos turísticos. Por exemplo, Valongo, que apenas dispõe de pensões. Matosinhos, Póvoa de Varzim e Vila Nova de Gaia são aqueles que têm uma oferta hoteleira mais diversificada, dispondo de, pelo menos, 4 categorias diferentes de estabelecimentos hoteleiros. Maia e Porto são os concelhos que mais contribuem, entre 1994 e 2004, para o aumento destes equipamentos na AMP (Ibidem). De igual modo, e segundo os mesmos dados, é no Porto que se concentra, em 2004, a maior capacidade da oferta hoteleira (8550 camas), pese embora entre 1994 e aquela data ter diminuído a concentração relativa desta oferta no Porto, em benefício de concelhos contíguos como Matosinhos, Maia e Vila Nova de Gaia (Ibidem).

<sup>75</sup> Nos Anexos 5EA a 5HA encontramos informação adicional sobre a oferta e a procura hoteleiras nos concelhos da AMP em 2004 e segundo dados do INE (Portugal, 2006g). Saliente-se a inexistência de



**Tabela 5.8**

Estabelecimentos e capacidade de alojamento em 31-07-2005 nos estabelecimentos hoteleiros dos municípios da AMP, 2005 <sup>a)</sup>

|                   | Estabelecimentos |        |         |        | Capacidade de alojamento |        |         |        |
|-------------------|------------------|--------|---------|--------|--------------------------|--------|---------|--------|
|                   | Total            | Hotéis | Pensões | Outros | Total                    | Hotéis | Pensões | Outros |
| Portugal          | 2012             | 607    | 878     | 527    | 263814                   | 126445 | 41523   | 95846  |
| Norte             | 450              | 118    | 275     | 57     | 34631                    | 18926  | 12132   | 3573   |
| AMP               | 162              | 52     | 94      | 16     | 15492                    | 10034  | 3959    | 1499   |
| Espinho           | 5                | 3      | 1       | 1      | 835                      | 404    | 71      | 360    |
| Gondomar          | 2                |        | 1       | 1      | 50                       |        | 10      | 40     |
| Maia              | 11               | 5      | 5       | 1      | 701                      | 456    | 233     | 12     |
| Matosinhos        | 10               | 3      | 5       | 2      | 844                      | 414    | 168     | 262    |
| Porto             | 97               | 26     | 69      | 2      | 8703                     | 5395   | 2964    | 344    |
| Póvoa de Varzim   | 14               | 7      | 3       | 4      | 1540                     | 1208   | 80      | 252    |
| Valongo           | 1                |        | 1       |        | 37                       |        | 37      |        |
| Vila do Conde     | 6                | 1      | 3       | 2      | 302                      | 150    | 74      | 78     |
| Vila Nova de Gaia | 16               | 7      | 6       | 3      | 2480                     | 2007   | 322     | 151    |

Fonte: INE, *Anuário Estatístico da Região Norte 2005*

<sup>a)</sup> Os dados apresentados abrangem apenas os estabelecimentos classificados na Direcção Geral do Turismo. A rubrica Outros engloba os hotéis-apartamentos, os apartamentos turísticos, os aldeamentos turísticos, os motéis, as pousadas e as estalagens. O desfasamento temporal existente entre os dados da capacidade de alojamento e os da permanência nos estabelecimentos hoteleiros permite a existência de casos em que a unidade territorial não apresenta valores de capacidade e apresenta valores de permanência (dormidas, hóspedes e proveitos).

Provavelmente, a distância entre o nível de representações dos actores sociais – eleitos locais e actores locais e regionais - e as possibilidades efectivas de criação de uma oferta cultural e turística seja uma dimensão transversal à AMP, que, perante lógicas de afirmação de uma relativa endogeneidade dos interesses e dos projectos concelhios, se torna mais vincada no território supramunicipal e nas práticas políticas municipais.

---

hotéis em Gondomar e Valongo. Em contrapartida, mantém-se a relevância de Espinho, Matosinhos, Póvoa de Varzim e de Vila Nova de Gaia. A maior parte dos hóspedes são europeus, e entre os estrangeiros, particularmente espanhóis e ingleses (Ibidem).